

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural –
PPGMP

Dissertação de Mestrado



SEMPRE HÁ ESPERANÇA APÓS A CERCA E A SECA:
A patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu –
CE

Mayk Lenno Henrique Lima

Pelotas, 2021

Mayk Lenno Henrique Lima

SEMPRE HÁ ESPERANÇA APÓS A CERCA E A SECA:

A patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu–CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientadora: Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2021

Mayk Lenno Henrique Lima

**SEMPRE HÁ ESPERANÇA APÓS A CERCA E A SECA:
A patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu–
CE**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 04/08/2021

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (Orientadora)

.....
Prof. Dr. José Vicente de Freitas (PPG EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL/FURG)

.....
Prof. Dr. Olivia Silva Nery (UFPeI/UNESPAR)

Ao meu avô, Antônio Xavier de Souza (*In memoriam*).

Agradecimentos

Muitos foram os desafios que surgiram ao longo de todo o processo de construção desta pesquisa. Hoje, expresso minha gratidão àqueles que estiveram comigo, tornando-se essenciais para que tudo isso fosse possível;

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, Antônia Henrique e Raimundo Guimarães, pelos ensinamentos, apoio e companheirismo que sempre me passaram;

Aos amigos, Suyanna, Delano, Maria, Pimenta, Renato, Vitória e Raquel, por serem uma base de construção daquilo que me tornei nos últimos anos, e pela parceria na construção de tantos sonhos e lutas. Hoje, trago vocês como exemplo de dedicação, perseverança e cuidado;

Aos queridos Pe. Roberto, Pe. João Melo e tia Helena, que contribuíram diretamente com essa nova fase da vida em outro estado, trazendo força e inspiração para continuar. E aos amigos, Tavinha, Nicolý, Luana, Erik, Edivan e Ismael, que sempre tiveram presentes mesmo que estivéssemos tão longe;

A minha querida amiga, Stephane Maia, com quem compartilhei todo o percurso em Pelotas durante a pesquisa, gratidão pelo seu cuidado, parceria e pelas boas aventuras que tivemos no sul.

Aos queridos Pe. Wilson, Marilda e Claudiomar, Eduardo e Siduana, Rosana e Rogério, Geise, Ane, Suelen, Bruna, Alam e todos que fazem a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (Porto/Pelotas) pela acolhida, cuidado e orações.

Aos Amigos, Amanda Ribeiro, Théo, Naiane, Carolina, Amanda Oliveira, Tatiane, Tahina, Jaime, Helena, Simone e demais colegas do PPGMP com quem compartilhamos a vida e as pesquisas nesses anos;

À minha orientadora, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, pela paciência, dedicação, vontade de ensinar e de aprender e por toda experiência compartilhada;

Às instituições parceiras, entrevistados e demais colaboradores desta pesquisa, bem como a equipe do PPGMP que sempre estiveram dispostos a ajudar;

Ao PPGMP/UFPel e a CAPES, pela troca de conhecimentos e investimentos nesta pesquisa.

*"No Estado do Ceará
A exemplo do alemão
Houve por aqui também
Campo de concentração
Lá era pra matar judeu
Aqui o povo do sertão."*

- Henrique Pinheiro

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de patrimonialização do Sítio Histórico do Patu. A partir das discussões da memória e do patrimônio serão apresentados os campos de concentração cearenses, criados a partir da necessidade de se combater a seca e dar melhores condições de vida ao povo nordestino. A falha tentativa de caridade pública tornou as concentrações cearenses em uma das principais tragédias do estado. Será analisado o surgimento de uma devoção popular que fomenta a religiosidade como patrimônio imaterial, gerando uma identidade local fortalecida pela promoção da cultura. Esse movimento religioso unido às lutas sociais e às manifestações culturais viabilizaram o reconhecimento do sítio como patrimônio cultural de Senador Pompeu, em 2019, a partir da iniciativa de um termo de ajustamento de conduta celebrado ente o Ministério Público Estadual e a Prefeitura municipal.

Palavras-chave: Campos de Concentração; Memória das Secas; Patrimônio Cultural; Barragem do Patu; Senador Pompeu.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the patrimonialization process of the Historic Site of Patu. From the discussions of memory and heritage, the concentration camps in Ceará, created from the need to fight the drought and provide better living conditions for the northeastern people, will be presented. The failed attempt at public charity turned the concentrations camps in Ceará into one of the main tragedies in the state. The emergence of a popular devotion that fosters religiosity as an intangible heritage, generating a local identity strengthened by the promotion of culture, will be analyzed. This religious movement, together with social struggles and cultural manifestations, enabled the recognition of the site as a cultural heritage of Senador Pompeu in 2019, from the initiative of a conduct adjustment term signed between the State Public Prosecutor's Office and the City Hall.

Keywords: Concentration Camps; Memory of Droughts; Cultural Heritage; Patu Dam; Senador Pompeu.

Lista de Figuras

Figura 1 - A Seca de 1915. Fonte: Acervo Valdecy Alves, [s/d].	32
Figura 2 – Recorte Jornal O Povo. Fonte: Acervo Valdecy Alves [s/d].	34
Figura 3 – Quantitativo dos Campos em 1932. Fonte: Acervo Valdecy Alves [s/d].	36
Figura 4 – Campo de Concentração do Patu Fonte: Acervo Valdecy Alves, [s/d].	43
Figura 5 - Casa de Pólvora. Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.	44
Figura 6 – Armazém. Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.	45
Figura 7 – Estação. Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.	46
Figura 8 – Hospital Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.	46
Figura 9 – Casa dos Apontadores Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.	47
Figura 10 – Casa de Oficina Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.	48
Figura 11 – Usina Gótica. Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2019.	49
Figura 12 – Casa dos Engenheiros. Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.	50
Figura 13 – Casarão da Inspetoria. Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.	51
Figura 14 – Cemitério da Barragem do Patu. Fonte: Acervo Isabelle Viana e Mayk Lenno, 2018.	51
Figura 15 - Cruzeiro interno do cemitério da barragem do Patu. Fonte: Mara Paula, 2011.	65
Figura 16 - Romeiro – 29ª Caminhada da Seca. Fonte: Acervo do Autor, 2019.	67
Figura 17 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu na década de 1980. Fonte: Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, [s/d].	71
Figura 18 - Flyer da 27ª Caminhada da Seca. Fonte: Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, 2009.	74
Figura 19 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu. Fonte: Acervo do autor, 2019.	76
Figura 20 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu. Fonte: Diário do Nordeste. Foto: Alex Pimentel, 2019.	79
Figura 21 - Pe. Albino Donatti. Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.	80
Figura 22 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu na década de 1980. Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.	82
Figura 23 - Celebração do Dia do Senhor. Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.	83

Figura 24 - Protestos na construção da barragem do Patu. Fonte: Acervo CDDH-AC, 1987.	84
Figura 25 – Marcos temporais da Caminhada da Seca. Fonte: Acervo do autor, 2021.	86
Figura 26 - Livro Migalhas do Sertão. Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2020.	89
Figura 27 - Recorte da matéria do jornal O Povo escrita por Ariadne Araújo. Fonte: Acervo Valdecy Alves, s/d.	92
Figura 28 - Capa do Cordel "A Besta Fera de 32". Fonte: Acervo Valdecy Alves, s/d.	93
Figura 29 - 3ª edição espetáculo Campos de Concentração de 32. Fonte: Acervo Mayk Lenno. Foto: Mara Paula, 2013.	95
Figura 30 - Espetáculo Curral Grande Fonte: Jornal O Povo, 2018.	96
Figura 31 - Abertura do documentário As Almas do Povo é o Santo do Povo. Fonte: Acervo do Autor.	97
Figura 32 - Cerimônia de tombamento do Sítio Histórico do Patu. Fonte: Acervo Valdecy Alves, Foto: Mara Paula 2019.	102
Figura 33 - Seminário Sertão Seca 2019. Foto: Wandara Lonrrayne. Fonte: Blog Valdecy Alves, 2019.	106
Figura 34 - Flyer do curso de guia turístico. Fonte: Departamento de Cultura de Senador Pompeu.	110
Figura 35 - Marcos temporais das ações de patrimoniais do Patu. Fonte: Acervo do autor, 2021.	113

Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa de Localização do Município de Senador Pompeu. Fonte: Elaborado pelo Autor.	27
Mapa 2 - Os campos de Concentração do Ceará em 1932. Fonte: Elaborado pelo Autor.....	33
Mapa 3 - Campo de Concentração do Patu. Fonte: Elaborado pelo Autor.	41
Mapa 4 - Evolução urbana de Senador Pompeu. Fonte: Elaborado pelo autor.	56
Mapa 5 - Rota da Caminhada da Seca. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.	77

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 PATU: AS CONCENTRAÇÕES	19
1.1 As secas e as políticas emergenciais	19
1.2 As experiências dos campos de concentração.....	27
1.3 A vida nos campos de concentração	34
1.4 Campos de morte.....	38
1.5 O campo do Patu.....	39
1.6 Os remanescentes do campo do Patu	43
2 CELEBRANDO MEMÓRIAS	53
2.1 O período de esquecimento e os primeiros depoimentos	53
2.2 Os primeiros depoimentos.....	58
2.3 A construção da Caminhada da Seca	63
2.4 A Caminhada da Memória	73
2.5 Caminhar para além da fé	79
3 CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO PATU: UM PATRIMÔNIO DIFÍCIL	87
3.1 As manifestações culturais associadas à memória do Campo do Patu ...	88
3.2 A patrimonialização do Patu	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
Anexos	120

INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa foi uma análise do processo de patrimonialização do sítio histórico da Barragem do Patu¹, localizado no semiárido, na periferia da cidade de Senador Pompeu no Sertão Central do Estado do Ceará. Para esta análise, o trabalho seguiu dois eixos principais: a construção de uma manifestação religiosa de devoção popular a partir da memória coletiva; e o processo de patrimonialização da área concluído em 2019.

Nesse sentido, apresentam-se discussões que partem da memória; da história da seca no Ceará; das ações estabelecidas pelo Estado; das manifestações culturais e religiosas; e por fim, dos projetos de patrimonialização.

A vinculação com o tema desta pesquisa remonta ao período de minha graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Católica de Quixadá - UNICATÓLICA, quando pesquisei as possibilidades de intervenções da área para acolher a comunidade e os turistas. Além disso, sempre tive vínculos com a temática dado meu engajamento na comunidade católica local e nos movimentos culturais e sociais existente na cidade, e, assim, observando o envolvimento da comunidade com as atividades que reafirmaram a necessidade de reconhecimento e preservação da área do sítio histórico da barragem do Patu nos últimos anos, decidiu-se desenvolver esta pesquisa sobre a patrimonialização e memória relativas ao local.

Como introdução ao tema será apresentado um quadro geral do lugar onde se encontra o campo do Patu, no município de Senador Pompeu. A cidade teve suas terras povoadas ainda nas concessões de datas e sesmarias, as margens dos rios Codiá e Banabuiú, onde os desbravadores Thomé Callado Galvão e Nicolau de Souza receberam as terras em 27 de março de 1723.² Em 3 de setembro de 1896, a então vila de Humaitá³ foi elevada a cidade, recebendo

¹ Nome não oficial. Várias denominações são expressas por pesquisadores: curral da fome, currais do governo, campo do Patu, currais humanos, sítio histórico do Patu etc. são alguns exemplos. Porém, nesta pesquisa adotar-se-á a terminologia apresentada.

² Dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/senador-pompeu/historico>> Acesso em: 19/09/2019.

³ Humaitá é uma palavra de origem indígena, que tem como significado pedra preta ou pedra que agora é negra. Na umbanda, Humaitá é a morada de Ogum. Alguns documentos e mapas do final do século XIX e início do século XX, trazem a escrita Humaytá.

o nome do senador Pe. Thomas Pompeu de Souza Brasil, que patrocinou a construção da linha férrea que servia o município (GIOVANAZZI, 1998).

A primeira sesmária que hoje se compreende como o município de Senador Pompeu é datada do ano de 1723, que como supracitado, iniciava nas margens do rio Codiá. Para além dessas, houve outras duas, uma ao leste da formação atual do município que foi ocupada pela família Correia Vieira e a outra, ao sul do município. Esta última sob o nome de Jacoca, na qual ainda hoje existe uma fazenda na mesma região que traz essa denominação (RODRIGUES, 2019).

A sesmária de Jacoca corresponde ao que hoje é a sede urbana do município, as terras que receberam a barragem do Patu e seu sítio histórico e o município de Piquet Carneiro na fronteira sul do município. Foi a partir do povoamento desta última divisão de terras que a zona urbana do município se desenvolveu, inicialmente, pelo bairro conhecido como Patu, em referência a foz do rio Patu onde nasce a formação urbana que logo se espalha ao longo do rio Banabuiú originando as primeiras vias da futura vila de Humaitá (IBIDEM).

Localizada a 270 quilômetros da capital, Fortaleza, Senador Pompeu é cortada pela ferrovia sul do estado, também conhecida como estrada de ferro de Baturité, que foi construída para facilitar o escoamento da produção de algodão do interior à capital e ao exterior. A ferrovia teve sua construção iniciada na cidade de Fortaleza, no ano de 1872, e concluída ao chegar na cidade de Crato, região do Cariri, em 1926. A construção da estrada passou por duas grandes secas (1877 e 1915) e alguns operários eram retirantes das secas que chegavam nos abarracamentos⁴ da capital (CÂNDIDO, 2002).

A construção da ferrovia foi impulsionada após os períodos de estiagem, assim como as políticas de açudagem no interior do estado. Em Senador Pompeu, a ferrovia chega no ano de 1900 junto com a inauguração da estação ferroviária e seus galpões de apoio (RODRIGUES, 2019). Atualmente, apenas a estação está preservada e é mantida pela Fundação Santa Terezinha que desenvolve atividades culturais na cidade. Os demais prédios do complexo foram convertidos em unidades comerciais.

A ferrovia permanece estagnada por aproximadamente seis anos, visto a necessidade de construção de ponte sobre o rio Banabuiú e a foz do rio Patu. As obras foram iniciadas em 1902 e só concluídas em novembro de 1906 (RODRIGUES, 2019). Após esta data, as obras seguiram

⁴ Algumas obras denominam os abarracamentos como concentrações, como será apresentado posteriormente.

em direção à cidade de Crato, como já mencionado aqui. A cidade de Senador Pompeu encontra-se no centro geográfico da ferrovia e isso facilitou que a cidade tivesse o seu desenvolvimento comercial garantido. Este desenvolvimento é percebido na evolução urbana da cidade. A estação está localizada nas proximidades da igreja matriz da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, que foi edificada no lugar onde havia a antiga capela da vila de Humaitá, quando a freguesia deu lugar à paróquia.

Dom Manoel da Silva Gomes, então Arcebispo da Arquidiocese de Fortaleza, decidiu elevar a comunidade da igreja de Nossa Senhora das Dores à paróquia dedicada a mesma, tendo como pároco o Pe. Manoel Soares no ano de 1919. Nesse mesmo ano, inicia-se a construção da barragem do Patu (GIOVANAZZI, 1998), que teve suas obras interrompidas em 1923 e só retomadas na década de 1980.

Nesse intervalo, a seca de 1932 chega ao nordeste, e, conseqüentemente, os sertanejos saem do interior rumo à capital em busca de trabalho e melhores condições de vida. Neste ano, o governo replica as estratégias das concentrações e assim, para além da capital, cinco cidades do interior recebem os campos de concentração, todos instalados nas proximidades da ferrovia como será apresentado posteriormente.

Décadas após o fim das concentrações, uma devoção popular começa a ser formada na comunidade local, culminando na criação de uma romaria no início dos anos 1980. A devoção da comunidade unida ao trabalho do padre italiano Albino Donatti criou a Caminhada da Seca. Desde então, no segundo domingo de novembro⁵, os fiéis saem em procissão da igreja da cidade até um cemitério construído em memória às vítimas dos campos de concentração da seca de 1932.

Dentro dessa breve abordagem histórica, já é possível perceber que o Ceará passava por processos de estruturação comercial, e cidades como Senador Pompeu tiveram, no século XX, seu melhor índice de desenvolvimento. Foi graças a ferrovia que a nova organização da cidade se desenvolve, nos anos do ciclo do algodão e da ascendência da indústria no estado, chegando a contar com quatro usinas algodozeiras, que tratavam a matéria prima e a exportavam, através da ferrovia, para outros estados brasileiros e países europeus (LIMA, 2008).

Senador Pompeu chegou a ocupar posições privilegiadas como centros de desenvolvimentos urbanos no estado entre os anos 1950 e 1980 (IBIDEM), após essa

⁵ Para os católicos, novembro é o mês dedicado à memória dos mortos.

consolidação urbana, a cidade passa a desenvolver-se como centro de serviços regionais, como correios, bancos, cooperativas, entre outros, mantendo-se com esse status até a primeira década dos anos 2000. Quem chega na cidade atualmente, ainda percebe algumas marcas desse período de desenvolvimento econômico em sua malha urbana, sendo a cidade cortada pela ferrovia e a partir dela caracterizam-se as ruas e a disposição do comércio.

Além de se localizar na periferia da cidade de Senador Pompeu, a paisagem da área utilizada nos campos de concentração não sofreu ao longo dos anos intervenções urbanas significativas, ou seja, a área possui ainda características rurais, que poderão ser transformadas nas ações de intervenção. Além disso, a atual composição urbana da cidade sofreu influência direta dos sobreviventes do campo de concentração que decidiram permanecer na cidade e recomeçar suas vidas, como será visto posteriormente.

O patrimônio cultural de Senador Pompeu só obteve suas primeiras experiências de proteção legislativa a partir de 2006, antes disso os movimentos culturais que lutavam pela preservação de bens culturais, como o do complexo arquitetônico do Patu, enfrentavam dificuldades de diálogo e ações com o poder público municipal. Apesar da criação de leis de proteção do patrimônio local a implementação de ações de conservação, enfrenta dificuldades em sua execução, como abordar-se-á posteriormente.

A área correspondente ao campo de concentração do Patu foi submetida a um processo de patrimonialização por meio do tombamento municipal, em julho de 2019. Logo, as manifestações culturais e religiosas descendentes dos campos e a forma de condução do processo de tombamento, norteiam essa pesquisa. Isso posto, pode-se apontar a seguinte questão: como se dá o processo de patrimonialização do Sítio Histórico do Patu?

Os objetivos específicos dessa dissertação foram os de analisar o desenvolvimento dos campos de concentração cearense nas secas de 1877, 1915 e 1932; compreender a importância da devoção popular na criação de uma romaria que se tornou o principal marco para a patrimonialização, e analisar o processo de patrimonialização do sítio histórico do Patu.

O critério metodológico previsto para o desenvolvimento dessa pesquisa foi de caráter qualitativo, utilizando-se da história oral a partir das narrativas de atores inseridos no processo de patrimonialização, unido a um levantamento bibliográfico composto de autores de temáticas afins e documentos dos processos de patrimonialização.

A pesquisa documental foi desenvolvida a partir de fontes históricas, tais como documentos oficiais, produções artísticas e memoriais, entrevistas, jornais, fotografias e

documentários, somadas à perspectiva de autores sobre a seca, os campos de concentração, a memória e o patrimônio, principalmente: Kênia Rios, Frederico de Castro Neves, Weyne Sousa, Thomaz Pompeu Sobrinho, Aleida Assmann, Joël Candau, Tyrone Cândido, Nilson Ghirardello, Paulo Cesar Gonçalves, Maurice Halbwachs, Aterlane Martins, Michael Pollak, Laurence Prats, Moacyr Scliar, Silvia Zanirato.

No primeiro capítulo, abordar-se-á o processo de instalação dos campos de concentrações cearenses nas secas de 1877, 1915 e 1932. Para além da composição desses campos, tratar-se-á, ainda, de como era a vida dos concentrados, e de forma mais específica como se deu a criação do Campo de Patu, a área de pesquisa do presente trabalho, e o que restou do mesmo.

No segundo capítulo, abordar-se-á, a partir das discussões sobre a memória, como surgiu a devoção popular que culminou na criação da romaria que é um marco simbólico para a preservação do Patu. Tratar-se-á dos primeiros movimentos para a criação da romaria, bem como as mudanças de discursos que ocorreram ao longo de suas edições.

No terceiro capítulo, apresentar-se-á o surgimento de um movimento cultural que somar-se-á à romaria e ampliará os discursos e as lutas pela preservação da memória e da história do Patu. Citar-se-á ainda, os primeiros movimentos para oficialização da área como patrimônio cultural, culminando no processo de patrimonialização oficializado em 2019.

Os entrevistados escolhidos para esta pesquisa atuaram e possuem estreita relação com as lutas em defesa da patrimonialização e na manutenção da romaria criada em memórias às vítimas dos campos, sendo eles:

1 – Advogado e ativista cultural Dr. Valdecy Alves, filho de Senador Pompeu, que teve seu primeiro contato com a história dos campos de concentração a partir da devoção de sua família às almas da barragem, tornou-se uma importante liderança do movimento cultural que difundiu a história dos campos cearenses no país e hoje possui o principal acervo documental e fotográfico sobre os campos de concentração do Patu.

2 – Marta de Souza, filha de Senador Pompeu, teve seu primeiro contato com a história dos campos de concentração a partir da devoção de sua família às almas da barragem, ligada aos movimentos sociais da igreja católica esteve na articulação da fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro – instituição que auxilia a paróquia na manutenção da Caminhada da Seca – e da criação da romaria junto ao padre italiano Albino Donatti.

3 – Promotor de justiça, Dr. Geraldo Laprovitera, que chegou em Senador Pompeu no ano de 2016 e teve seu primeiro contato com a história dos campos de concentração do Ceará, compreendendo seu valor histórico lançou um Termo de Ajuste de Conduta – TAC – ao município para o tombamento e preservação da área.

4 – Prefeito Municipal Maurício Pinheiro (Gestão 2017-2024), filho de Senador Pompeu, teve seu primeiro contato com a história dos campos de concentração a partir da devoção de sua família às almas da barragem, acatou em 2017 o TAC do Ministério Público e iniciou o processo de tombamento da área.

5 – Através de e-mail foi feita entrevista com o padre italiano Giampaolo Giovanazzi⁶ que substituiu padre Albino Donatti e incentivou a ampliação do movimento cultural e audiovisual para a divulgação da história dos campos de concentração cearenses. Foi pioneiro no registro de relatos de sobreviventes lançado em um livro memorialista em 1998, sob o título de Migalhas do Sertão.

Além das entrevistas e de outras referências bibliográficas, consultou-se documentários produzidos pelo extinto Instituto Casarão, pela empresa Uzina Vídeo, pela Escola de Cinema do Sertão e os documentários independentes produzidos pelo advogado Valdecy Alves.

⁶ No Brasil, objetivando facilitar a comunicação com a comunidade local, ficou conhecido por Pe. João Paulo Giovanazzi, nomenclatura que também será utilizada nesse texto.

1 PATU: AS CONCENTRAÇÕES

As concentrações da seca, que ocorreram no Ceará e no século XX, também denominadas como “currais do governo”, foram reflexos de políticas de isolamento adotadas pelo poder público na tentativa de impedir que a população em situação de miséria e fugindo da seca que assolava o sertão, chegasse nos centros urbanos e comerciais de Fortaleza. Neste capítulo, apresenta-se uma contextualização dos principais movimentos de isolamento adotados nas secas do Ceará, que serão fatores determinantes para a posterior criação dos campos de concentração da seca.

Nesse processo, será iniciada essa discussão abordando-se as políticas emergenciais adotadas para combater as secas neste estado nordestino e, num segundo momento, apresenta-se o contexto dos campos de concentração, espaços de redução que serviam para impedir que as pessoas migrassem do interior para a capital no período das estiagens. Por fim, fecha-se essa sessão apresentando o campo de concentração do Patu e suas adaptações ao longo das últimas décadas.

1.1 As secas e as políticas emergenciais

“Sertanejos que foram sacrificados, empilhamos aos montes em valas com velas acesas chorando a prevê dos miseráveis.”⁷

A seca é um dos fenômenos naturais mais comuns em regiões que possuem o semiárido como clima predominante no Brasil. O semiárido brasileiro, assim como as demais regiões semiáridas do mundo, é caracterizado pelo baixo índice pluviométrico, altas temperaturas, solo pobre em nutrientes, baixa umidade e chuvas concentradas em determinadas épocas do ano.

O atual clima do semiárido nacional, comparado com outras regiões semiáridas do mundo, é o mais chuvoso do planeta. São cerca 200 a 800 mm anuais, segundo a Articulação do Semiárido – ASA⁸. Porém, mesmo com o grande índice de chuvas, essa região tem o maior

⁷ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

⁸ Dados disponíveis em: <<https://www.asabrasil.org.br>> Acesso em 10 nov 2020.

índice de estiagens, como é possível registrar desde o ano 2011, quando um novo ciclo de seca começou, e somente em 2018 as chuvas voltaram a normalizar.

O fenômeno social das secas foi definido por Neves (1995) como forma destruturante da vida dos sertanejos, por, dentre várias razões, prejudicar a prática da agricultura de subsistência familiar. Essas experiências com os longos períodos de estiagens estão intrinsicamente ligadas à realidade do povo nordestino, que por conta das condições precárias trazidas pelas secas, sentiram-se estimulados a procurar formas de sobrevivência, migrando para outras regiões, com promessas de trabalho em setores de menor exigência de especialização de mão de obra tal como na construção civil ou, como é o objeto desta dissertação, os campos de concentração que, no começo do século XX, foram locais para onde os sertanejos eram atraídos com promessas de trabalho e assistência de saúde.

A escassez de água, comida e trabalho levaram milhares de sertanejos a migrarem ao longo dos séculos. É no êxodo de suas terras que o sertanejo se depara com as mais difíceis condições de sobrevivência, e, por vezes, com a morte. Nesse contexto, muitos deles tinham como principal objetivo migrar para os grandes centros, pois lá, supostamente, estaria reservado a eles uma vida melhor, com trabalho e dignidade. Contudo, era a mão de obra barata que esses lugares precisavam explorar (LIMA; SOUZA, 2016).

Houve tentativas desde o período do Brasil Império de se combater a seca no Nordeste. Para Thomaz Pompeu Sobrinho (1982), essas iniciativas mais efetivas duraram apenas nos primeiros anos do Império, “na luta contra as secas calamitosas”, onde “os primeiros empreendimentos oficiais limitaram-se as adjacências dos sangradouros naturais e das lagoas.” (SOBRINHO, 1982, p. 76).

A grande seca que ocorreu entre 1877 e 1879, constitui-se como um problema nacional. Nesse período, o Ceará já vinha passando por longos períodos de estiagem, afetando a sociedade local e mobilizando ações do governo imperial. Essas ações foram concentradas, em um primeiro momento, nas discussões técnicas e científicas por meio do Instituto Politécnico Brasileiro⁹, envolvendo representantes políticos da província na Corte e instituições como a Associação Brasileira de Aclimação e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ambas sediadas no Rio de Janeiro (LIMA, 2010).

⁹ O Instituto Politécnico Brasileiro foi fundado por engenheiros em 11 de setembro de 1862 no Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar e debater temas técnico-científicos e os problemas de infraestrutura no Brasil, dentre eles, o problema das secas no semiárido nordestino. (GONÇALVES, 2018).

Os problemas trazidos pelas secas ganharam a imprensa, o que acarretou estratégias para minimizar o impacto e pedidos de socorro aos retirantes que chegavam à capital oriundos do interior do estado. Assim, destaca Neves que,

Nos jornais, predominavam um tom de sensacionalismo, com o noticiário de misérias e acontecimentos bizarros envolvendo seres extenuados pelo delírio da fome; no instituto Politécnico, contudo, o estimulante ambiente de debate científico atraía vários intelectuais, de diversas correntes políticas. (NEVES, 2006, p. 82).

Após diversas reuniões e estudos, definiu-se as primeiras ações práticas que pretendiam socorrer a população nos novos períodos de seca. Dentre o repasse de mais verbas para essas regiões, estavam a perfuração de poços profundos, a migração da população do sertão para áreas litorâneas, a utilização das águas do rio São Francisco a partir da construção de canais que facilitariam a irrigação, e a construção de açudes de grande, médio e pequeno porte, além da construção de ferrovias e estradas de rodagem (ALVES, 2003).

A construção de açudes na província do Ceará já era uma prática constante para reservatórios de pequeno e médio porte. Apesar das críticas ao processo de açudagem em razão dos altos índices de evaporação que ali ocorrem, os estudos técnicos apontaram essas medidas que, em conjunto com a perfuração de poços, migração do sertão para áreas litorâneas e a transposição do rio São Francisco, poderiam ser mais eficientes no combate à seca.

Ainda dentro do período da grande seca de 1877, o Império criou comissões para realização de estudos detalhados nas regiões que enfrentavam a seca, sendo a primeira dessas comissões a que, dentre outras medidas, sugeriu a criação de trinta açudes de pequeno e médio porte a partir de bacias de irrigação da agricultura. A segunda comissão sugeriu a construção de apenas três açudes de grande porte na província (LIMA, 2010).

Contudo, tal medida pouco significou no que diz respeito a solução dos problemas enfrentados pelas comunidades, já que essas construções estavam distantes de bacias irrigáveis. “Entre os maus frutos, deve-se destacar os esforços improdutivos, como as construções de barragens sobre áreas sem bacias irrigáveis, como foram os casos das barragens de Curemas, na Paraíba, e do açude do Cedro, no Ceará” (LIMA; SOUZA, 2016, p. 716).

Em todas as construções foram utilizadas a mão de obra dos retirantes da seca, uma forma de transformar a imagem daqueles retirantes de aparência miserável em trabalhadores ajustados ao princípio do progresso da sociedade da época. Nesse mesmo período, ao final da

seca de 1877, iniciou-se a construção da estrada de ferro de Baturité, o que será abordado nesse texto.

Pode-se afirmar que a partir dessas transformações, a seca deixa de ser um problema social, já não se olhava apenas para as marcas da agricultura, pois a miséria e a fome foram evidenciados. Era uma crise econômica e social da capital ao interior, logo, os desdobramentos da seca deixam marcas entre a população e o estado, que, mesmo com ações mais diretas, não apresentava eficácia (LIMA, 2010).

As secas fortaleceram o discurso político, durante os períodos de estiagem era possível facilitar a realização de obras públicas que geralmente eram paralisadas nos períodos de regularidade climática (SOUSA, 2009). Ainda que tenha havido investimento público, o problema da seca nunca foi efetivamente combatido e, paralelo a isso, surgia a ideia de que a estiagem ao impedir o desenvolvimento econômico, levava o homem ao fanatismo, ou seja, a miséria e a fome contaminavam os valores e a moral das pessoas atingidas (LIMA, 2010).

Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega o mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no “cavalo de batalha” de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional. Foi, pois, a seca um achado, uma invenção com a qual essa elite procurou conquistar novamente o seu espaço no plano nacional e, com isso, dispor das condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação secular, nessa área do país (JUNIOR, 1995, p. 120).

Essas medidas emergenciais como perfusão de poços, construção de açudes, dentre outras, iniciadas na seca de 1877, passaram por um processo de sistematização nos anos seguintes, uma busca de se criar estratégias de prevenção ao problema. As obras públicas foram o principal vetor de investimento, e junto a elas estavam a ampliação das comissões que trabalhavam nos projetos de combate à seca. Ainda nos primeiros anos da República, as comissões de estudos de obras contra os efeitos da seca e de perfuração de poços que atuaram na execução de projetos em todo o Nordeste, visando amenizar os impactos das secas, foram unificados em 1909, tornando-se uma única inspetoria, denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS (LIMA, 2010). Essa instituição passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – a partir de 1945¹⁰. Esta instituição se tornaria a responsável pelo planejamento e execução das ações de combate à seca.

¹⁰ Neste trabalho utilizar-se-á a o termo DNOCS para falar sobre a instituição.

Após sua criação, o DNOCS teve como primeiro diretor o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, que traz à instituição um olhar diferente sobre as secas, como pode-se ver em sua obra *DNOCS: pensamentos e diretrizes*.

Seca, no rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade, da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, seria simplesmente o problema da água, isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais compreensivo. Com efeito, o fenômeno físico da escassez de chuva influi no homem pela alteração profunda que dela decorre para as condições econômicas da região, que por sua vez se refletem na ordem social. Assim encarada, a seca é um fenômeno muito vasto, tanto de natureza física, quanto econômica e social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente, não há um problema, há problemas. [...] Qual a imediata causa dos êxodos? A falha nas colheitas e o desaparecimento das pastagens, a morrinha do gado. As mingradas reservas alimentares e a rama pouco valem para a economia. Apenas retardam um pouco a retirada. O sertanejo não tem estoque de gêneros. Não pode ter. Estoques de gêneros só têm o comércio que dispõe de capital. Chegamos a um grande problema, a incapacidade do solo para a permanência das culturas [...] (LISBOA, 1984, p.12 e 13).

Para além desse novo olhar sobre a seca do semiárido, o diretor apresenta uma base para explicar o êxodo dos sertões para as capitais. Essa falta de estrutura hídrica é o principal motivo para a não permanência das pessoas, visto que segundo as pesquisas das comissões científicas anteriores a sua chegada, já revelavam que os rios do nordeste poderiam passar mais de um ano secos. Mas o semiárido é diverso, pois nos tempos de chuvas a paisagem muda e o solo se torna fértil, como bem traduziu Euclides da Cunha na sua obra *Os Sertões*.

Dilatam-se os horizontes. O firmamento sem o azul carregado dos desertos, alteia-se. E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois, tudo isso se acaba. Voltam os dias torturantes: a atmosfera asfixiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombroso das secas (CUNHA, 1984, p. 31).

Como o suprimento de água potável é indispensável à vida e ao desenvolvimento, os primeiros anos do século XX revelam a escassez da região para a manutenção do abastecimento humano e da agricultura familiar. Diante disso o DNOCS inicia os processos de combate à seca, priorizando os processos de açudagem e a importação de água de rios perenes, nesse caso, do rio São Francisco. A opção de transpor as águas do São Francisco com os recursos financeiros e tecnológicos da época era inviável. Assim, tal medida ficou em segundo plano, o que até hoje ainda está em processo de execução¹¹.

¹¹ O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecido por transposição do rio São Francisco, consiste inicialmente na construção de mais de 700 km de canais de concreto dividido em dois eixos ao longo de território dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte

Entende-se que existiram dois problemas principais trazidos pelas secas, o primeiro a ser resolvido pelo Estado era o de baixa confiabilidade das águas providas pelos rios, visto a complexidade na transposição para regiões mais secas que poderia gerar déficit no fluxo de abastecimento das regiões de origem desses rios. O segundo problema era hidrológico e hidráulico, devido a inexistência de sistemas que integrassem as áreas com maiores recursos hídricos às regiões com baixos recursos hídricos, o que se apresentou como solução foi a criação de uma infraestrutura hidráulica, a partir da política de açudagem.

A construção dos açudes recebeu a maior parte dos investimentos do DNOCS, mas paralelo a isso foram estruturadas outras políticas de desenvolvimento como estradas, sistema de irrigação para agricultura, postos de piscicultura e postos agrícolas em diversas regiões do semiárido nordestino. No que se refere aos açudes, em 1919 a empresa inglesa Dwight P. Robinson & Co iniciou o canteiro de obras para a construção do açude Patu, localizado a cerca de três quilômetros da cidade de Senador Pompeu. As obras foram interrompidas em 1923 em razão de falta de recursos, sendo retomadas apenas em 1984 e concluídas em 1987. O complexo erguido para obra apresentava uma vila de apoio aos operários e casarões para hospedagem dos engenheiros, que será abordado posteriormente (LIMA; SOUZA, 2016).

Destacando-se ainda a construção de infraestrutura de ferrovias para auxiliar na escoação de produção do interior à capital, no ano de 1872 inicia-se a construção do primeiro trecho da estrada de ferro de Baturité que ligaria a capital ao sul do estado. Essa primeira fase teve cerca de trinta e três quilômetros conectando Fortaleza a Pacatuba, porém suas obras foram interrompidas em 1876, sendo retomadas apenas dois anos depois. Estimulado pela seca que assolou o estado nos anos de 1877 a 1879, a construção da ferrovia foi retomada ainda em 1878 e utilizava-se da mão de obra barata dos retirantes da seca para acelerar o processo (CÂNDIDO, 2002).

É importante salientar que essa mão de obra, devido ao aumento da miséria, aproximava-se da situação de escravidão, já que em alguns momentos o pagamento era feito

para desvio das águas do rio. Posteriormente forma adicionado novos eixos ao projeto visando atender os estados da Bahia, Sergipe e Piauí, assim haveria um reforço hídrico para as regiões com maiores índices de escassez no semiárido. Os primeiros debates sobre a transposição acontecem desde 1847 e ao longo dos séculos XIX e XX diversos estudos foram realizados, porém todos os projetos foram arquivados. Apenas em 2007 o Governo Federal iniciou a execução do projeto com base nos estudos anteriores, a previsão de conclusão inicial foi para o ano de 2012, sendo alterada para 2022. Para mais informações recomendamos as seguintes leituras: CASTRO, César Nunes. **Transposição do rio São Francisco**: análise de oportunidade do projeto. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2011 e PIRES, A. P. N. Estrutura e objetivos da transposição do rio São Francisco: versões de uma mesma história. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, p. 182-197, 2019.

por meio da “troca de alimentos e roupas”, sendo os retirantes utilizados na abertura dessas novas vias e alargamento de caminhos dentro do Ceará¹² (CÂNDIDO, 2002, p. 85).

Ainda nessa primeira fase, um ramal da ferrovia começou a ser construído na região norte do estado, ligando Fortaleza a cidades como Sobral. A segunda fase da estrada de ferro conectando Fortaleza a Baturité ocorreu nos anos de 1888 a 1889, dentro de mais um período de seca no estado. Tal expansão das vias férreas resultou do aporte de novos recursos para as obras públicas, que eram tidas como estratégicas para o combate à seca.

O governo geral, à imitação do que se faz na Índia e na Algeria, quando assolados esses paizes por cataclysmas identicos, determinou, entre outras medidas a construção de obras publicas, com o duplo fim de proporcionar trabalho as populações flagelladas pelo phenorneno e minorar os terríveis effeitos de futuras secas (GIRÃO apud CÂNDIDO, 2012, p. 88).

A terceira etapa foi executada nas décadas seguintes, seguindo a mesma regra de ser executada nos períodos de estiagem, quando os retirantes eram levados para a construção da ferrovia, que chega em Senador Pompeu em 1906 e de lá segue para o Crato, na região do Cariri, sendo concluída em 1926 (CÂNDIDO, 2002). Com o início das obras do açude Patu, um ramal é instalado ligando a estação ferroviária ao canteiro de obra para facilitar o transporte dos materiais.

Como pode-se observar no decorrer da pesquisa, existe uma linha padrão na execução das obras públicas, seja no âmbito do combate à seca, seja para o desenvolvimento econômico do estado. Em todos os momentos ao longo do final do século XIX e início do século XX, o trabalho sempre foi uma ferramenta estratégica para superar as estiagens e executar as obras públicas. Claramente, é possível compreender que diversos conflitos existiram entre trabalhadores e as lideranças dessas obras, visto que o homem do campo que deixava o semiárido para sobreviver, não aceitava essa nova forma de trabalho de caráter industrial e regido por normas empresariais¹³.

¹² A exploração da mão de obra barata no processo de construção da ferrovia será acompanhada por uma organização do movimento operário que reivindicavam melhores condições de trabalho. Para mais informações recomendamos as seguintes leituras: SILVA, Wendell Guedes da. **A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013 e MEMÓRIA, Octávio – **Origem da Viação Férrea Cearense**, Tip. Comercial, Fortaleza, 1923.

¹³ Para mais informações sugerimos a seguinte leitura: FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930**. Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

As mudanças nas relações de produção e trabalho no interior do Ceará, não foram impostas sobre um “material bruto”, os trabalhadores da estrada de ferro de Baturité não aceitaram as novas condições de trabalho, visto que esses estavam adaptados ao trabalho no campo e agora passariam para o modelo produtivista com uma carga horária maior e baixa remuneração. Com isso, os retirantes viram a oportunidade de sobrevivência imediata e se dispuseram para o serviço, mesmo em situação de extrema carência, recebendo roupas, comida e um salário irrisórios (SILVA, 2013).

Em nítido contraste com as reivindicações dos empresários e proprietários, – que reivindicavam a construção da ferrovia Baturité como meio de fomentar o crescimento comercial e uma ferramenta para educar a população migrante sobre o novo conceito produtivista, onde em meio à crise pareciam dispostos a aceitar qualquer trabalho – os retirantes, com o avanço das obras, também se mostraram resistentes ao trabalho disciplinar. (CÂNDIDO, 2002).

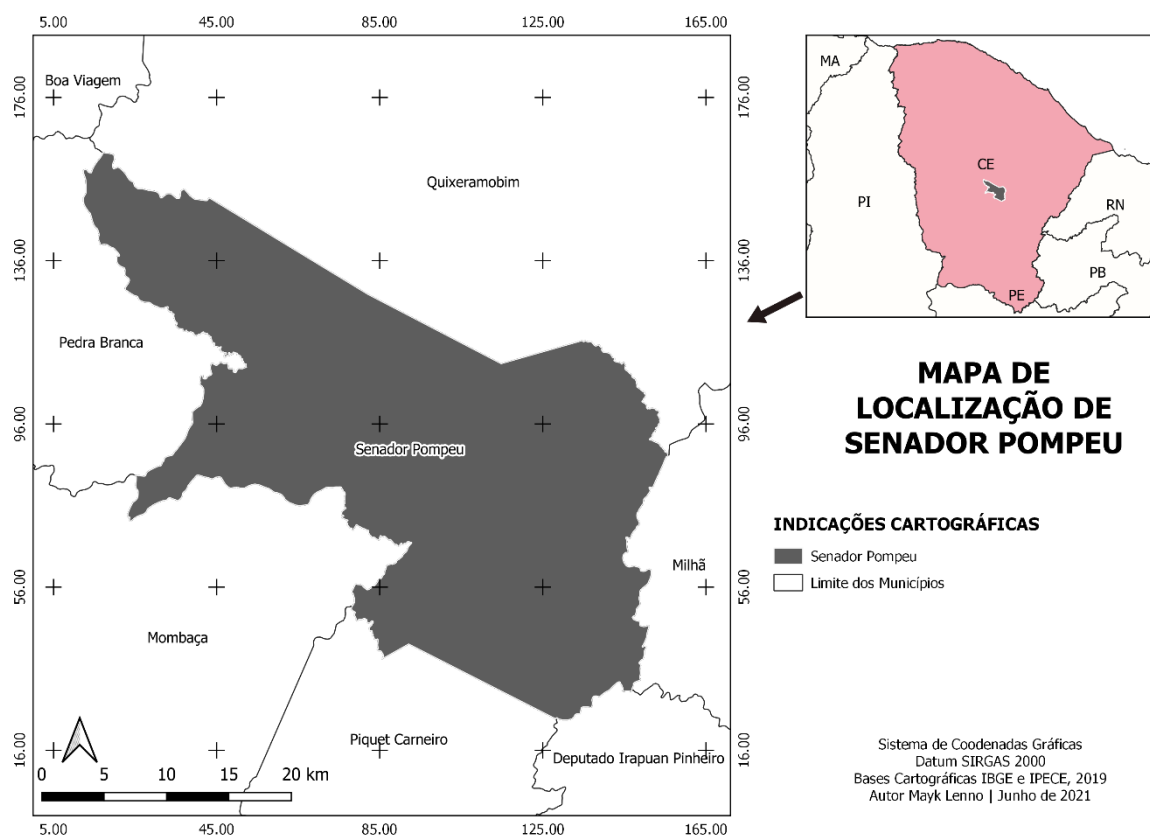
Assim, pode-se concluir que ao longo dos períodos de estiagem, do Império à República, políticas públicas de combate à seca foram traçadas, nem sempre visando a melhoria da qualidade de vida da população, mas sim o desenvolvimento econômico do interior do estado. Essas ações conseguiram fomentar o crescimento de diversas cidades e regiões do interior, apesar de utilizar-se da mão de obra de pessoas que buscavam apenas sobreviver a estiagem.

Nas décadas que seguem esses finais do século XIX e início do XX, a seca continuará sendo um problema para diversas localidades do Ceará e do Nordeste como um todo, estendendo-se até os dias atuais e exigindo dos gestores públicos uma compreensão mais sistêmica do fenômeno.

Diversas localidades do semiárido ainda não tem acesso à água que deveriam provir desses grandes empreendimentos do século passado. A luta pela vida digna, por água para beber e viver, ainda é parte do quadro dramático de muitas localidades. Com uma nova face, diferente do passado, o êxodo do sertão nem sempre chega à capital, pois o interior está repleto de cidades que acolhem seus sertanejos. No passado, os retirantes da seca eram levados para trabalhar em condições sub-humanas como nas ferrovias, vivendo em abarracamentos que, com o passar do tempo, foram chamados de “currais do governo” ou campos de concentração.

É sobre essa experiência no Ceará que discorrer-se-á em seguida. Entender suas estruturas e a razão do surgimento de um termo que só viria a se tornar comum em nossos livros décadas mais tarde. Dentre essas experiências, destaca-se o campo localizado na cidade de

Senador Pompeu (Mapa 01) no interior do estado, a cidade é única que possui vestígios das concentrações como veremos posteriormente.



Mapa 1 - Mapa de Localização do Município de Senador Pompeu.
Fonte: Elaborado pelo Autor.

1.2 As experiências dos campos de concentração

“Eu vi, sofrimento e dor no campo de concentração flagelados famintos, vítimas da exploração.”¹⁴

No âmbito brasileiro, abordar-se-á as iniciativas de campos de concentração que surgiram no estado do Ceará. Os mais conhecidos são aqueles implantados no período de estiagem do ano de 1932, porém o modelo de campos já era utilizado desde o final do século XIX.

O contexto da transição do Império para a República Velha foi marcado pelos aspectos de abolição da escravidão e reinserção dessas pessoas ao trabalho livre, ao mesmo tempo em

¹⁴ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

que o país ganhava força econômica no âmbito internacional pela exportação do café, o que gerou capital aplicado na ampliação de centros urbanos.

O final do século XIX mostrou uma multiplicidade de propostas de intervenção sobre o espaço urbano com o propósito de saneá-lo. As novas alianças e estratégias de poder tomam forma de controle médico-sanitário e de esquadramento do espaço urbano (LUZ, 1982, p. 33). Fortaleza, a capital do estado, desenvolvia seu período de Belle époque. A cidade passava por um processo de limpeza urbana, pelo qual os pobres e os retirantes da seca que estavam na capital em busca de uma vida melhor e viviam em situação de rua, eram – sob a influência deste período de desenvolvimento da cidade e a necessidade da elite fortalezense de possuir uma cidade sem a imagem da pobreza – enviados para os campos de concentração (PONTE, 2010).

Esse primeiro projeto de campos de concentração foi chamado de “abarracamento”, e teve como objetivo recolher retirantes e mendigos afim de amenizar o cenário de pobreza da capital cearense. O discurso segregador era omitido, no lugar deste havia argumentos voltados para a caridade e a solidariedade. O traço urbano em xadrez, inspirado no modelo francês, trazia o desejo de evitar o deslocamento da população pobre (PAIVA, 2020), já que o mesmo facilitava a forma localizar os retirantes recém chegados a cidade e os fugitivos do campo. Como explica a historiadora Kênia Sousa Rios¹⁵ ao jornalista Fabrício Paiva.

Dentro desse novo projeto modernizador da cidade, tudo o que incomodava deveria ser confinado. A discussão era sobre como o poder cria dispositivos de isolar aquilo que incomoda. O corpo não era mais controlado e castigado, ele era retirado do convívio. Esse foi o projeto modernizador de todas as grandes cidades. O que nós chamamos de belle époque, foi um projeto de confinamento de pobres e do que incomoda. (PAIVA, 2020, p 55-56).

Pode-se afirmar que os campos de concentração do Ceará foram criados e mantidos aos longos das estiagens, basicamente tinham como objetivo evitar o aumento populacional nos centros urbanos, utilizar a mão de obra barata dos retirantes aprisionados para a execução de obras públicas.

Apesar dos jornais da época já apresentarem os campos de concentração, os primeiros relatos vão ganhar força a partir da literatura regional que contavam histórias de famílias que vivenciaram as concentrações. Os primeiros relatos publicados na obra do escritor Rodolfo Teófilo, intitulada *A Fome*, apresentavam as experiências do campo na cidade de Fortaleza

¹⁵ A professora e historiadora Dr^a Kênia Sousa Rios é uma das principais pesquisadoras dos campos de concentração das secas cearenses.

durante a seca de 1877 a 1879. Em uma de suas descrições diz o autor que “[...] no ano de 1877, o ano da fome, que na Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda dos famintos” (TEÓFILO, 1979, p. 04).

O autor narra a história de Manuel de Freitas, descendente de uma das principais famílias do sertão cearense. Manuel herdou uma grande fortuna e a influência política do pai. Aos trintas anos casou-se com Josefa Maciel que descendia de família pobre, mas muito respeitada. Lutou com a família até ser vencido pela seca e ter que partir para a capital. (TEÓFILO, 1979).

A escritora Rachel de Queiroz também retrata os campos de concentração da seca do Ceará em sua obra literária *O Quinze*. A autora evidencia a história da família de Chico Bento, que deixa a cidade de Quixadá, no Sertão Central do estado, rumo a Fortaleza.

Chegou à desolação da primeira fome. Vinha seca e trágica, surgindo no fundo sujo dos sacos vazios, na descarnada nudez das latas raspadas. [...] estavam já na estrada do Castro. E se arrancharam debaixo de um velho pau-branco seco, nu e retorcido, a bem dizer ao tempo, porque aqueles cepos apontados para o céu não tinham nada de abrigo (QUEIROZ, 2012, p. 09).

Na seca de 1915, mais uma vez milhares de sertanejos tiveram que deixar suas casas para sobreviver, e a narrativa de Chico Bento está presente até hoje. Em 2015, ano em que se comemora o centenário da seca do quinze, o Ceará passava pelo maior período de estiagem da história¹⁶. Olhar para a jornada de Chico Bento é olhar para um passado próximo, que mesmo com os avanços tecnológicos de hoje, a seca continua sendo um dos principais problemas do semiárido.

No mesmo atordoamento, chegaram à Estação do Matadouro. E, sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, falando, gritando, acendendo fogo. (QUEIROZ, 2012, p. 09).

O campo de concentração apresentado na obra de Rachel de Queiroz refere-se à instalação conhecida por Alagadiço, na região do Otávio Bonfim, hoje localizado no bairro

¹⁶ No ano de 2015 o semiárido brasileiro estava no quarto ano de seca consecutivo, essa durou até 2017 e foi registrada como o período mais longo da história, até a publicação desse material. Veja alguns dados aqui: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>>

Farias Brito. Este campo é o mesmo campo da Jacarecanga, narrado por Rodolfo Teófilo¹⁷. Os campos de concentração são o extremo reflexo da exclusão social e do abandono do estado.

Tanto na obra literária de Rodolfo Teófilo como na de Rachel de Queiroz, as famílias de suas narrativas representam a história de milhares de nordestinos que sempre enfrentaram as estiagens, próprias do semiárido brasileiro, que a cada temporada chega com mais força e causa mais danos aos que sobrevivem.

Os retirantes¹⁸ saíam do interior e chegavam à capital, um caminho de lutas e muitas vezes de morte, causadas – segundo todos os relatos de trabalhos sobre a seca – por doenças, e principalmente pela fome.

O campo da Jacarecanga foi um dos mais estruturados em Fortaleza na seca de 1877. Uma cidade que tinha cerca de 20 mil habitantes e, devido a migração do interior para a capital, teve sua população triplicada e um ambiente propício para o colapso da saúde, logo os abarracamentos para concentrar as pessoas foi a melhor saída para se conseguir dar a assistência.

Os abarracamentos constituíam várias cidades de miseráveis dentro da cidade de Fortaleza. Em novembro de 1878, alguns deles estavam em construção ou em transferência por causa de sua má localização. O do Pagehu, a barlavento e situado muito próximo da cidade, estava sendo removido para Jacarecanga e Alagoa-Secca. O da Boa Esperança, localizado à beira-mar, a sotavento, estava em construção e era destinado a substituir o da lagoa do Garrote, dentro da cidade, que compreendia parte do Alto da Pimenta. Por ter adotado o plano do presidente, servindo de modelo a outros abarracamentos, o de Jacarecanga era o melhor deles, ao passo que o da Via-Férrea era formado por choupanas dispersas, ao longo da linha do trem e na praça da estação central. O dos Engenheiros, construído por estes profissionais, constava de quarteirões de casas cobertas de telha (COSTA, 2004, p. 68).

As experiências desses abarracamentos são replicadas em 1915. Nessa seca, como já citado, a estrada de ferro já ligava Fortaleza a Iguatu, no centro-sul do estado. Com a nova migração para a capital “[...] a estação ferroviária funciona como uma antessala do Campo de Concentração, facilitando o acesso, sem circulação pelas ruas das cidades” (NEVES, 1995, p.110), já que agora a rota de fuga do interior se dava pela ferrovia.

O objetivo do campo de concentração era evitar que os retirantes alcançassem Fortaleza, trazendo “o caos, a miséria, a moléstia e a sujeira”, como informavam os

¹⁷ O local de instalação desse campo, receberá em breve um monumento em memória dos campos em Fortaleza. Veja em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/area-que-teve-campo-de-concentracao-em-fortaleza-deve-ganhar-placa-alusiva-no-2-semester-de-2019-1.2125614>>

¹⁸ Flagelados ou retirantes são termo usados para se referir as pessoas que migraram no período da seca, nesse trabalho usaremos ambas as fórmulas.

boletins do poder público à época. Em 1915 criou-se o Campo de Concentração do Alagadiço, nos arredores da capital cearense, cenário do livro *O Quinze* de Rachel de Queiroz (1930). Ele chegou a juntar oito mil esfarrapados, que recebiam alguma comida e permaneciam vigiados por soldados (TRAVASSOS, 2011, p. 719).

Os campos de concentração em geral possuíam uma estrutura similar, eram instalados em área afastada do centro urbano, eram cercados e contavam com a presença de vigilantes armados para controlar os acessos. A assistência de alimentação e saúde era precária e as pessoas se abrigavam em barracas improvisadas ou ficavam ao relento. Essa estrutura será ampliada em 1932 quando os campos são dispostos estrategicamente próximo às estações ferroviárias, que trataremos posteriormente. Tudo pensado para facilitar o controle dos retirantes.

Em um quadrilátero de quinhentos metros de face estavam encurralados cerca de sete mil retirantes. Percorri todos os departamentos daquele depósito de seres humanos. Abrigavam-se à sombra de velhos cajueiros. Via-se aqui e ali, uma ou outra barraquinha coberta de esteira ou de estopa, mas tão miserável era a cobertura que não impedia que a atravessassem os raios de sol. A cozinha era também ao tempo. Em algumas dúzias de latas, que haviam sido de querosene, ferviam em trempes de pedra grandes nacos de carne de boi, misturados a maxixes, quiabos e tomates. Achei esquisitas as verduras e mais ainda os tomates (TRAVASSOS, 2011, p. 720).

Em 1915, havia uma discussão sobre a chegada dos retirantes a Fortaleza e também sobre o uso de sua mão de obra. “Diferente de 1877, em 1915 a emigração é apresentada explicitamente como prejuízo econômico para o Estado, enquanto o governo distribuía passagens para os retirantes, os jornais de oposição publicavam manifestos indignados de alguns cidadãos” (RIOS, 2014, p.71).

Em todo o estado do Ceará já era nítido a calamidade pública que se instalava à medida que a seca aumentava no setor pecuário e os danos já eram nítidos nos mercados públicos onde já se comercializavam produtos de baixa qualidade. O setor farmacêutico dispunha apenas de medicamentos para urgências e remédios naturais.

Para além das dificuldades encontradas nos centros urbanos, a falta de uma estrutura básica nos campos de concentração fazia que os materiais fecais fossem despejados em uma área próximo as cercas, ficando expostos. Essa completa ausência de higiene traria consequências desastrosas à saúde pública, assim como as epidemias no campo de 1877 (PAIVA, 2020).

A maior parte da população concentrada em 1915 foi vítima da varíola e não sobreviveu. Essa migração dos flagelados a Fortaleza (FIGURA 1) se deu com proporções maiores do que

as secas anteriores, o que levou então ao estado elaborar um primeiro projeto de ampliação das concentrações (RIOS, 2014).

Diferentemente do que houve em 1877, na seca de 1915, o movimento migratório dos concentrados para outros estados foi menor, visto a oportunidade de aproveitar a mão de obra dos retirantes para a execução de intervenções urbanas. A proliferação de doenças no campo elevou o número de mortes em proporções desenfreadas, atingindo principalmente crianças (PAIVA, 2020).

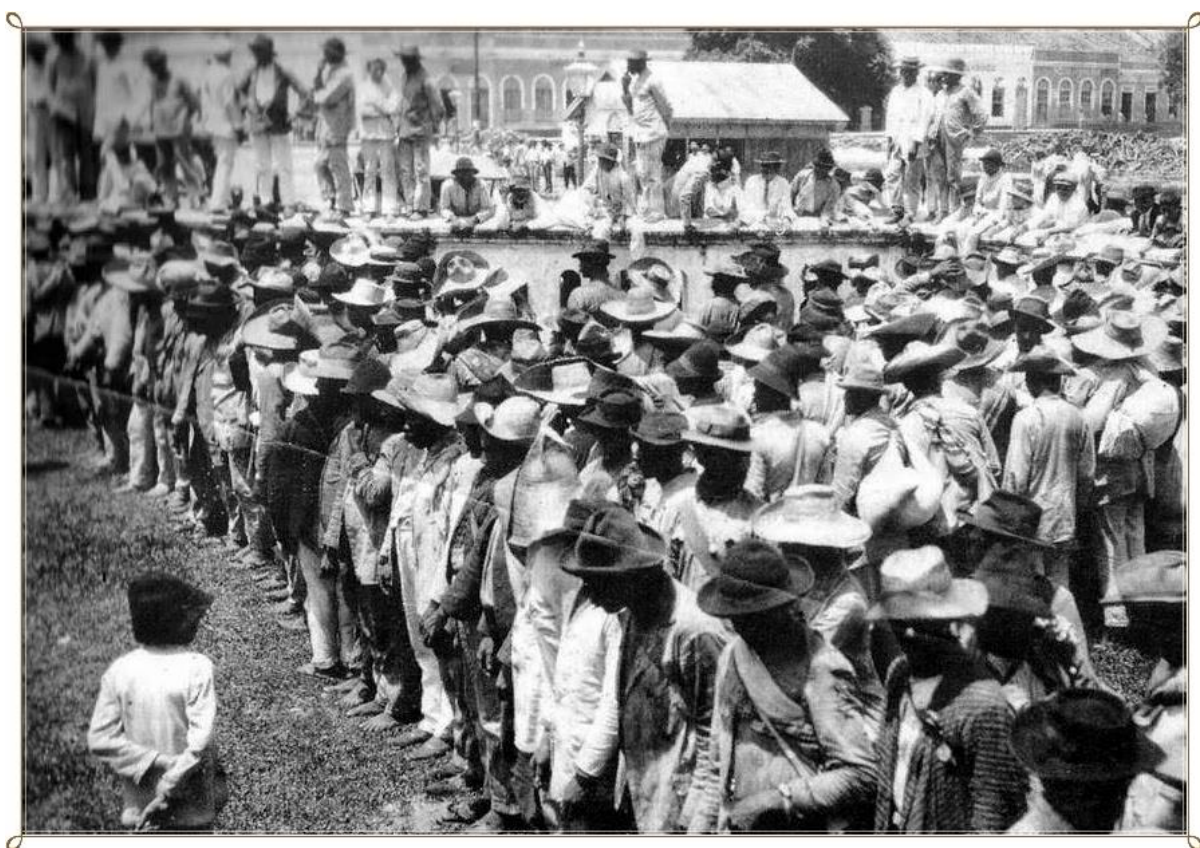
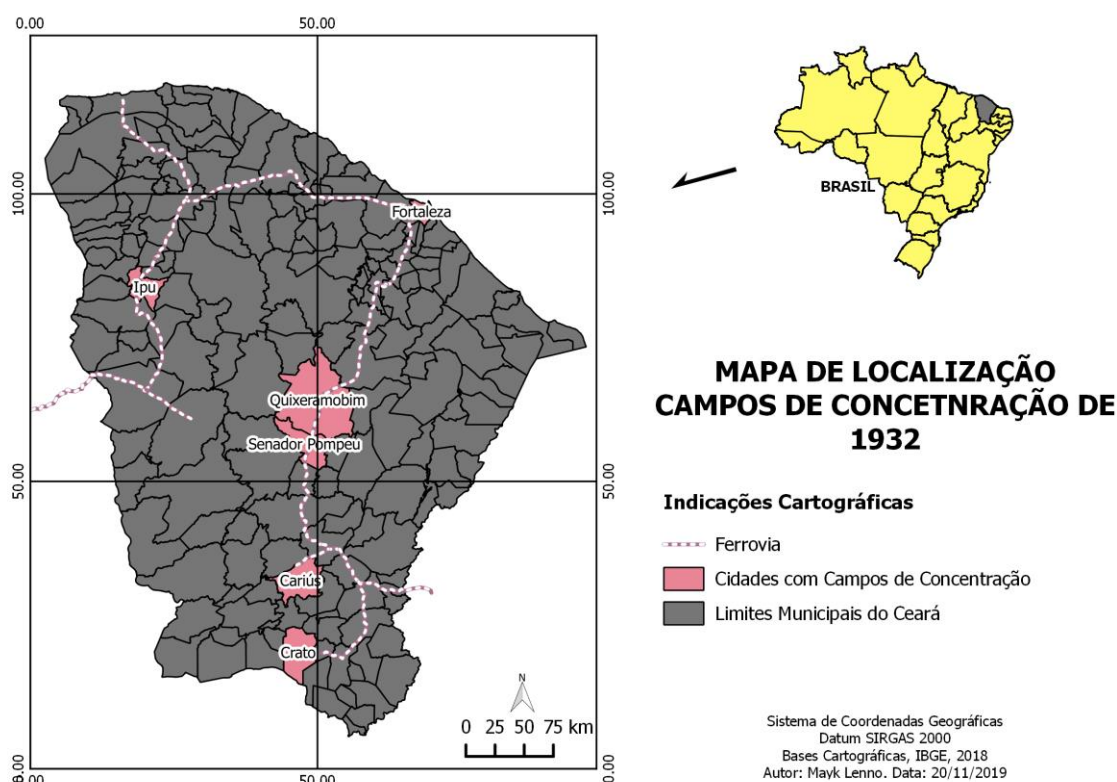


Figura 1 - A Seca de 1915.
Fonte: Acervo Valdecy Alves, [s/d].

As comissões de combate à seca, criadas para atuar no interior do estado a fim de minimizar a migração das pessoas para a capital, não conseguiram suprir as necessidades dos retirantes, sem falar nos casos de desvios de verbas que deveriam ser usadas para aquisição de alimentos para os retirantes. Assim, inicia-se a “indústria da seca”, que era sustentada por inúmeros políticos que se aproveitavam da miséria do sertanejo, para se apresentarem como salvadores da pátria, mantendo seus mandatos em cima do padecimento do povo (FERREIRA NETO, 2007).

Dezesseis anos depois da grande seca de 1915, na seca de 1932, após aprimorar a logística dos campos de concentração, o estado do Ceará amplia a estrutura destes, logo serão sete campos instalados nas seguintes localidades: no Crato, o Campo de Concentração de Buriti; em Jucás, o Campo de Concentração de Cariús, o único que ficava mais afastado de uma estação ferroviária, sendo a de Cedro a mais próxima; em Senador Pompeu, o Campo de Concentração do Patu; em Quixeramobim, o Campo de concentração de Quixeramobim; em Ipu, na região norte, o Campo de Concentração de Ipu; e nos bairros fortalezenses Pirambu, com o Campo de Concentração do Urubu, e Otávio Bonfim, com o Campo de Concentração do Tatuapé ou, como também era conhecido, Campo de Concentração do Matadouro (UCHOA, 2013).



Mapa 2 - Os campos de Concentração do Ceará em 1932.
Fonte: Elaborado pelo Autor.

É importante ressaltar que, apesar da seca de 1932 reafirmar o abandono dos retirantes, o Estado, tanto no nível federal quanto estadual, idealizava formas básicas de assistencialismo para esses campos. “Nota-se, porém, logo à primeira vista, uma verdadeira desolação no seio da população concentrada. Todos anseiam por um trabalho em que possam ganhar os meios de subsistência. Preferem salários mais reduzidos à uma esmola mais abundante” (O Povo, 25/05/1932, apud RIOS, 2014, p. 87).

Os jornais da época anunciavam corriqueiramente a intervenção da polícia para conter saques de mercadorias feitos pelos retirantes. Nos campos, ficava “nas mãos dos chefes e dos responsáveis pelos alistamentos a responsabilidade de negociar com a multidão nas áreas de trabalho, enquanto nas cidades essa era tarefa dos padres, prefeitos e outras autoridades locais” (NEVES, 2001, p.116). Sobre as áreas de trabalho, comumente os flagelados eram locados em obras públicas. O jornal *O Povo*¹⁹, traz a notícia de que as obras de pavimentação da cidade estariam sendo executadas pelos flagelados.

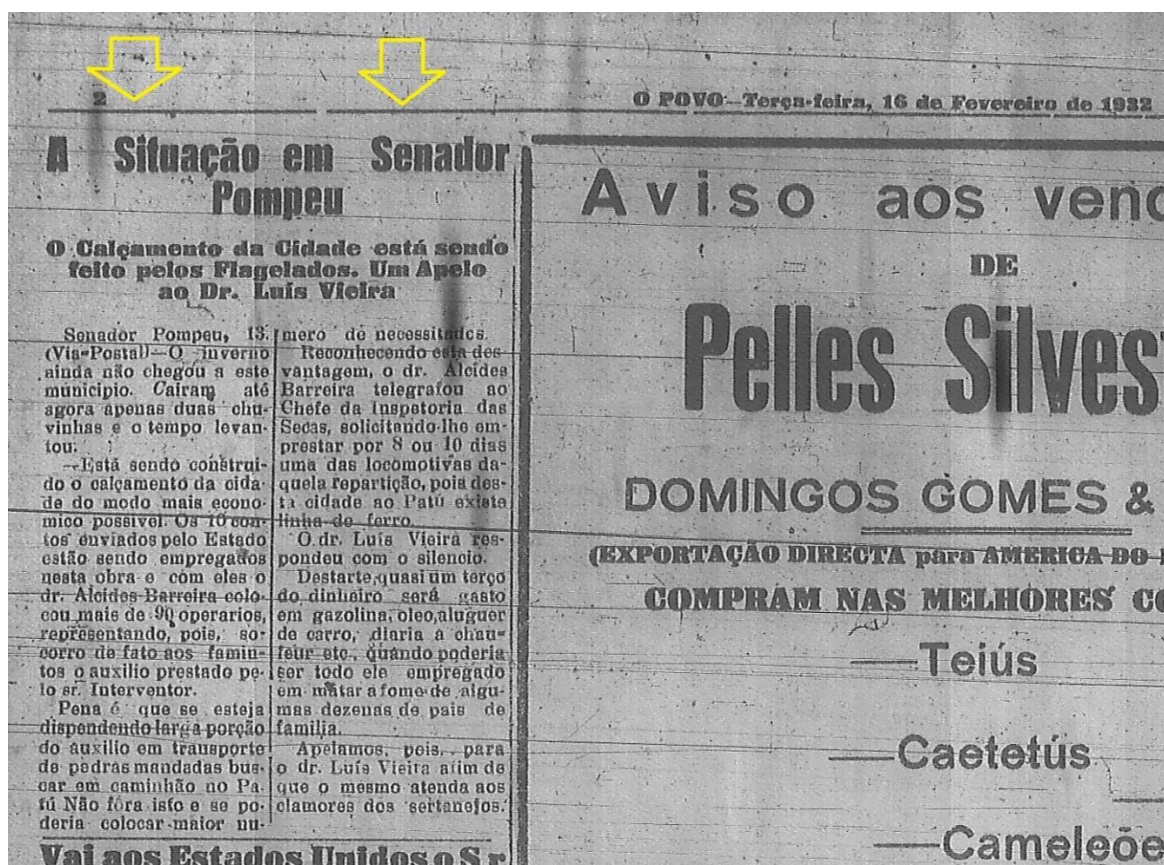


Figura 2 – Recorte Jornal O Povo.
Fonte: Acervo Valdecy Alves [s/d].

1.3 A vida nos campos de concentração

“Foi o pior sofrimento do mundo...”²⁰

¹⁹ Reportagem expedida pelo Jornal O Povo em 16 de fevereiro de 1932. Recorte de jornal do Acervo do Dr. Valdecy Alves disponibilizado para esta pesquisa.

²⁰ Trecho do texto elaborado por Francisco Paulo, conhecido como Fram Paulo, para o documentário “As almas do povo é o santo do povo”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>>.

Diariamente chegavam novas pessoas na concentração e, de igual modo, pessoas morriam. As condições de vidas nos campos eram desumanas, a alimentação era insuficiente e em péssimo estado de conservação, o que facilitava a proliferação de doenças, e consequentemente o aumento da taxa de mortalidade. Como podemos ver a seguir, no depoimento da Sr^a Carmela Gomes Pinheiro (*in memoriam*), sobrevivente do campo do Patu.

Cheguei a Senador Pompeu em 1926 com minha mãe Ana Maria da Conceição e meu pai Antônio Gomes da Silva, empregado do DNOCs como vigia da noite nos casarões. Morávamos na primeira das três casas com alpendre, chegando da rua; também nas outras casas moravam vigias: Francisco Chagas Oliveira e Miguel Carneiro. Em 1932 eu tinha doze anos quando começou a Concentração da seca. Eram barracos de folhas coberto de ramos em todo canto e multidão de pessoas. Aconteceu a doença e começou a morrer gente: dor de barriga, diarreia e os pobres inchavam e morriam. Às vezes o povo enterrava no mato escondido, por medo de que nas valas tirassem o fígado dos mortos. Muitas crianças, também uma prima minha e um irmãozinho, um anjinho de três meses, morreram, mas foi de sarampo. Depois das chuvadas, chegavam em casa mães com criancinhas molhadas; a mãe dava roupinha enxuta, o pai dava feijão ou comida; pouca coisa, pois também a gente era pobre. A comida passada pelo Governo era feijão preto, farinha amargenta, rapadura mascavo, mas tudo era comida grosseira e fazia mal. Quando em 1933 chegou o inverno e terminou a concentração, os flagelados foram levados embora de trem, com máquina a lenha, para várias destinações.” (GIOVANAZZI apud LIMA; SOUZA, 2016, p. 718)

A maior parte das pessoas chegava de trem, visto que os campos estavam sempre próximos de estações ferroviárias ou tinham estradas de ferro própria. Quando as pessoas ingressavam no campo, eram proibidas de sair, dormiam no chão a céu aberto ou em barracas improvisadas.

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes (RIOS, 2014, p. 93).

Devido a péssima alimentação e demais condições sub-humanas, a maioria dos flagelados morria em razão de doenças ou de fome. Os mortos, eram enterrados em valas comuns e tinham o fígado removido²¹.

No começo de novembro de 1932, por causa da seca que tinha queimado tudo, todos escaparam da roça, rumo a assim chamada “Concentração”, lá onde agora são os grandes casarões e onde a Inspetoria tinha o armazém de todos os alimentos para a manutenção do povo.

²¹ Essa prática acontecia devido o fígado ser o primeiro órgão a entrar em decomposição, apenas os bebês eram enterrados sem remover o órgão.

Havia gente de Solonópole, Milhã, Pedra Branca, Mombaça e Piquet Carneiro que tinham saído de seus lugares por causa da seca, recebendo a comida da Comissão. Começou a epidemia. Faleciam de trinta a quarenta pessoas a cada dia, ninguém podendo sair do lugar da barragem.

No Cemitério faziam valetas de toda largura, carregando os mortos. Ninguém tomava nota dos nomes deles; quase não eram considerados pessoas e cristãos. Havia também minha irmã mais velha; foi jogada numa valeta e coberta de terra.

Eu era ainda uma criança. Lembro que todo dia, vinha uma velhinha – morávamos com a família na grande casa perto da Concentração – e me dava um punhadinho de farinha e de raspado de rapadura. Era a merenda que eu comia todo dia.

Voltamos para Tapajós, no início de 1933, quando começou o inverno e todo mundo voltou para o seu lugar. Afonso Ligório do Nascimento – Sobrevivente - Nasceu em Senador Pompeu em 31/01/1929 (GIOVANAZZI apud LIMA; SOUZA, 2016, p. 720)

No início do ano de 1932, o jornal *O Povo* estimava mais de 73 mil flagelados em todos os campos de concentração do estado. O campo de Cariús foi o mais populoso, chegando a receber mais de 28 mil pessoas; os menos populosos foram os de Fortaleza, com pouco mais de mil pessoas, mostrando que os campos cumpriram sua função de conter as pessoas distantes da capital cearense.

oral no Distrito. *O Povo*
Jornal de 20/06/1932 20-6-32 p-1

O EFETIVO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DOS FLAGELADOS

Pelos ultimos dados recebidos oficialmente, o efetivo de flagelados nos diversos campos de concentração deste Estado conta-se da seguinte maneira :

Ipú	<i>Jornal o Povo de</i>	6 507
Fortaleza	<i>20 de junho de 1932</i>	1 800
Quixeramobim		4 542
Senador Pompeu		16.221
Cariús		28 648
⇒ Buriú ←		16 200
Total		73.918

Figura 3 – Quantitativo dos Campos em 1932.
Fonte: Acervo Valdecy Alves [s/d].

A vida dos flagelados no campo era marcada pelo o isolamento total da sociedade, sob um regime de retenção onde todos eram vigiados dia e noite. Na Concentração do Patu, “o serviço de polícia era feito por duas turmas com 36 homens, divididos em cinco postos durante o dia e seis no correr da noite” (*O Povo*, 25/05/1932). Já nos campos da capital as ocorrências

eram tratadas como caso de polícia, as desordens e tentativas de fuga levava os flagelados para as delegacias (RIOS, 2014).

O regime praticado dentro dos campos era de punição de exemplo, em todos eles havia uma espécie de cárcere onde aqueles que causavam desordem ou desentendimentos nas concentrações, eram punidos publicamente para dar exemplo aos demais concentrados.

nas memórias dos sertanejos que passaram por estes lugares, a lembrança do “sebo” tornou-se marcante. Conforme o depoimento oral do Sr. José Camurça, dentro do próprio Campo do Buriti (no Crato) havia “uma espécie de cadeia para os desordeiros” e “era um cercado de madeira bem alto e seguro”. D. Maria de Jesus, que esteve por cinco meses na Concentração de Senador Pompeu, comenta que os rapazes deixavam que seus cabelos fossem raspados temendo o confinamento no “sebo” (RIOS, 2014, p. 95).

Segundo a professora Kênia Sousa Rios (2014), esse projeto disciplinador acontecia de forma conflitiva. Geralmente, os concentrados eram presos por roubo de comida ou algum tipo de afronta às normas dos campos. A maioria dos casos registrados era referente a embriaguez e revolta contra os administradores e vigilantes do Campo. Os Campos de Concentração se tornaram lugares de confrontos entre o poder público e os flagelados.

Havia uma assistência religiosa por meio da Igreja Católica, que estava sempre presente nos campos. Assim, geralmente eram celebradas missas e administrados os sacramentos como batismo e matrimônio. Mas, para além disso, a Igreja cumpria o papel de consolação às famílias das vítimas das concentrações.

Em meio ao sofrimento, concentrações como as de Fortaleza tentavam ainda amenizar a situação envolvendo os concentrados em atividades como corais, jograis e orquestras que se apresentavam nos campos (LIMA, 2018). Porém a realidade da dos campos no interior do estado era outra, eles foram uma das formas mais bem sucedidas de isolamento dos retirantes da seca, um controle social em nome do progresso da elite cearense e seus governantes.

Mas os concentrados em meio as suas experiencias batizaram as concentrações de currais do governo, onde as pessoas eram trancadas como animais, tinham sua mão de obra explorada e aguardavam a morte em meio à desesperança do fim daquele tormento.

Outro aspecto significativo é o nome com o qual o flagelado batizou os Campos de Concentração: Curral do Governo. Na sua vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como bichos (RIOS, 2014, p.102).

Nos campos cearenses, a morte sempre esteve presente, devido às doenças e a falta de uma assistência mínima, como já abordado anteriormente, muitas pessoas não sobreviveram a seca de 1932. Segundo os poucos dados que podem servir de registro a essa história dos campos, o campo de Ipu registrou sozinho cerca de 23 mil mortes na seca de 1932 (RIOS, 2014). Apesar disso, é difícil localizar dados precisos das mortes nos campos cearenses pois, no arquivo histórico da paróquia de Senador Pompeu, que era responsável pelo obituário da cidade em 1932, percebeu-se que no ano da seca houve um baixo registro de óbitos, o que leva a compreensão de que a tragédia dos campos cearenses pode ter sido maior do que o que se tem registrado.

1.4 Campos de morte

“Na era de trinta e dois todo o sertão secou.”²²

Isolar e exterminar como uma forma de reafirmar a autoridade, o poder, foi uma prática comum não somente para as experiências brasileiras. Ao longo do século XX as experiências concentracionárias tiveram uma essa mesma roupagem comum. Isolar os grupos do resto da população e colocá-los sob condições de vida deploráveis ou até mesmo exterminar esses grupos tidos como indesejáveis.

Essas experiências são escancaradas para o mundo nos campos de concentração nazistas que foram edificados cerca de dez anos após os campos cearenses, mas, paralelo a experiência dos sertões, nós podemos destacar o terrível episódio do Holodomor (a grande fome) na Ucrânia, onde nos anos de 1932 e 1933 o regime soviético levou milhões de pessoas a condições de vida sub-humanas e ao extermínio por meio da fome. “Terá sido um dos períodos que mais marcaram a história, identidade e memória coletiva dos povos da União Soviética, sobretudo dos que possuíam grandes e férteis terrenos agrícolas” (CIESZYŃSKA; FRANCO, 2013, p. 17).

Do ponto de vista agrícola, a rica terra da Ucrânia era tida como o celeiro na Europa. Eles foram severamente punidos pelo regime soviético, que impedia os agricultores de obter alimentos, muitos deles autoprodução. A polícia secreta soviética bloqueou a fronteira, e

²² Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

proibiu que milhões de agricultores tivesse acesso aos alimentos básicos, que em sua maioria eram produzidos por eles.

Sob coordenação de um plano altamente criminoso, o governo estalinista iniciou um processo de extinção das elites políticas e intelectuais críticas de Moscou, bem como de grande parte da população produtiva da Ucrânia, a fim de obter total sujeição da vontade da nação e do território ao poder do império soviético. As elites intelectuais foram silenciadas por meio da prisão, do exílio e da morte; a Igreja Ortodoxa foi integralmente proibida, dezenas de bispos e padres foram perseguidos e mortos, os símbolos religiosos foram retirados dos templos e os fiéis impedidos de professar suas crenças, é importante salientar que a maior parte das famílias de agricultores foram massacradas por uma fome prolongada e silenciosa, montada artificialmente, e os suprimentos apodreciam nos silos (CIESZYŃSKA; FRANCO, 2013).

A “grande fome” de 1932-1933 foi, sobretudo, a forma de impor o regime comunista à “nação camponesa”, com a destruição das estruturas sociais tradicionais nos campos, a liquidação física de milhões de agricultores, e uma aceleração brutal dos processos de urbanização – trinta milhões de camponeses partiram para as cidades nos anos trinta. Em 1921, a conquista da Rússia pelos bolcheviques não tinha passado para fora das portas das cidades, mas, em 1933, com a coletivização rural, o resto do país foi ocupado (GASPAR, 2013, p. 43).

Holodomor, diferente dos campos cearenses, foi marcado por um silenciamento por parte do Estado, enquanto nos campos cearenses a imprensa apresentava com frequência denúncias do que ocorria nos campos, em jornais como O Povo o Correio do Ceará, A Razão, entre outros. Mas a estratégia de isolamento e controle social é a mesma, pois, assim como na Ucrânia, diversos foram os relatos de sobreviventes que perderam familiares para doenças e para a fome.

Dentre os campos cearenses será destacado neste trabalho o campo do Patu em Senador Pompeu, único campo que possui vestígios materiais no estado, e é a partir dos relatos dos sobreviventes desse campo que veremos surgir a devoção popular que levou a tragédia de 1932 a ser conhecida na atualidade.

1.5 O campo do Patu

*“A história que passou
desenhada aqui ficou.”²³*

O campo de concentração do Patu abriga hoje um complexo arquitetônico que forma a vila dos ingleses, nome que remonta a sua construção na segunda década do século XX. Senador Pompeu é o único campo de concentração que possui uma estrutura edificada que guarda a memória dos acontecimentos da seca de 1932.

Neste tópico, será abordada essa estrutura concebida às margens do açude Patu, na periferia da cidade de Senador Pompeu. O estado dessas edificações e os seus usos ao longo da história nortearam nossa discussão.

O campo do Patu em Senador Pompeu não foi edificado para ser uma concentração em 1932. Na verdade, a construção do complexo do Patu data de 1919, quando o DNOCS iniciou as obras de construção de uma barragem no rio Patu, a cerca de três quilômetros da sede do município. As obras foram interrompidas pelo governo em 1923 e reutilizada para abrigar o campo de concentração do Patu. As obras da barragem foram retomadas no início da década de 1980 e concluídas em 1987. “Aproveitou as instalações da vila operária criada para as obras de construção do açude de mesmo nome, interrompidas pela Inspetoria das Secas anos antes. Funcionou durante todo o período de assistência aos retirantes (04.32 a 04.33) e chegou a reunir quase 20 mil pessoas em maio” (NEVES apud MARTINS, 2016, p. 40).

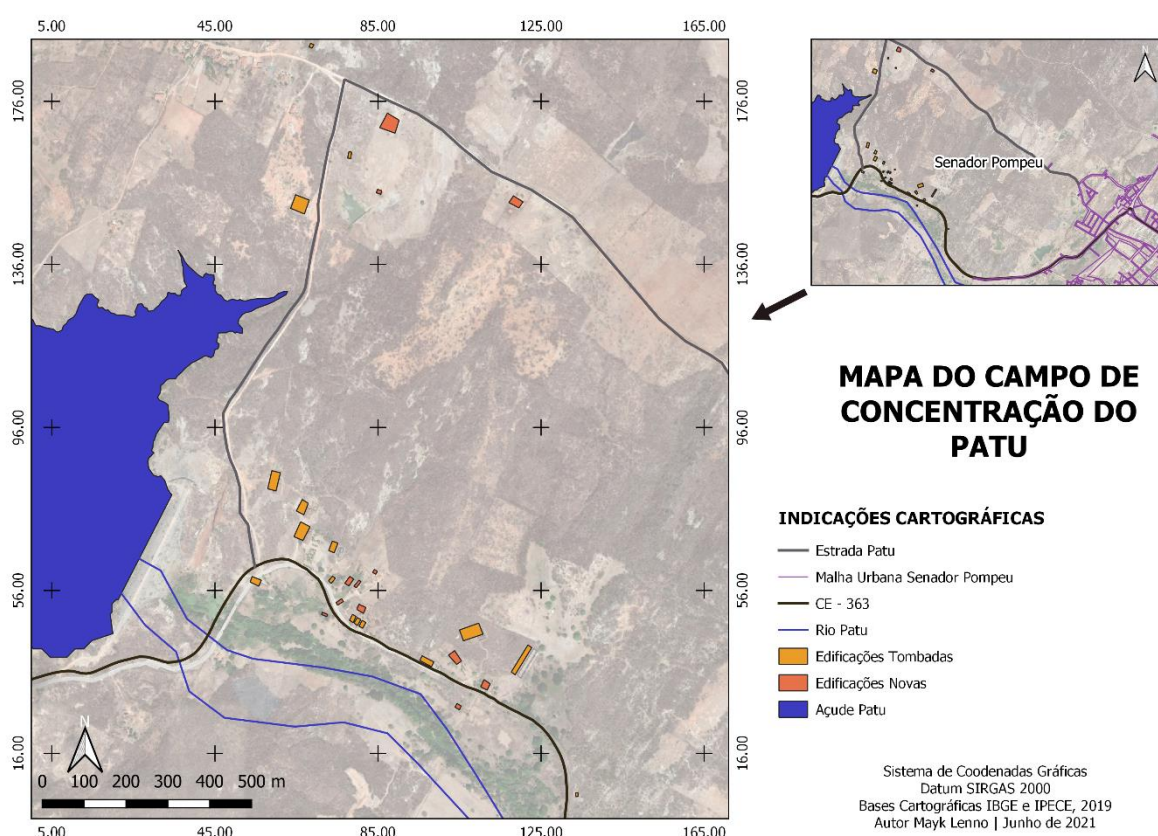
A estrutura de casas para a construção da barragem do Patu perpassa os anos de 1919 a 1922, quando foram edificados dezesseis imóveis que funcionariam como abrigo para os engenheiros, para o Armazenamento de materiais de construção, como pontos de apoio hospitalar e oficinas para manutenção de equipamentos e geração de energia. Além desses, um espaço de abarracamento conhecido por “vila dos operários” abrigaria as pessoas que iriam trabalhar na construção da barragem (BEZERRA, 1998).

Em 1921, após os primeiros estudos técnicos realizados pela empresa inglesa Dwight P. Robinson & Co, iniciaram as escavações para construção das fundações da barragem. A obra

²³Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

reuniu trabalhadores de todo o estado e cidades vizinhas e tinha como objetivo sanar os problemas de abastecimento de água da cidade e seu entorno²⁴.

Essa estrutura de edificações citadas anteriormente estava dividida em três casa de pólvora para armazenamento de explosivos (dessas, uma explodiu no período de construção e uma está localizada as margens da serra do Patu, fora da poligonal de tombamento), uma usina de geração de energia, uma oficina de equipamentos, um hospital (este não chegou a ser concluído), um grande armazém de materiais, uma estação ferroviária²⁵ e oito casarões para os coordenadores das obras. Para além desses, havia ainda uma cisterna de abastecimento das edificações e uma vila operária com cerca de duzentas moradias simples para os trabalhadores (BEZERRA, 1998).



Mapa 3 - Campo de Concentração do Patu.
Fonte: Elaborado pelo Autor.

²⁴ A barragem e o rio Patu pertencem ao sistema hidrográfico do rio Jaguaribe e ao subsistema do rio Banabuiú, sua bacia hidrográfica corresponde a uma área de 1.007 quilômetros quadrados.

²⁵ Essa estação tinha por objetivo levar os suprimentos vindos do município e os equipamentos de trabalho vindos do exterior até o canteiro de obras.

Em 1923, as obras foram oficialmente suspensas e os trabalhadores dispersados para suas localidades de origem e apesar de tentativas políticas de retomadas, as obras só foram concretizadas em 1984, dessa vez sob responsabilidade da Empresa Industrial e Técnica S.A – EIT.

Tinha 13 anos em 1919, quando começaram os trabalhos da barragem do Patu. Em 1920 meu pai, Vicente Fernandes Ribeiro, foi assumido como primeiro carpinteiro – ele era mestre carpinteiro – para trabalhar nas construções. Nesse tempo foram construídos os casarões. Eram construções bonitas. Saindo de Senador, depois da casa de pólvora o primeiro casarão era a estação de trem: por traz o galpão era residência dos trabalhadores e sobre ele ficava o hospital. Prosseguindo, as três casas pequenas com alpendre e a casa maior eram residência dos funcionários. Por trás, ao longo da grotta, o casarão amarelo era chamado de casa da luz, com os maquinários para produzir energia. Onde atualmente está a casa pôr do sol era a farmácia; por traz o casarão grande era a casa do chefe da inspetoria. Embaixo onde são ruínas e colunas era um quarteirão; a casa cor de rosa antes da ponte era o almoxarifado; no alto, subindo da estação, ficava a vila operária, onde morava a maioria dos trabalhadores. Em 1923, suspenderam os trabalhos e paralisaram a construção da barragem. Todo mundo foi embora. Ficou como chefe da inspetoria que permaneceu até 1927 quando aconteceu a explosão na casa de pólvora; foi um suto bem grande, que foi ouvido até de Mombaça. Depois dele foi nomeado o chefe o “Ferrerinha”. Maria Fernandes de Jesus – Nasceu em Senador Pompeu em 14/08/1906 (GIOVANAZZI, 1998, p. 9).

No período de paralisação, o canteiro de obras estava abandonado, pelo menos até o ano de 1932, quando mais uma vez o estado é assolado pela seca, e como citado anteriormente, amplia sua estratégia de concentração para o interior. Em senador Pompeu, o canteiro de obras foi reaproveitado para os campos de concentração, atraídos com a promessa de trabalho na construção do açude, os cearenses eram aprisionados e viviam em condições sub-humanas no campo do Patu.

No Patu, apesar de ter sido aproveitada a estrutura do canteiro de obras, os flagelados não tinham acesso aos casarões, pois esses eram exclusivos para os funcionários da comissão que administrava o campo. Os concentrados improvisavam abarracamentos ou viviam ao relento, sob o sol do sertão.

O campo do Patu recebeu pessoas de todo o estado e a condição de miséria dado pelo assistencialismo ineficiente do Estado, consolidou a proliferação de doenças, e consequentemente na morte de milhares de sertanejos.

O responsável pelo abarracamento era o seu José Felix. O serviço dele era despachar a alimentação: Feijão Preto, farinha d’água, farinha surui, açúcar mascavo, que dava dor de barriga. Em outubro de 1932 meu pai faleceu de doença do coração; sete dias depois faleceu de sarampo o meu irmãozinho de cinco anos e foram enterrados no cemitério da barragem. Depois que surgiu a epidemia de cólera começou a morrer um bocado de pessoas. Maria das Dores da Silva – Sobrevivente - Nasceu em Candoca em 06/01/1926 (GIOVANAZZI, 1998, p. 18).

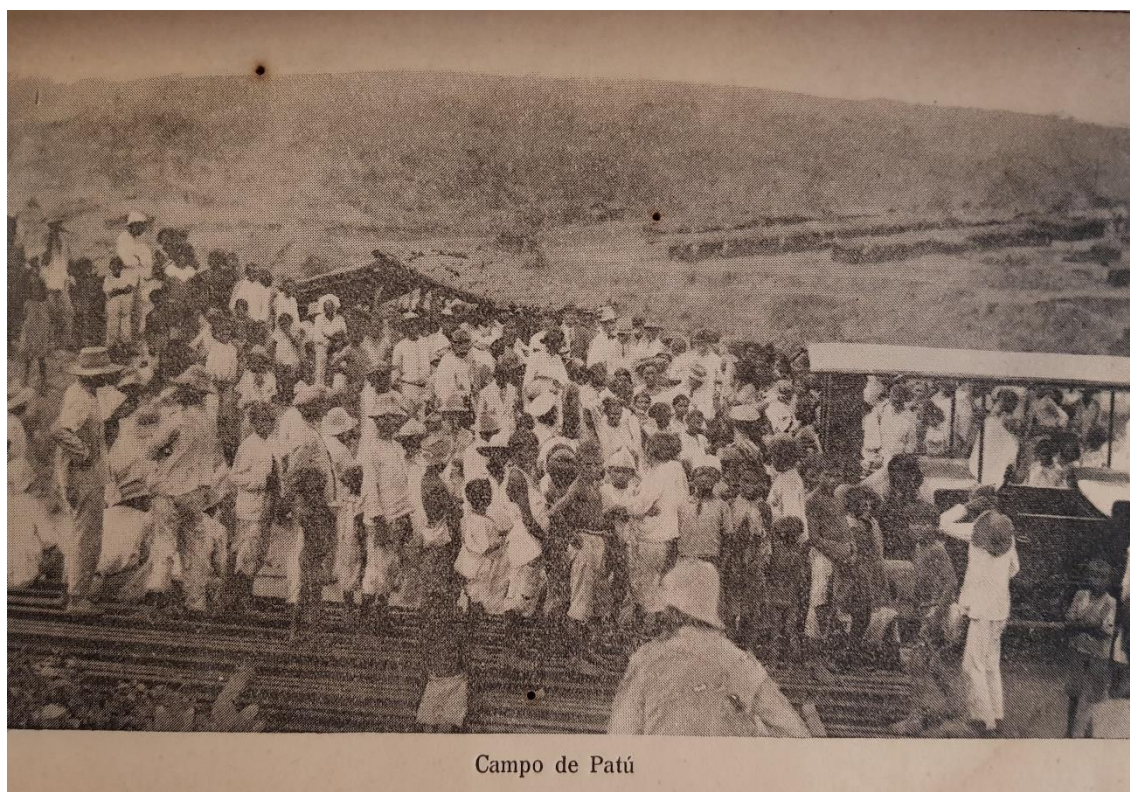


Figura 4 – Campo de Concentração do Patu
Fonte: Acervo Valdecy Alves, [s/d].

Em 1933, com a chegada das primeiras chuvas, a concentração foi encerrada e as pessoas libertadas. Ali, onde hoje habitam as memórias da seca, foi edificado um cemitério para lembrar daqueles que morreram na concentração. Hoje, o que chamamos de Sítio Histórico do Patu, resguarda os casarões do canteiro de obra, a maior parte em estado de deterioração.

1.6 Os remanescentes do campo do Patu

“Não apaguem a história, impregnada na memória de cada parede minha.”²⁶

Conhecidos popularmente como casarões da barragem, os imóveis que pertenciam a comissão que organizava o campo de concentração do Patu, estão como sobreviventes da ação

²⁶Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

do tempo e do descaso do poder público para manter a lembrança da tragédia da seca de 1932 em Patu.

Na primeira imagem (figura 5), a casa de pólvora situada na entrada do Sítio, foi usada como armazenamento de explosivos durante a construção da barragem. Foram edificadas três casas, uma explodiu durante a construção, a segunda está à margem da rodovia CE-363, e a terceira encontra-se próxima a serra do Patu.



Figura 5 - Casa de Pólvora.
Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.

A segunda imagem (figura 6) apresenta o grande armazém utilizado para estocar materiais como ferramentas e alimentos. Seu uso permaneceu o mesmo, tanto na construção da barragem como no Campo de Concentração. Uma edificação com mais de 1.600 m², que se encontra em estado de arruinamento (LIMA, 2018).



Figura 6 – Armazém.

Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.

Ao lado da rodovia encontram-se as ruínas da antiga estação ferroviária (Figura 7). Neste ponto chegavam os equipamentos e maquinários para a construção da barragem, e durante a seca de 1932 foi utilizada como ponto de desembarque dos flagelados que chegavam ao campo. Ela ainda serviu como armazém para parte das ferramentas e alimentos que chegavam ao local. O ramal da linha férrea foi removido na década de 1990, mas ainda é possível encontrar vestígios da estrutura de apoio à ferrovia.



Figura 7 – Estação.
Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.

Na figura 8 apresenta-se as ruínas do hospital, que ficou inconcluso. Serviu apenas de abrigo para os flagelados na seca de 1932. É a edificação menos acessível do sítio, devido estar mais afastada da rodovia e não haver trilhas permanentes.



Figura 8 – Hospital
Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.

A seguir estão as casas dos apontadores²⁷ (FIGURA 9), são três casas principais que abrigaram engenheiros e os demais funcionários na construção da barragem. Durante a concentração de 1932, abrigaram as famílias do pessoal que atuava na vigilância do campo. Hoje, duas estão ocupadas, mas em péssimo estado de conservação, percebendo-se a casa do meio que se encontra em estado de ruína (LIMA, 2018).



Figura 9 – Casa dos Apontadores
Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.

A oficina ou Casa da Luz (FIGURA 10) possuía maquinário para a geração de energia elétrica para todo o canteiro de obra da construção da barragem do Patu, e na seca serviu como ponto de apoio para os guardas e para a execução de trabalhos direcionados aos flagelados. Destaca-se dos demais casarões por ser o único a possuir estampado em sua fachada o selo nacional, atualmente encontra-se em estado de arruinamento. (LIMA, 2018).

²⁷ Os Apontadores eram uma espécie de coordenadores e fiscais de grupos de trabalhadores.



Figura 10 – Casa de Oficina
Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.

A usina gótica (FIGURA 11) leva esse nome por apresentar traços do estilo gótico. Foi utilizada como apoio para a usina na geração de força para o canteiro de obra, possui uma cisterna para armazenagem de água utilizada, além disso existe um açude de pequeno porte que levava água para as caldeiras da usina. Hoje ela se encontra em estado de arruinamento e é a edificação mais próxima do cemitério dedicado às vítimas da seca de 1932 (BEZERRA, 1998).



Figura 11 – Usina Gótica.
Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2019.

As casas dos engenheiros (FIGURA 12) abrigaram, na construção da barragem, os responsáveis pela obra e são duas edificações com o mesmo estilo arquitetônico²⁸. Na seca de 1932, eram dessas edificações que se comandava todo o campo de concentração, sendo que uma delas veio a funcionar como farmácia. Ambas estão ocupadas atualmente (LIMA, 2018).

²⁸ As edificações do DNOCS tiveram um diálogo entre estilos arquitetônicos como o art déco e o neocolonial, além de inserções de elementos clássicos e góticos em algumas construções. Para saber mais recomenda-se a leitura: QUEIROZ, Marcos Vinícius Dantas de. **Arquitetura, cidade e território das secas: ações da IFOCS no semiárido do Brasil (1919-1945)**. IAU/USP, São Carlos, 2020.



Figura 12 – Casa dos Engenheiros.
Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2016.

O casarão da inspetoria (FIGURA 13) é a principal edificação, pois nela moravam os chefes das obras e posteriormente os chefes do campo. Está localizada na parte mais alta do território, obtendo uma visão estratégica de todo o campo. Atualmente, encontra-se em estado de arruinamento e para além das ações do tempo sofreu com a degradação de vândalos (LIMA, 2018).



Figura 13 – Casarão da Inspetoria.
Foto: Mayk Lenno e Suyanna Carneiro, 2021.

Por fim, e não menos importante, o cemitério da barragem (FIGURA 14). É imprecisa a data em que ele foi construído, porém, segundo depoimentos, ele está sob a principal área de valas onde as vítimas foram enterradas durante o funcionamento do campo de concentração (LIMA, 2018). Ele é símbolo da devoção popular que santificou as *almas da barragem*, além de ser o local de encerramento da romaria, que manteve viva a memória do sofrimento da seca ao longo das últimas décadas.



Figura 14 – Cemitério da Barragem do Patu.
Fonte: Acervo Isabelle Viana e Mayk Lenno, 2018.

Estas edificações foram construídas em 1919 para abrigar as equipes que trabalharam na construção da barragem do Patu, que teve suas obras paralisadas em 1923. Com a chegada da seca de 1932, esta estrutura foi reaproveitada para abrigar a comissão que coordenou os trabalhos dos campos de concentração, sendo os casarões adaptados aos novos usos como já citado anteriormente.

Os campos de concentração da seca foram criados para isolar a população pobre do estado que durante a seca deixaram suas casas no interior do estado e migraram para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. O campo do Patu foi desativado em 1933, com a chegada das primeiras chuvas e o incentivo do estado para que as pessoas retomassem as atividades no campo.

Cinquenta anos após a desativação do campo de concentração do Patu, no ano de 1982, uma romaria é criada como sinal da fé de uma comunidade em torno das almas das vítimas dos campos de concentração. A romaria é o principal vetor de motivação para a preservação do Sítio Histórico do Patu, um forte elemento memorial. Após o fim dos campos de concentração e a libertação dos concentrados, verificou-se um longo período de silêncio sobre a tragédia.

Entretanto, na década de 1980, em razão das manifestações de religiosidade popular, as vítimas das concentrações cujo estatuto era de povo marginalizado, tornam-se santos populares, o que fomenta novas interpretações e visibilidade ao tema dos campos de concentração e seus remanescentes.

A partir do próximo capítulo, abordar-se-á os elementos fundamentais para a criação desta celebração e a sua influência direta na manutenção da memória e na construção de uma identidade capaz de reconhecer o patrimônio cultural latente no interior dos sertões cearenses.

2 CELEBRANDO MEMÓRAS

“Sob a luz dos devotos, vê-se nascer no sertão uma devoção particular com uma ótica coletiva. O chão de terra batida e com tons fortes avermelhados do barro, entre as árvores da caatinga e sob o sol escaldante, a figura do sertanejo se depara com um muro branco marcado com uma cruz a sua frente. No lugar, um silêncio profundo capaz de provocar as mais diversas sensações, dentre elas se destaca a fé”.

Descreveu-se acima a cena que vi ao visitar pela primeira vez o cemitério da barragem, nome dado àquele quadrilátero escondido nos sertões do município de Senador Pompeu. Não recordo-me se foram essas as sensações que me vieram naquele momento, mas é comum perceber a expressão desses sentimentos quando hoje acompanho os romeiros que visitam esse lugar.

Neste cemitério foram enterradas as vítimas do campo de concentração do Patu em 1932, e é nesse local onde se fortalece a devoção da comunidade local às Santas Almas da Barragem²⁹.

Nesse capítulo, apresenta-se uma discussão sobre as relações entre o esquecimento e a memória dos sobreviventes do Patu, os seus primeiros relatos e essa devoção popular que nasce de forma espontânea e é oficializada pela a igreja católica na década de 1980. Atualmente, a devoção se tornou um símbolo regional de manutenção da memória, a então “Caminhada da Seca” fomenta a fé das pessoas e tem uma relação de desenvolvimento social nas comunidades que compõem o entorno rural do município de Senador Pompeu

Além disso, é possível notar a sua importância para a conquista do reconhecimento do lugar como patrimônio cultural de Senador Pompeu, tema que será apresentado neste capítulo.

2.1 O período de esquecimento e os primeiros depoimentos

*“Adeus minha mãe, adeus meu pai,
adeus meus amigos, Ave Maria...”*³⁰

²⁹ Denominação dada pela comunidade às vítimas da seca de 1932 enterradas na região da barragem do Patu.

³⁰ Trecho da música *como nossos pais* de Belchior, 1976.

No início de 1933, a retomada das chuvas no estado trouxe aos retirantes a possibilidade de voltarem para suas comunidades e recomeçarem a vida. Era comum que os sobreviventes dos campos solicitassem ao poder público passagens para voltar para suas localidades, bem como sementes para iniciar o plantio de víveres. Apesar disso, o governo local apelava à União que as obras emergenciais de desenvolvimento do estado não fossem paralisadas, a fim de garantir um sustento para os retirantes que iriam permanecer na capital, discurso que foi replicado em diversos meios locais (RIOS, 2014).

É certo que com o início da estação chuvosa, os trabalhos de emergência terão necessariamente, de ser suspensos [...] haverá seguramente, uma certa porcentagem dessa pobre gente que quererá continuar engajada nos aludidos serviços. O Governo da União tem o dever imperioso de não interromper a marcha desta parte do serviço que diz respeito com a defesa dos habitantes flagelados [...] (O Nordeste, 24/01/33).

Com o encerramento oficial das concentrações, “os flagelados foram levados embora de trem, com a máquina a lenha, para várias destinações” (GIOVANAZZI, 1998, p. 14). Alguns conseguiram retornar ao seu local de origem, outros, permaneceram nas cidades onde localizavam-se os campos e acompanharam o surgimento de novos bairros nas regiões periféricas. Em lugares como Fortaleza, a periferia do final da década de 1930 passou por inúmeras mudanças e hoje localiza-se mais perto do centro numa escala espacial, mas na escala social essas localidades demoraram décadas para receber investimentos minimamente necessários para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No interior do estado, apesar de algumas cidades já terem acesso a ruas pavimentadas e casas de alvenaria, a população de mais baixa renda ainda habita lugares que surgiram com os sobreviventes dos campos, como é o caso de cidade de Cariús, que foi criada no final da década de 1930, nas proximidades do canteiro de obras do açude, que recebeu o campo de concentração, e de Senador Pompeu, que possui bairros populosos nas periferias que circundam as estradas de acesso ao sítio histórico do Patu.

Dentre tantos casos de pessoas que permaneceram em Senador Pompeu, pode-se destacar a senhora Luiza Pereira, conhecida por Dona Luiza Lô (*in memoriam*), que se tornou uma voz ativa das memórias do campo do Patu ao expressar sua experiência com a concentração em documentários e nas romarias que esteve presente. Em seu depoimento, registrado no documentário *As almas do povo é o santo do povo* em 2007, diz que:

Aí, nós escapamos. Quando foi em 33 terminou a comissão, nós ficamos ainda lá. Mas não tava mais dando pra nós. Às vezes, comia insosso, sem ter sal... em 33. Aí, nós

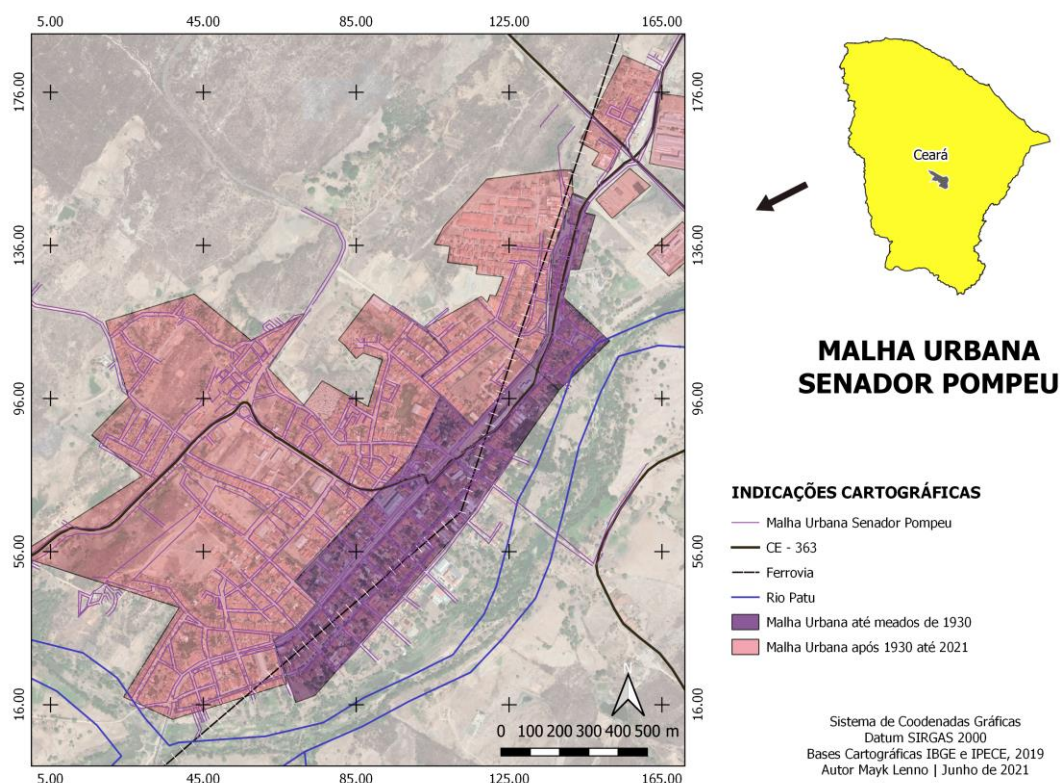
viemos aqui pra este Pavãozinho aqui. Viemos pra aqui. Desde de 33 que eu moro aqui. Deus já levou minha mãe, meu pai, toda a minha família, só tem eu.³¹

Mas nem sempre o comportamento adotado foi esse. No período que sucedeu o encerramento dos campos de concentração de 1932, pouco se falava sobre as experiências, as concentrações representaram para o povo cearense um evento traumático sem precedentes. Esse trauma individual que nasce a partir das atrocidades vivenciadas pelos retirantes gera, em um primeiro momento, uma reação de repressão e negação, sendo superado, quando a dor se torna consciente, para que ela permita o luto (ALEXANDER, 2004).

É importante salientar que em um contexto pós-conflito, entendido num sentido amplo, há de fato dois desenvolvimentos principais possíveis: (i) a população reprime o evento para tentar se reconectar com o passado do pré-conflito; ou (ii) os atores sociais insistem na importância do conflito para propor um novo começo.

O trauma dos campos de concentração pode ter gerado um breve silenciamento nas pessoas que saíram dos campos, porém, cidades como Senador Pompeu perceberam uma mudança na configuração de sua malha urbana com a permanência de muitos retirantes na cidade. Essas pessoas que resolveram não retornar à sua terra natal, influenciaram a criação de novos bairros nas cidades e por consequência uma reestruturação da malha urbana. Ao exemplo de Senador Pompeu, cidade que até o final dos anos 1920 foi desenvolvida a partir da ferrovia que atualmente a divide ao meio, este modelo de construção urbana que antes seguia o fluxo ditado pela ferrovia passa, a partir da década de 1930, a receber aglomerados de residências apresentando uma nova estrutura urbana, dada a necessidade de acolher a população que se fixava na cidade.

³¹ Extraído do depoimento de Dona Luiza Lô no documentário *As Almas do Povo é o Santo do Povo – Campo de Concentração da Seca de 1932*, de Fram Paulo e Karla Samara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>. Acesso em: 17 nov. 2020.



Mapa 4 - Evolução urbana de Senador Pompeu.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse contexto pós seca, o desenvolvimento de comunidades na zona rural da cidade, no entorno da área que hoje compreende ao açude Patu, também é marcado por um crescimento significativo de sua população que irá desenvolver os trabalhos no campo com atividades de agricultura familiar e criação de animais.

Além de Senador Pompeu, a permanência dos retirantes nas regiões das concentrações, contribuiu para a criação de cidades como Cariús, que no início da década de 1930 era uma vila ligada ao município de São Mateus (atual Jucás) e recebeu a concentração mais distante de uma estação ferroviária, que ficava na cidade de Cedro. A permanência dessas pessoas, unido aos trabalhos de construção de uma barragem no Rio Jaguaribe, forma motores para a criação desse novo município no centro sul cearense³².

Não é o foco deste trabalho aprofundar a relação do trauma com a constituição do lugar, almeja-se apenas exemplificar a partir desses exemplos que a constituição de novos bairros e cidades ajudam no processo de compreensão de que um evento traumático possui força

³² Dados colhidos do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/carius>

suficiente para alterar a formação urbana dos lugares onde os mesmos aconteceram. Apesar de perceber-se que o pós trauma pode conduzir as cidades para uma reconexão ao progresso da década anterior, é preciso compreender que em sociedades pós trauma, entendidas em um sentido amplo, existem fragmentos da história que podem ser esquecidos e reprimidos a partir da urgência de reconstruir, em detrimento de um verdadeiro trabalho de análise sobre eventos, e na maioria dos casos em detrimento das vítimas que terão que sacrificar suas memórias individuais para garantir a sobrevivência do grupo.

Isso porque ao recomeçar, a memória passa por um processo de ressignificação. Se em um primeiro momento o trauma dos campos gera um sentimento de esquecimento, buscando uma superação das feridas, das perdas e da miséria existente nas concentrações, em um segundo momento, o silenciamento é quebrado e aquelas pessoas começam a contar os detalhes armazenados pela memória. Esse processo amplia a memória traumática de cada indivíduo e transforma-a em uma memória coletiva.

A construção dessas memórias faz parte da interação social entre pessoas e grupos sociais, ou seja, as memórias individuais estão baseadas nas memórias de diversos grupos sociais. É preciso, portanto, que as memórias estejam associadas às comunidades no entorno do Patu.

A memória é construída sempre a partir de um grupo e essas memórias construídas no indivíduo tornam-se um ponto de vista da memória coletiva, a presença do indivíduo no processo de reminiscência é essencial já que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

As memórias que estavam submetidas ao esquecimento se transformaram em memórias para que o passado não se repita. No caso de Senador Pompeu, a memória dos campos é ritualizada na década de 1980 pelo cristianismo. Mas anterior a isso, em algum momento entres as décadas que sucederam a seca de 1932³³, os sobreviventes, seus familiares e descendentes que haviam permanecido na cidade, iniciam um movimento de retorno ao território que se compreende ao campo de concentração do Patu, mas desta vez o retorno ao campo do Patu é

³³ Durante os anos de 1932 (Ano da Seca) e 1982 (Fundação da romaria), existe um espaço de temporal de 50 anos, é nesse período que o cemitério da barragem recebe seus muros e que nasce a devoção na comunidade as vítimas da concentração do Patu. Não foi possível identificar durante a pesquisa o momento em exato desses acontecimentos.

para homenagear familiares, amigos e até os desconhecidos que foram esquecidos pela sociedade.

Esse movimento de retorno dessas pessoas, torna-se um primeiro passo para reconhecer a memória traumática que será registrada posteriormente nos primeiros depoimentos sobre a vida no campo de concentração. Nesta pesquisa é possível perceber que o movimento de retorno desses sobreviventes e de seus familiares e descendentes levará à comunidade a enxergar as vítimas da concentração com um olhar mártir, dado o sofrimento que passaram em vida. Com isso, as vítimas se tornam, no imaginário popular, um santo capaz de acolher suas preces e levá-las a Deus. Um santo coletivo que não possui um rosto, mas possui um lugar que prova a sua existência.

E esse ato de retorno ao campo motivará na década de 1980 a criação de uma romaria da qual será tratada posteriormente. Esse movimento traz à tona uma memória que antes era esquecida e agora é lembrada e ressignificada pela comunidade local. No entanto, deve-se ressaltar que não existem apenas as memórias de sobreviventes dos campos, mas também relatos de pessoas que apenas visitaram o campo ou viveram sob a perspectiva de quem mantinha o campo funcionando, além daqueles que fugiram para Fortaleza para evitar a seca.

2.2 Os primeiros depoimentos

*“As almas do povo
é o santo do povo.”³⁴*

No Patu, as memórias para além de contar a história são utilizadas para apoiar a construção de uma versão mistificadora e até mesmo sacralizante, das vítimas e dos lugares associados aos campos. Nos depoimentos dos sobreviventes existem pontos de confluência, como as duras condições do campo e o sofrimento causado pela seca. As memórias apoiam-se umas as outras para estabelecer uma base sólida para o discurso religioso e político.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

³⁴ Jaculatória popular entoada na Caminhada da Seca.

As primeiras vozes que evocaram os campos de concentração foram os sobreviventes. Tais vozes, mais do que relatos memoriais do tempo vivido, foram testemunho e evidência das condições atrozess a que foram submetidos homens, mulheres e crianças nessa busca por melhores tempos.

Os depoimentos dos sobreviventes foram registrados pelo Pe. João Paulo Giovanazzi, em 1998, sessenta e cinco anos após a seca de 1932. Foram transcritos doze depoimentos e publicados em um livro memorialista chamado “Migalhas do Sertão”. Numa breve introdução do capítulo “As Testemunhas da Seca”, Giovanazzi apresenta essas informações.

Dessa tragédia nós encontramos as últimas testemunhas - passaram 65 anos - que nos narraram a sua dramática experiência. Os nomes deles - doze como as tribos de Israel - representam a multidão silenciosa que lá sofreu e sobretudo representam todos os que ali morreram e que a devoção popular justamente honra com o nome de “almas da barragem” (GIOVANAZZI, 1998, p. 07).

Esses depoimentos trazem à tona a narrativa de sobreviventes do campo de concentração do Patu. Os relatos estão organizados de forma cronológica, não relacionada a data de recolhimento dos depoimentos, mas ao fragmento do período que é narrado por cada entrevistado, ou seja, Giovanazzi organiza os depoimentos numa sequência capaz de contar a história da seca de 1932 no Patu.

Os sobreviventes entrevistados por Pe. João Paulo foram Maria Fernandes de Jesus, Elizeu Fernandes Paiva, Luís Clementino da Silva, Afonso Ligório do Nascimento, Armela Gomes Pinheiro, José Vieira Costa, Francisca Cosma Nascimento, Félix Aristíades da Silva, Maria das Dores da Silva, Ana Maria Moreira de Lima, Zacarias Benevides de Carvalho e Mauro Antônio de Moraes. Listados acima na mesma ordem em que seus depoimentos são encontrados no livro.

Um dos depoimentos, o de Maria Fernandes de Jesus, aborda suas memórias as edificações e seus usos quando as obras de construção da barragem iniciaram e durante o período da concentração. A narrativa é iniciada com uma contextualização acerca do complexo arquitetônico do Patu:

Tinha 13 anos em 1919, quando começaram os trabalhos da barragem do Patú. Em 1920 meu pai, Vicente Fernandes Ribeiro, foi assumido como primeiro carpinteiro - ele era mestre carpinteiro - para trabalhar nas construções. Neste tempo foram construídos os casarões. Eram construções bonitas. Saindo de Senador, depois da casa de pólvora, o primeiro casarão era a Estação de trem: por trás do galpão era a residência dos trabalhadores e sobre ele ficava o Hospital. Prosseguindo, as três casas pequenas com alpendre e a casa maior eram residências dos funcionários. Por trás, ao longo da gruta, o casarão amarelo era chamado de Casa da Luz, com os maquinários para produzir energia. Onde atualmente está a Casa Pôr do Sol era a Farmácia; por

trás o casarão grande era a casa do chefe da Inspetoria e o casarão de cima era a casa da Comissão. Em baixo onde são ruínas e colunas quebradas era um Quarteirão; a casa de cor rosa antes da ponte se chamava de Almojarifado: no alto, subindo da Estação, ficava a Vila Operária, onde morava a maioria dos trabalhadores. Maria Fernandes de Jesus – Sobrevivente – Nasceu em Senador Pompeu em 14/08/1906 (GIOVANAZZI, 1998, p. 09).

Já Elizeu Fernandes relatou em sua entrevista ao Pe João Paulo, sua experiência junto a sua família nos anos da concentração, afirmando que:

Quando paralisaram os trabalhos da barragem em 1923 e todos os operários foram embora, meu pai, que tinha trabalhado como carpinteiro desde 1919, foi encarregado da manutenção dos casarões. Ele então chamou a família e fomos morar nas casas de tijolos, lá na Vila Operária. Em 1928 deixamos a Vila Operária e fomos para a Jacoca, perto do Riacho de Meio, mas em 1932 voltamos ainda para a barragem escapando da seca. Meu irmão Firmino e minha irmã Maria Fernandes trabalhavam na Farmácia da Concentração, que era no casarão onde agora fica o Restaurante “Por do Sol” e todos nós morávamos na casa de alpendre perto da grotta. A vida era a de presos: a Concentração era cercada, com guardas nas entradas. A ninguém era permitido sair para a rua. A comida era muito grosseira: feijão preto, farinha de massa, que provocava doenças no povo. Tudo era à toa, não existia higiene, a água do rio que a gente bebia era contaminada e por isso aconteceu a epidemia.

Morreu muita gente, tanto que precisou formar uma turma de homens encarregados só para enterrar os mortos. Elizeu Fernandes Paiva – Sobrevivente – Nasceu em Senador Pompeu em 14/06/1915 (GIOVANAZZI, 1998, p. 09).

Os próximos depoimentos relataram como se dava o funcionamento dentro do campo, como tratou-se no capítulo anterior. É possível identificar que a perspectiva do testemunho desses sobreviventes sempre passa pela lembrança do sofrimento vivenciado na concentração do Patu.

Associada ao sofrimento, a memória se fortalece, partindo da noção do testemunho, deixa uma marca profunda em quem compartilha a dor ou se sente próximo de alguma forma, pois a memória da tragédia é uma memória forte atuando como elemento formador de identidade do grupo que “se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas.” (CANDAU, 2011, p. 151).

Existe uma série de fatores que envolvem os testemunhos dessas memórias traumáticas. O trauma é capaz de gerar obstáculos na narrativa de quem sobreviveu aos campos de concentração fazendo surgir uma lacuna entre o ato narrativo e o evento traumático. Mas também há um silêncio deliberado, que é uma característica limite da experiência nos campos de concentração: do dizível ao indizível. No caso dos campos cearenses ambas as realidades podem ser percebidas. Na cidade de Cariús, por exemplo, mesmo tendo recebido um dos campos de concentração em 1932 e o desenvolvimento da cidade estar ligado a área onde

funcionava o campo, existe um movimento de negação da tragédia³⁵. Já em Senador Pompeu, esse movimento se dá de forma contrária, uma vez que os sobreviventes compartilharam suas experiências traumáticas na concentração, a partir da devoção popular nascida na comunidade.

Para Jelin (2012), existem dois sentidos para a palavra testemunha: o primeiro se refere a pessoa que viveu a experiência e que posteriormente poderá contá-la, é uma referência direta do trauma. Existe ainda uma testemunha sob a condição de observador, nesse caso, a pessoa testemunhou os acontecimentos sem possuir um vínculo direto com a tragédia, essa narrativa é utilizada para garantir ou verificar a existência de fatos específicos.

Compreende-se, então, que esses sobreviventes podem falar do que observaram, por terem vividos no campo de concentração. Eles chegaram a situações extremas nas concentrações, assim, os sobreviventes podem dar testemunho tanto como observadores do que aconteceu e, ao mesmo tempo, serem testemunhas de suas próprias experiências dos eventos em que participaram.

É importante salientar que essas memórias associadas à morte trazem emoções, aproximando narrador e ouvinte. Além disso, os sobreviventes conectam suas histórias de vida com histórias mais amplas, que hoje são reconhecidas pela mídia e por institutos de pesquisa acadêmica. Essa relação entre a narrativa e seus ouvintes é fortalecida uma vez que “damos muito valor a essas conexões com o passado mais abrangente. Satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública”. (LOWENTHAL, 1998, p. 82).

Como as memórias são sempre constituídas e necessárias, elas se solidificaram. A narrativa do campo do Patu possui a mesma estrutura quando contada, independente do grupo que conte. Pollak (1989) disse que embora a memória seja variável, seus pontos repetitivos tornam-se marcos. Essas visões dão legitimidade à organização. Para os sobreviventes, fome, sede, doença e morte são denominadores comuns, pois são esses os elementos que sustentam o discurso da seca. A repetição não elimina o testemunho pessoal que constitui a memória coletiva.

³⁵ Esse movimento de negação é exposto pela primeira vez no documentário *Campos de concentração: Patu, Carius e Buriti*. Uma produção independente de Valdecy Alves que entrevista a Sr^a Diva Targino, professora aposentada e sobrevivente do campo de concentração do Patu. O documentário foi lançado em 2018, à época a Sr^a Targino tinha 104 anos. Documentário disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z2FX8aTakjQ>> Acesso em 18 de jun de 2021.

Dentro desses aspectos da memória existe ainda uma seleção. Existem fatos que são esquecidos e outros que sempre serão lembrados. A visão do concentrado é diferente daquelas que viveram nos campos compondo a família dos guardas ou sendo funcionários na distribuição de alimentos ou assistência médica. Percebeu-se que a experiência neste campo muda a memória das pessoas para destacar alguns elementos.

Quem organizava a Concentração era uma Comissão. O primeiro chefe da comissão foi o Tenente Zé Augusto. O responsável da Concentração era o Dr. Alcides Barreira, prefeito e médico de Senador. Depois de ter enchido os casarões e as casas da Vila Operária e da Rua da Grota, construíram abarracamentos em todo canto. Ali morava gente de fora e foi ali que começou a epidemia. Num dos casarões estava a Farmácia onde eu trabalhava funcionava só para a Comissão e o povo não recebia nada. Às vezes eu dava escondido leite para as crianças, dizendo que elas tinham menos de um ano, também quando eram maiores. O Vigário era Pe. Francisco Lino Aderaldo. Ele celebrava a missa campal em frente ao casarão de cima e batizava de graça todas as crianças levadas pelos pais, sem padrinhos porque era uma multidão. Eu morava na casa com alpendre perto da entrada de Concentração: meu pai trabalhava na rua e nos levava cômica da rua, pois a comida da comissão era bem ruim: feijão e farinha, rapadura, carne de gado e café torrado. Os gêneros alimentícios chegavam de trem. A doença chegou por falta de higiene. O médico trabalhava muito, mas morreu muita gente. Maria Fernandes de Jesus – Sobrevivente – Nasceu em Senador Pompeu em 14/08/1906 (GIOVANAZZI, 1998, p. 09).

No depoimento acima é possível perceber de forma clara, que apesar de haver uma linha na narrativa do trauma do campo do Patu, existem visões diferentes, criadas a partir das experiências individuais das vítimas, dos funcionários ou até mesmo de quem apenas visitava o campo para prestar alguma assistência. Esse conjunto de memórias individuais é extremamente importante para a manutenção dessa memória coletiva acerca do campo do Patu.

Os depoimentos recolhidos sobre a seca de 1932 se deram em sua maioria na década de 1990, pelo Pe. João Paulo Giovanazzi, tornaram-se os primeiros registros de sobreviventes do campo de concentração do Patu. Da década de 1990 até a atualidade, outros depoimentos foram registrados em documentários de produção independente e ajudaram a reforçar, junto a outras pesquisas acadêmicas, a memória da tragédia causada pelos campos de concentrações cearenses em 1932.

Dentre os trabalhos mais recentes pode-se citar os documentários: *As almas do povo é o santo do povo*, *Casarões da Memória* e *Caminhada da fé* do Instituto Casarão. *As Santas Almas da barragem*, produzido pela Escola de Cinema do Sertão, e o filme *Currais* lançado em 2019 pela produtora Além Mar nas plataformas de streaming digitais.

Nesses relatos conta-se que a romaria em memória das vítimas do campo de concentração iniciou após o local onde está o cemitério da barragem ser abençoado nos ritos do

cristianismo. Ainda pode-se destacar a data de criação da romaria como um marco para a memória. Portanto, 1932 e 1982 são as datas mais prováveis de serem o ponto de partida para a memória.

2.3 A construção da Caminhada da Seca

“O sofrimento ensinou o caminho, o caminho da oração que traz esperança de uma vida sem opressão.”³⁶

A Caminhada da Seca é uma romaria instituída pela igreja católica no ano de 1982, sob orientação do Pe. Albino Donatti, com o intuito de celebrar a memória às almas das vítimas do campo de concentração da seca de 1932.

Com um olhar mais voltado à religiosidade, é fácil assimilar a estrutura da caminhada ao sofrimento de Jesus Cristo que caminhou ao calvário, aqui romeiros caminham por quilômetros sob o sol escaldante do sertão. Mas isso não é o suficiente para impedir a caminhada, na devoção é importante lembrar sempre da dor de quem já sofreu no campo, independentemente da dor causada pelas dificuldades durante a viagem. Para estes, a memória também representa um aspecto sagrado quando suas ações são voltadas para aqueles que eles acreditam ser santos.

No processo de santificação, o sofrimento da vida do santo é fundamental. Todos os relatos focam no sofrimento. As orações realizadas no campo e as lidas durante a celebração também expressaram arrependimento e perdão. O cemitério se tornou um lugar físico de sofrimento. Não existe outro local ou monumento em que se celebre as santas Almas da Barragem, esse é o único com a função de comemorar a morte. Por muitos anos, os sobreviventes foram morrendo, e além das suas memórias sobre seca de 1932, resta ainda o lugar.

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos. (ASSMANN, 2011, p. 318).

³⁶ Trecho do texto elaborado por Francisco Paulo, Fram Paulo, para o documentário “As almas do povo é o santo do povo”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>>.

O Cemitério de Barragem é o lugar mais importante para a fé nas Almas da Barragem. Mas escolher esse lugar como centro da devoção e levar as pessoas a compreenderem a mística desse lugar, fortaleceu sua estrutura. Caminhar gera e fortalece as crenças do seu espaço. Os moradores estabeleceram cuidados com este local, existe um respeito que sobrepõe qualquer crença ou não crença, o cemitério se tornou um símbolo de esperança, seja na manutenção da fé ou nas lutas pelas melhorias da qualidade de vida do semiárido.

Mas quando olha-se para o outro lado do Campo do Patu, percebe-se que essa relação não é a mesma com os casarões que serviram de base para a instalação do Campo. Até mesmo a Usina Gótica, que é a edificação mais próxima do cemitério da barragem, recebe pouca atenção. Quando se olha para os romeiros, a fé aparece de forma mais importante, as ruínas das demais edificações enfrentam uma deterioração pelo tempo e sua imagem é uma das mais esquecidas.

Se na construção desses marcos apenas o uso dos casarões fosse considerado, o cemitério da barragem não se destacaria em um primeiro momento, visto que são as ruínas da vila os principais símbolos da tragédia da seca de 1932. O trajeto da caminhada passa próximo de somente duas edificações, mas não existe nenhum ritual associado a elas. Estabelece-se aqui maneiras diferentes de uso das memórias da seca. A partir de seus motivos políticos, culturais e/ou religiosos, essas memórias relacionam-se com os romeiros como marcos, como datas e edifícios, com a experiência de caminhar com seu jeito próprio.



Figura 15 - Cruzeiro interno do cemitério da barragem do Patu.
Fonte: Mara Paula, 2011.

É curioso perceber essa distância entre a preservação dos casarões e o cemitério da barragem. Não há uma data oficial que mostre quando ele foi construído, mas existe uma concordância entre os entrevistados que a manutenção do lugar se dá após o início da romaria em 1982. Independente disso, é importante lembrar que no catolicismo popular os fiéis estabeleceram uma relação estreita com os santos sem a intervenção do sacerdote, da igreja oficial ou de seus altares particulares. O cemitério é guiado pelo tempo eterno e sagrado. Ele se tornou um dos defensores da experiência mística dos romeiros.

O cemitério da barragem é uma construção simbólica, não existe uma data precisa da construção de seus muros, mas trata-se de um quadrilátero nas proximidades da barragem do Patu onde estariam enterrados parte das vítimas do campo do Patu. Os muros brancos tem em seu interior uma capela pequena com imagens de santos da devoção católica, um espaço para acender velas e algumas cruzeiras espalhadas de forma aleatória. Na entrada um grande cruzeiro de metal demarca o lugar que se tornou símbolo da devoção da comunidade senadoreense.

Aqui, mais uma vez, ressalta-se a ação dos devotos. A Caminhada foi instituída pela igreja católica, mas não a devoção. As memórias são destacadas durante toda a romaria, mas

são vivenciadas de forma diferentes, de acordo com experiência de cada pessoa que se propõe a caminhar. Chegar ao cemitério é o marco de quem chega ao fim do Calvário, do sofrimento. A devoção dá esperança de vida após a morte, de justiça em face do sofrimento terreno.

Assim, os casarões do campo do Patu evocam a memória dos momentos difíceis, mas principalmente, dos personagens que fazem parte da narrativa que busca sacralizar o local. Além disso, não se referem apenas à seca de 1932, já que a construção dos casarões tem data de meados do ano 1919, como já citado anteriormente. Isso mostra que sua origem não se refere apenas ao Campo, e sim a mais um momento da sua história. Ali existe uma ressignificação das memórias do lugar a partir das mudanças históricas, sociais e memoriais.

O complexo arquitetônico do Patu foi nos últimos anos um palco de disputas de interesses entre o poder público e ativistas culturais que buscavam seu tombamento. Hoje, a área é tombada, mas ainda não é preservada, mas sobre isso falar-se-á posteriormente, para o momento cabe reconhecer que eles são um dos elementos da seca durante a realização da romaria, mas sua relação com os romeiros não é a mesma.

Mas essa relação da caminhada com a memória teve um precursor e um formato previamente estabelecido para que fosse possível compreender todas essas relações. Certamente, os motivos iniciais ganham aditivos nos últimos anos e é sobre essa experiência que será discutido adiante.

A Caminhada da Seca surge como um movimento oficial da igreja católica no ano de 1982, sob influência do padre italiano Albino Donatti, esteve à frente da Paróquia de Senador Pompeu entre os anos 1980 e 1994. Enquanto missionário no Brasil, foi responsável pela estruturação física necessária à implementação de uma prática pastoral ampla. Organizou grupos de fiéis para atuarem junto à Igreja na evangelização, reformou a Igreja Matriz e construiu diversas capelas pelos sítios e distritos existentes em Senador Pompeu. Foi pioneiro na utilização de equipamentos audiovisuais nos trabalhos pastorais, fundou a Escola de Artes para apoiar os artistas locais a difundirem seus conhecimentos artísticos. Através das CEBs, de sindicatos de trabalhadores rurais e de cooperativas apoiou as lutas populares enfrentando os políticos locais em defesa destas comunidades, o que culminou com a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro CDDH – AC³⁷.

³⁷ O padre italiano Albino Donatti faleceu em 07 de agosto de 2013 em Trento – Itália, em sua homenagem foi editado, no mesmo ano, o livro memorialístico *Pe. Albino Donatti: um profeta no sertão Central*, de autoria do Padre João Paulo Giovanazzi, com a colaboração de Marta de Sousa e Pedro Raimundo, integrantes do CDDH – AC.

Mas esse movimento religioso não é uma ação exclusiva da igreja local, pois a devoção as almas da barragem já existiam quando Pe. Donatti assumiu a administração paroquial, como explica a senhora Marta de Souza, líder do Centro de Defesa dos Direitos Humanos que trabalhou junto ao Pe. Albino Donatti desde a criação da Caminhada da Seca:

Quando ele chegou aqui, já encontrou a devoção. É importante que se diga que a devoção às santas Almas da barragem já existia, embora as pessoas praticassem essa fé, essa devoção de forma individual. As pessoas já costumavam ir ao cemitério da barragem acender vela, levar fotos, levar água, pão, enfim, pagar as suas promessas³⁸.

Essa devoção espontânea da comunidade passou por um processo de oficialização que é comum de ser percebido na igreja do ocidente. Isso se dá a partir de um movimento onde as devoções populares criam no imaginário da comunidade um novo santo, no caso de Senador Pompeu, um santo coletivo. Constitui um dos pilares da Igreja Católica o reconhecimento de características extraordinárias em algumas pessoas, o que fundamenta os processos de beatificação e posterior canonização das mesmas.



Figura 16 - Romeiro – 29ª Caminhada da Seca.
Fonte: Acervo do Autor, 2019.

³⁸ Entrevista 05 – Antônio Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020. A entrevistada trabalhou nas atividades pastorais desde o início da década de 1980, presenciando a criação da Caminhada da Seca e desenvolvendo diversos trabalhos junto ao Pe. Albino Donatti, dentre eles, destacamos a fundação do Centro de Defesa do Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC), que unido a paróquia, as cooperativas e sindicatos dos trabalhadores desenvolveu e desenvolve projetos que lutam pela vida digna no semiárido. Atualmente, é a principal instituição junto a paróquia para a realização e manutenção da Caminhada da Seca (Biografia disponibilizada pelo entrevistado).

No caso do sertão, por exemplo, esses santos oficiais estão inseridos numa espécie de assimilação à realidade própria destes devotos como, por exemplo, São José, o carpinteiro, trabalhador humilde, o pai de família, o provedor, é tido como aquele que traz chuva aos sertões e garante a fartura da colheita. Já Maria, a mãe, a cuidadora dos que mais precisam, a intermediadora maior, é tida como àquela que protege e ajuda aos que sofrem a resistirem à vida difícil no semiárido (MARTINS, 2015).

A religiosidade popular, que referenda e reinterpreta o processo eclesiástico de beatificação e canonização, é o que explica a conversão do sofrimento das vítimas dos campos de concentração, em atributo de santidade. É nesse sentido que a expressão as “Santas Almas da barragem”³⁹ conjuga a expressão de uma religiosidade muito peculiar aos sertanejos, com um repertório católico de exaltação de virtudes.

Essa comparação entre as vítimas e os santos da igreja católica por parte da comunidade, apresenta uma perspectiva de proximidade do sofrimento daqueles que morreram no campo com as lutas atuais. Embora a igreja tenha oficializado a devoção da comunidade na romaria, a mesma não reconhece de forma oficial as almas da barragem como santos. Na verdade, trata-se de uma narrativa construída sobre o campo de concentração, os mortos são vítimas, que por sua vez são discursivamente tratadas como santos, na perspectiva da devoção popular cristã.

A devoção às “Almas da barragem” é essencial para a construção das memórias do campo de concentração do Patu, através dela os sobreviventes e seus familiares iniciam uma prática devocional que preserva suas lembranças das experiências vividas, posteriormente, esse fenômeno memorial será compartilhado, apropriado e reinventado.

Os vestígios contidos na esmaecida lembrança estampada nas narrativas dos herdeiros daqueles sobreviventes apenas nos informam da sua existência, forma, consistência e resistência no tempo até os dias atuais. Compreende-se que, como é próprio das práticas culturais da população sertaneja, a reprodução destas seja “naturalmente” aprendida no cotidiano, pela observação e experimentação direta, de forma intergeracional, quando os familiares de gerações mais velhas vão ensinando, repassando, àqueles das gerações mais novas (MARTINS, 2015, p. 31)

A transmissão dessa devoção em particular possui um suporte essencial para seu fortalecimento. No campo do Patu, um cemitério onde estão enterradas as vítimas da

³⁹ É importante salientar que durante a pesquisa não foi identificado a origem desse termo. A denominação é utilizada pela comunidade ao se referir às vítimas da seca de 1932 enterradas na região da barragem do Patu.

concentração de 1932, torna-se um lugar sagrado, um vestígio palpável da memória das secas. Este é o lugar onde as crenças e práticas devocionais – seja no âmbito familiar ou comunitário – permanecem. Pode-se afirmar que o cemitério é um marco fundante para a caminhada que vem a se tornar um dos principais símbolos de fé da cidade, como mostra o professor e pesquisador Aterlane Martins.

É da terra, do que foi deposto à terra, que emergirá a imagem maior dos Campos de Concentração havidos na seca de 1932. Imagem mestre que possibilitará a criação da devoção religiosa às Santas Almas da Barragem. E, para além, a construção e reconstrução de diversas e distintas memórias. É do solo ressequido desta terra que a fé renovada em vida fará surgir um *continuum* de memórias e práticas devocionais (MARTINS, 2015, p. 65).

É nesse contexto que o Pe. Albino Donatti se insere antes de iniciar a organização dessas devoções em uma romaria, como relata a Sr^a Marta de Souza.

Ele já tinha compreendido que existia a devoção, a fé, que realmente havia acontecido essa mortandade, e que a seca de 32 tinha deixado essa história tão triste, de tantas vidas ceifadas por falta de água, por falta de alimento. Ele percebia que as pessoas continuavam indo no cemitério mais e mais, de forma individual, agradecer por graças alcançadas e fazer as suas devoções. Então ele chamou as pastorais e os movimentos, e quis oficializar, organizar melhor essa devoção, fazer um ato coletivo em torno dessa devoção⁴⁰.

Esse primeiro olhar para o passado que pode-se perceber na entrevista, traz à tona a inspiração de Donatti em celebrar a memória latente na comunidade. Essa devoção pessoal é amparada na prática da sociedade local que ganha força para ser transformada em uma comemoração.

A curiosidade de Donatti unida a sua sensibilidade de compreender a força com a qual a memória transmitida pelas gerações fortalecia a fé das pessoas, o levou a convocar a comunidade paroquial para caminharem juntos ao cemitério da barragem. É nesse momento, em 1982, que a primeira caminhada será organizada e aquela memória é assumida de forma coletiva e sob o aval da igreja para ser celebrada.

No segundo domingo de novembro de 1982 foi a primeira caminhada, com um número relevante de pessoas. Porque como já existia nas pessoas esse sentimento, ele foi reacendido e muita gente se interessou. Na primeira caminhada já tinha muita gente. Ele celebrou e ficou muito empolgado com a multidão de pessoas que caminhavam, que iam descalços, que acendiam velas, enfim, foi o começo de tudo em 1982.⁴¹

⁴⁰ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

⁴¹ SOUSA, op cit.

Nas pesquisas nos acervos e arquivos da paróquia de Senador Pompeu e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, foram encontrados alguns registros das primeiras caminhadas. A clara adesão da comunidade local já demonstrava desde o início o importante elo entre aqueles que preservaram e a memória e as vítimas da tragédia de 1932.

Os fiéis reunidos na igreja matriz da cidade partem em uma procissão para o cemitério localizado no campo do Patu. As primeiras missas eram celebradas no interior do cemitério em um altar improvisado, as pessoas celebravam a memória das vítimas do campo e ao final da missa prestavam suas homenagens de forma particular, oferecendo às almas da barragem orações, velas, água e pão.

Esses símbolos estão presentes até hoje na devoção popular. Uma oferta material para aqueles que passaram sede e fome durante a seca no campo do Patu, essas ofertas ainda aparecem como uma forma de agradecimento pelos milagres atribuídos as Almas da barragem. É comum escutar depoimentos de pessoas que alcançaram uma “graça” ao se apegarem as Santas Almas da Barragem.

No documentário *As Almas do Povo é o Santo do Povo*⁴² são apresentados alguns relatos de devotos que relatam suas experiências de milagres alcançados por meio do intermédio das Almas da Barragem. Não é difícil de perceber essa relação de proximidade e confiança da comunidade com as Almas das vítimas da concentração, uma experiência de fé que alimentou a criação e o crescimento da Caminhada da Seca⁴³.

Abaixo localizou-se à romaria nas proximidades do bairro Aparecida, na saída da cidade para o cemitério da barragem. Alguns elementos são facilmente notados na romaria em seu início e na atualidade, como o uso de roupas brancas, como será visto posteriormente.

⁴² *As Almas do Povo é o Santo do Povo – Campo de Concentração da Seca de 1932*, de Fram Paulo e Karla Samara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtiQGA>. Acesso em: 17 nov. 2020

⁴³ O relato acima foi construído a partir da participação do autor na edição da caminhada da seca realizada em 2018.



Figura 17 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu na década de 1980.
Fonte: Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, [s/d].

A atitude de santificação das vítimas dos campos é um fruto muito nítido dessa devoção popular, como já citou-se, que não tem a necessidade de uma aprovação oficial. No Ceará, processos de santificação popular como o de Pe. Cícero em Juazeiro do Norte revelam esse caráter messiânico ligado às lutas por uma vida melhor.

A santificação do campo do Patu não está distante disso, e assim como o caso de Pe. Cícero, essa igreja popular embasada na Teologia da Libertação⁴⁴, possui um papel fundamental para a disseminação dessas memórias. A metodologia de Donatti de sempre associar o trabalho

⁴⁴ A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica Latino-americana na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Dentre suas características, destacam-se a prática social do evangelho de Jesus e o cuidado do mais pobres e marginalizados. Sua principal forma de disseminação foi através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Para saber mais recomendamos a leitura do trabalho "A ação política na pastoral da Teologia da Libertação: estudo de caso da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)" de Rodrigo Augusto Leão Camilo, disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/2013_-_Rodrigo_-_A_A%C3%87%C3%83O_POL%C3%8DTICA_DA_TEOLOGIA_DA_LIBERTA%C3%87%C3%83O_HOJE_ESTUDO_DE_CASO_DA_PRELAZIA_DE_S%C3%83O_F%C3%89LIX_DO_ARAGUAIA_\(MT\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/2013_-_Rodrigo_-_A_A%C3%87%C3%83O_POL%C3%8DTICA_DA_TEOLOGIA_DA_LIBERTA%C3%87%C3%83O_HOJE_ESTUDO_DE_CASO_DA_PRELAZIA_DE_S%C3%83O_F%C3%89LIX_DO_ARAGUAIA_(MT).pdf)>

da fé cristã com as lutas sociais e na expansão das CEB's⁴⁵ foi uma peça chave para moldar os caminhos que a romaria iria tomar nos anos que sucederam sua criação.

Em entrevista com o antigo pároco de Senador Pompeu, tendo convivido com Pe. Donatti e um dos grandes articuladores da Romaria, Pe. João Paulo Giovanazzi⁴⁶ foi pároco em Senador Pompeu, e vigário das paróquias de Mineirolândia, Milhã e de Irapuan Pinheiro, até o ano de 2000, quando foi enviado para Manaus no Amazonas e em Senador Pompeu chegaram os Frades Capuchinos. Enquanto esteve em Senador Pompeu, ampliou os registros da caminhada da seca e incentivou o desenvolvimento de ações culturais com a temática da seca, foi o pioneiro no recolhimento de depoimentos de sobreviventes da concentração do Patu.

Em relação à fundamentação teológica do movimento, esclarece que “não se falava de Teologia da Libertação, mas se percebe a metodologia fundada sobre a Palavra de Deus e a função das CEB's”. Ainda que não explicitamente anunciada como fundamento das Romarias, percebe-se nos depoimentos de Marta de Souza, articuladora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos que promove a romaria junto a paróquia, que

Tudo começou na década de 80, quando a igreja vivia o momento da Teologia da Libertação. Naquele momento, a igreja deu espaço para as questões e movimentos sociais, e as próprias pastorais sociais. Nessa época, eu já era catequista da Paróquia Nossa Senhora das Dores, já atuava na pastoral da juventude e comecei a participar das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) vinculada a diocese de Igatu⁴⁷.

Da mesma forma, Valdecy Alves⁴⁸, natural de Senador Pompeu onde fundou e atuou junto aos demais integrantes da Equipe 19-22 em prol do reconhecimento do patrimônio cultural da cidade e promove, anualmente, em Senador Pompeu, o Seminário Sertão, Seca, Memória e Cidadania. O mesmo reafirma os princípios da Romaria em base ao ideário da Teologia da libertação ao dizer que “a caminhada da seca foi criada por um padre da igreja da

⁴⁵ Comunidades Eclesiais de Base é um movimento da igreja católica que atua nas comunidades mais afastadas da sede paroquial. Nessas comunidades os fiéis se encontram para celebrações litúrgicas, formações catequéticas e organizam as lutas de melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

⁴⁶ Entrevista 04 – Padre Gianpaolo Giovanazzi (86 anos). Entrevista realizada em 18 de julho de 2020. Nasceu em Trento na Itália, foi professor de teologia no seminário maior de Trento, presidente da Caritas Diocesana de Trento e membro do Conselho Nacional da Caritas Italiana. Giovanazzi faleceu em 03 de abril de 2021 em Trento – Itália. (Biografia disponibilizada pelo entrevistado)

⁴⁷ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

⁴⁸ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019. É advogado, ativista de movimentos sociais e culturais, Poeta, cordelista, escritor e diretor teatral, tendo publicado 15 livros e escritos 2 peças. Mantém um blog onde registra seus trabalhos e sua militância. (Biografia disponibilizada pelo entrevistado).

libertação, padre Albino, que tive o prazer de conhecer e conviver. Ele dizia que não adiantava lutar pelo paraíso depois da morte, temos que começar já, a luta não pode ser depois, é agora”.

Apesar desse caráter mais social e de lutas, é importante esclarecer que em um primeiro momento a Romaria foi criada como uma forma de recuperação da memória do evento original, ou seja, o campo de concentração de Patu. Esse olhar para a tragédia e a ritualização dessa lembrança esteve na base da conformação do movimento, tal como afirma Marta de Souza ao dizer que “Na primeira década, que foi os anos 80, ele (Pe. Albino) começou em 1982. Então era muito voltado para o resgate dessa história. Ele estava todo tempo ansioso e desejando conhecer a história dos Campos de Concentração para compreender cada vez mais”⁴⁹.

2.4 A Caminhada da Memória

*“Resistindo no tempo, morrendo e resistindo,
resistindo e morrendo.”⁵⁰*

A estrutura da caminhada da seca não sofreu muitas alterações ao longo dos anos, ainda que novos elementos tenham sido integrados ao formato original, sem, no entanto, alterar a forma como é organizada e ritualizada.

A organização da caminhada começa em meados do mês de agosto, quando é lançada a identidade visual para cada edição. Tal organização é feita pela Paróquia de Nossa Senhora das Dores e pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, e há diversas instituições, empresas e anônimos que são parceiros dessa organização, seja de forma direta com montagem de estrutura e distribuição de água, seja de forma indireta na promoção de atividades culturais e educacionais que complementam o movimento da romaria.

A cada ano a caminhada recebe uma temática específica que irá nortear as atividades da igreja e das demais instituições envolvidas. O caráter social da caminhada está presente e cada vez mais forte, a luta pela vida digna no semiárido sempre faz parte da abordagem principal da romaria unida à memória das vítimas da concentração.

⁴⁹ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

⁵⁰ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “Casarões da Memória, Caminhada da Fé”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em DVD-ROM no acervo pessoal do autor.

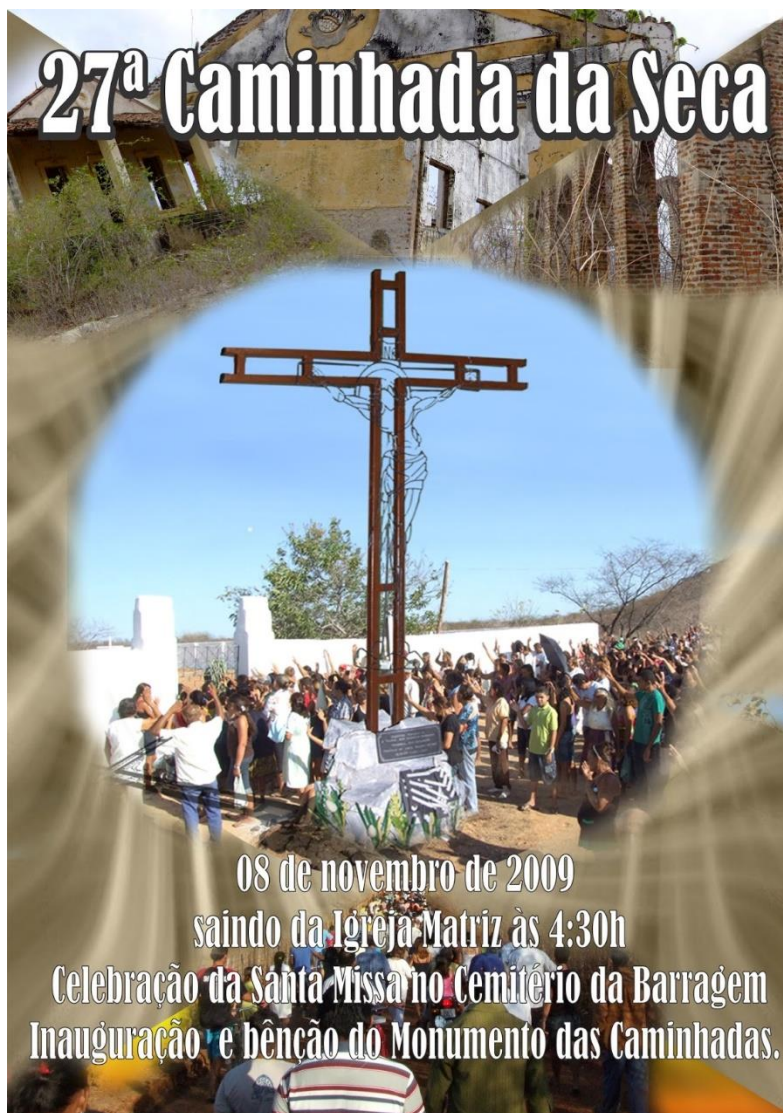


Figura 18 - Flyer da 27ª Caminhada da Seca.

Fonte: Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, 2009.

A caminhada desde seu início, em 1982, é realizada no segundo domingo do mês de novembro, esse mês foi escolhido para a realização da romaria por, na tradição católica, ser o mês de memória aos fiéis que já morreram. Assim, Pe. João Paulo Giovanazzi relata:

A ideia da caminhada parte do pressuposto de que no Dia dos Finados, 02 de novembro, reverenciamos os nossos falecidos, portanto o segundo domingo do mês foi escolhido por Pe. Albino para reverenciar os nossos anônimos irmãos, que morreram em decorrência da seca e das condições desumanas do Campo de Concentração, que hoje são sementes lançadas no chão dessa terra, transformando-se em uma tradição da nossa religiosidade popular⁵¹.

⁵¹ Entrevista 04 – Padre Gianpaolo Giovanazzi (86 anos). Entrevista realizada em 18 de julho de 2020 via e-mail.

As 4h30min da manhã os fiéis começam a se reunir no patamar da igreja matriz de Senador Pompeu, as pessoas vestem branco e carregam consigo um cantil ou garrafa com água, velas e pães. O megafone das primeiras caminhadas foi substituído por um caminhão de trio elétrico que entoa músicas e orações ao longo de todo o percurso.

Muitas pessoas se apresentam descalças, uma espécie de autoflagelamento como reverência ao sofrimento das vítimas. A procissão sai por volta das 5h da manhã sob os primeiros raios do sol. Serão três quilômetros de caminhada e a maior parte do trecho acontece em estrada de terra.

Durante o percurso, mais fieis se juntam à romaria e em poucos minutos já se percebe uma multidão de pessoas. São feitas duas paradas onde se proclama a tragédia de 1932 e constantemente se evoca o motivo de se caminhar. *Viva as almas da barragem e as almas do povo é o santo do povo* são jaculatórias entoadas pelos romeiros.

Caminhões distribuem água para a multidão e por volta das 6h30min da manhã e sob um sol forte de novembro, chega-se ao cemitério da barragem do Patu, localizado no Sítio Histórico do Patu, entre a vegetação seca da caatinga é feita a celebração eucarística em memória das vítimas da concentração.

Em frente ao cemitério da barragem é montado um altar, porque muitos anos era improvisado na carroceria de caminhões ou em palcos de pequeno porte. Nas duas últimas edições da caminhada (anos de 2018 e 2019), essa estrutura foi ampliada, um palco de médio porte com sistema de som integrado foi montado, a partir de uma parceria da organização com a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, a fim de melhor acolher a celebração da Caminhada da Seca.

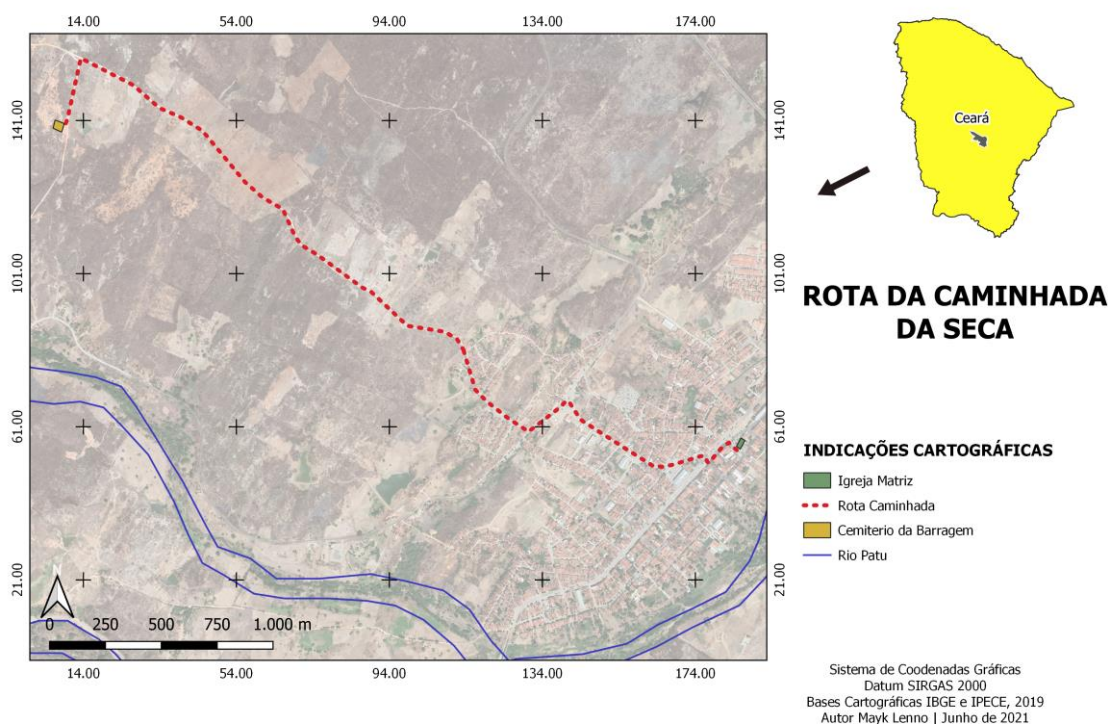


Figura 19 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu.
Fonte: Acervo do autor, 2019.

Ao final da missa, geralmente são feitas falas de sobreviventes, ou de seus descendentes, líderes comunitários e ativistas também estão presentes para reforçar a importância da romaria. Após a missa, a multidão visita o cemitério e ali depositam seus ex-votos⁵². Os mais comuns são água e pão, uma oferta para quem morreu de fome e sede. Milhares de velas são acesas e os sussurros das orações individuais tomam conta do lugar.

É importante salientar que a rota da caminhada não é a mesma rota onde se encontram os casarões do campo do Patu. A caminhada passava pelos casarões da barragem até o ano de 1996. Atualmente, a Caminhada tem como rota uma estrada auxiliar que liga a cidade ao cemitério, como vemos abaixo.

⁵² Ex-votos são objetos doados às divindades como forma de agradecimento por um pedido atendido. Apesar de alguns pesquisadores não considerarem as ofertas de pão e água como ex-votos utilizaremos esse termo, visto que o mesmo é empregado pelas lideranças da igreja católica ao falar sobre estes símbolos da Caminhada da Seca em suas entrevistas.



Mapa 5 - Rota da Caminhada da Seca.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em entrevista com Pe. João Paulo Giovanazzi, ele expõe que Pe. Albino Donatti batizou o cemitério da barragem de *Santuário da Seca*.

As romarias ao Cemitério da Barragem foram iniciadas em 1982 por iniciativa do então Vigário Pe. Albino Donati, que denominou o Cemitério da barragem de *Santuário da Seca*. A ideia da caminhada parte do pressuposto de que no Dia dos Finados, 02 de novembro, reverenciamos os nossos falecidos, portanto o segundo domingo do mês foi escolhido por Pe. Albino para reverenciar os nossos anônimos irmãos, que morreram em decorrência da seca e das condições desumanas do Campo de Concentração, que hoje são sementes lançadas no chão dessa terra, transformando-se em uma tradição da nossa religiosidade popular⁵³.

Em um lugar onde a memória das concentrações da seca está preservada pela devoção da comunidade local, nada mais justo do que conceder a este santo coletivo um lugar santo para ser cultuado. A crença nas almas da barragem é transmitida de geração em geração até hoje sob uma conexão de que aqueles que morreram de fome, doenças e falta de água auxiliam na elevação dos pedidos a Deus.

⁵³ Entrevista 04 – Padre Gianpaolo Giovanazzi (86 anos). Entrevista realizada em 18 de julho de 2020 via e-mail.

Desde 2010, a Caminhada da Seca integra o calendário oficial da Diocese de Iguatu, e ganhou o status de romaria diocesana se tornando mais uma forma de difusão da devoção às Almas da Barragem. Como já citado anteriormente, é comum encontrar testemunhos de pessoas que alcançaram milagres por intermédio das Santas Almas, reafirmando assim a forte devoção da comunidade.

Essa devoção não se limita apenas a Senador Pompeu, a romaria recebe pessoas de diversas cidades e estados a se fazerem presentes para celebrar a memória das Almas da Barragem. Dentre esses movimentos devocionais, destaca-se uma peregrinação iniciada na cidade de Iguatu em 2017 pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's.

Sob a denominação de *peregrinação ao campo santo das vítimas da seca de 1932*, um grupo de fiéis acompanhados por sacerdotes da Diocese de Iguatu, caminharam mais de cem quilômetros visitando as comunidades de Iguatu, Acopiara, Piquet Carneiro e Senador Pompeu. Essa equipe visitava as CEB's dessas cidades proporcionando um momento de partilha e animação bíblica como forma de preparação para a Caminhada da Seca.

Ao chegar em Senador Pompeu, nas vésperas da romaria, esses peregrinos se juntam à comunidade local nas atividades que acontecem na cidade, como por exemplo, exposições fotográficas, apresentações artísticas, lançamentos de documentários dentre outras atividades.

Todo esse movimento parte da fé. É notório o desejo de caminhar e prestar uma homenagem às vítimas do campo de concentração, uma memória traumática que tem alimentado nas últimas décadas a devoção de uma comunidade que não mede esforços para expressar. Independente das dinâmicas dos vários atores que compõem a Caminhada da Seca, é possível perceber o desejo de se preservar a memória e de lutar para que aquela tragédia não se repita.



Figura 20 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu.
Fonte: Diário do Nordeste. Foto: Alex Pimentel, 2019.

Mas a fé não foi o único marco da caminhada. A intenção inicial de Pe. Albino de resgatar a memória e a história daquela comunidade será mesclada a outros fatores, que serão determinantes para que a Caminhada da Seca se enraíze e se torne um símbolo para as comunidades do entorno do açude Patu e da cidade de Senador Pompeu.

2.5 Caminhar para além da fé

*“O povo que sofreu virou santo milagreiro
que intercede pelo povo que sofre.”⁵⁴*

No ano de 1982, o padre italiano Albino Donatti, é transferido de Cajazeiras na Paraíba para Senador Pompeu e encontra na cidade uma devoção popular que existe em torno das almas da barragem. Ele foi responsável por diversas mudanças na paróquia dedicada à Nossa Senhora das Dores, principalmente em questões culturais pois foi fundador da Escola de Arte Sacra que

⁵⁴ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “As almas do povo é o santo do povo”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>>.

atualmente recebe o seu nome, e durante todo seu período a frente da paróquia, utilizou-se da arte para alimentar a devoção da comunidade.⁵⁵



Figura 21 - Pe. Albino Donatti.
Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.

Essas mudanças na metodologia paroquial corroboraram diretamente na forma em que as lutas sociais foram mescladas à fé, principalmente na caminhada da barragem. A década de 1980 é muito simbólica para a região do Sítio histórico do Patu, pois alguns anos após a criação da Caminhada da Seca ser oficializada pela a igreja, o DNOCS retoma o as obras de construção da barragem do rio Patu. Conforme Marta de Souza, ao falar desse momento de retomada das obras da barragem,

Então, a barragem do Patu tem uma ligação muito estreita com a história das caminhadas, porque o campo de concentração aconteceu justamente naquele ambiente, naquele espaço onde estava sendo construída essa grande barragem, que era a grande redenção hídrica para o Nordeste, inclusive para a região do Sertão Central⁵⁶.

⁵⁵ Baseado no Histórico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, que hoje atua junto à paróquia na realização da Romaria das Secas.

⁵⁶ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

A retomada das obras se deu no início de 1984 e foi concluída em 1987. Mas as obras de açudagem sempre deixam marcas por onde passam, nesse processo diversas terras precisaram ser desapropriadas para dar lugar ao novo açude Patu. Como já citado anteriormente, após a seca de 1932, diversas pessoas permaneceram nas cidades onde havia campos para recomeçar suas vidas.

Em Senador Pompeu esse movimento não foi diferente, muitas comunidades nasceram no entorno do rio Patu. A construção se tornou um sinônimo de sofrimento, para as famílias que perderam suas propriedades. A Sr^a Marta de Souza em sua entrevista enfatiza que toda a comunidade do Patu foi atingida pela desapropriação, incluindo igrejas e escolas.

As melhores terras ficaram debaixo d'água, e as pessoas ficaram desesperadas, porque perderam suas propriedades, suas benfeitorias, e o DNOCS, na época, não queria fazer a indenização dessas famílias. Elas não tinham onde bater na porta, correram para Paróquia, foi a única porta que essas famílias encontraram aberta. Elas encontraram, no pe. Albino, todo amparo e acolhimento. E foi a partir daí que ele começou um grande movimento com essas famílias, em defesa de suas terras, para que elas pudessem permanecer morando lá⁵⁷.

Padre Albino inicia então um movimento de apoio a essas famílias, em um primeiro momento “as caminhadas na primeira década, era muito voltada para essa questão da conclusão da barragem, que estava sendo concluída de uma forma injusta, desumana e não estava levando em consideração as pessoas”⁵⁸.

Logo nas primeiras caminhadas é possível perceber a inserção desse movimento de lutas sociais junto ao tema da religiosidade. O caminhar começa a ter o significado de uma experiência com significados que ultrapassam o sentido religioso, conferindo um novo sentido ao movimento iniciado por Pe. Donatti.

⁵⁷ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

⁵⁸ SOUSA, op cit.



Figura 22 - Caminhada da Seca ao campo de concentração do Patu na década de 1980.
Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.

Mas esse movimento de divulgação das lutas na caminhada não era suficiente para que a comunidade tivesse inserida em uma defesa coletiva daquelas comunidades, era preciso organizar as lutas e dentro dessa metodologia, aquelas comunidades começaram em meados de 1983 a celebrar o dia do Senhor, um rito litúrgico onde a comunidade se encontra para partilhar e estudar as sagradas escrituras.

É nesse momento que se inserem as Comunidades Eclesiais de Base na paróquia, através da Diocese de Iguatu, na qual está agregada a Paróquia de Senador Pompeu. A metodologia da teologia da libertação que crescia na América Latina chegava também as essas comunidades, e tal como afirma Marta de Souza

Eu lembro perfeitamente que as celebrações eram debaixo de uma latada; eles mesmos faziam as latadas de folhas e de vara, e a gente se sentava e fazia a celebração, a reflexão do Evangelho. Foi criando naquelas pessoas a organização e a conscientização de que o trabalho tinha que ser coletivo, a luta era de todos, não podia haver uma vitória se a luta não fosse de todas as famílias⁵⁹.

⁵⁹ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.



Figura 23 - Celebração do Dia do Senhor.
Fonte: Acervo Pe. João Paulo Giovanazzi, s/d.

Esse trabalho comunitário de Pe. Albino Donatti trouxe efeitos positivos para a organização dessas comunidades. A paróquia sozinha não tinha força jurídica para acompanhar a situação dessas famílias, assim é criado em 1983 o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, com a finalidade de auxiliar e dar legitimação jurídica às famílias que lutavam por suas terras.

Ações mais incisivas também foram lideradas pelo Pe. Albino Donatti, dentre elas atos de protestos pelas ruas da cidade e no canteiro de obras da barragem, além de acampamento na sede do DNOCS em Fortaleza, como coloca Marta de Souza ao dizer que,

Fizemos várias audiências no DNOCS, fizemos ocupação na sede do DENOCS, que era uma coisa extremamente extraordinária naquela época. O padre levava as famílias, e a gente ficava lá de uma noite para outra para ser recebidos pelo diretor do DNOCS. Ele (Pe. Albino) desenvolveu vários movimentos na parede do açude; as máquinas foram paralisadas várias vezes porque eles não queriam parar o serviço e nem queriam pagar indenização. Em algumas vezes, os ânimos ficaram alterados e o padre teve que se colocar na frente das máquinas e dizer: “se vocês quiserem (...) continuar, vocês vão ter que passar por cima de mim”. Na época, tinha muita dificuldade com os políticos, porque não tinham nenhum compromisso com essa causa, somente a Paróquia⁶⁰.

⁶⁰ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.



Figura 24 - Protestos na construção da barragem do Patu.
Fonte: Acervo CDDH-AC, 1987.

Toda a luta das comunidades unidas à paróquia obtivera êxito. A assessoria jurídica conseguiu garantir a indenização das comunidades, que por sua vez receberam recursos para construir novas casas, o governo municipal construiu uma nova escola e a comunidade edificou novas capelas. Agora os encontros celebrativos deixavam de acontecer embaixo de árvores e tendas e passava a contar com um local para o culto religioso.

A comunidade do Patu com o tempo foi se dividindo devido as cheias do açude Patu, novos núcleos comunitários nasceram e com eles novas igrejas foram construídas. A organização comunitária se fortalecia e esses lugares de oração até hoje cedem espaço para que possam acontecer reuniões das associações para definir os rumos sociais da comunidade. A década de 1980 foi uma muito dinâmica, de muitas atividades para Senador Pompeu, especialmente com o auxílio da igreja, como se refere Pe. Albino ao dizer que,

É a igreja enquanto instrumento de justiça social. Ele não queria somente reverenciar as almas, mas se contrapor a todo sistema de opressão, de injustiça que acontecia; porque ele sempre falou, no período em que esteve conosco, que o evangelho é para

ser lido e colocado em prática. Então, ele procurava o máximo possível traduzir esse evangelho na prática⁶¹.

Essa forma de trabalhar de Pe. Donatti levou a relação de fé e sociedade a um patamar diferente e contribuiu diretamente para a consolidação do movimento da Caminhada da Seca. São histórias de lutas diárias que se inspiram na grande luta pela vida daqueles que morreram no Patu em 1932.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos se tornou uma instituição independente e parceira da paróquia. Após as conquistas do movimento das terras do Patu, a instituição volta seu olhar para as condições de vida no semiárido, desenvolvendo ações de abastecimento de água e incentivo à agricultura familiar em pleno sertão.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos é a principal instituição junto a paróquia na realização da Caminhada da Seca e as lutas pela sobrevivência no sertão, o bem viver no semiárido é rotineiramente trazido à tona enquanto se caminha ao santuário da seca, tal como afirma Marta de Souza.

As caminhadas querem também trazer isso, que o bem viver no semiárido é possível a partir do respeito a natureza e ao meio ambiente. Nós temos falado muito sobre as queimadas e o desmatamento, que tudo isso leva a degradação ambiental, e cuidando bem do nosso ambiente natural, da nossa casa comum, com certeza a vida no planeta será melhor⁶².

Mas se por um lado o movimento social das comunidades do Patu se inseria na dinâmica da Caminhada, por outro surgia um movimento cultural, que por sua vez levará a Caminhada da Seca e a história do Campo do Patu a ser conhecida em diversas regiões do país, e foi um movimento importante para a preservação Sítio Histórico do Patu.

Antes de retornar à Itália, Pe. Donatti fundou uma escola de arte sacra que tinha por finalidade utilizar a matéria prima local na produção de peças para diversas dioceses. Dessa escola partiram várias iniciativas de atividades culturais sobre a seca que serão fortalecidas nos anos 1990 com a chegada de Pe. João Paulo Giovanazzi.

Pe. Giovanazzi esteve à frente da Paróquia de Senador Pompeu entre 1994 e 2000, e em sua entrevista relata que seu principal trabalho junto a Caminhada da Seca se deu nos registros

⁶¹ Entrevista 05 – Antônia Marta de Sousa (56 anos). Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

⁶² SOUSA, op cit.

dos depoimentos dos sobreviventes, que ele publicou em seu livro *Migalhas do Sertão* pouco antes de voltar à Itália, e paralelo a esse movimento, manteve o apoio da igreja aos grupos culturais que já atuavam na disseminação da memória da seca desde a gestão de Pe. Albino Donatti. Conforme afirma o sacerdote,

Começamos então a recolher os testemunhos dos sobreviventes de Patu que viveram a tragédia da Concentração. Os anciãos nos narraram o que eles e a família deles tinham experimentados, com referência também ao Cemitério, que se tornará o “Santuário da Seca”. Para além de documentar esses testemunhos, incentivamos o trabalho cultural das companhias de teatro e de audiovisual a continuarem o trabalho que haviam iniciado por Pe. Albino Donatti⁶³.

Esse movimento cultural precursor será responsável por essa nova interpretação da fé. Através das artes cênicas, do artesanato, da literatura e do áudio visual o movimento de divulgação da tragédia de 1932 e da devoção latente da comunidade católica ganha força, como será visto no próximo capítulo.

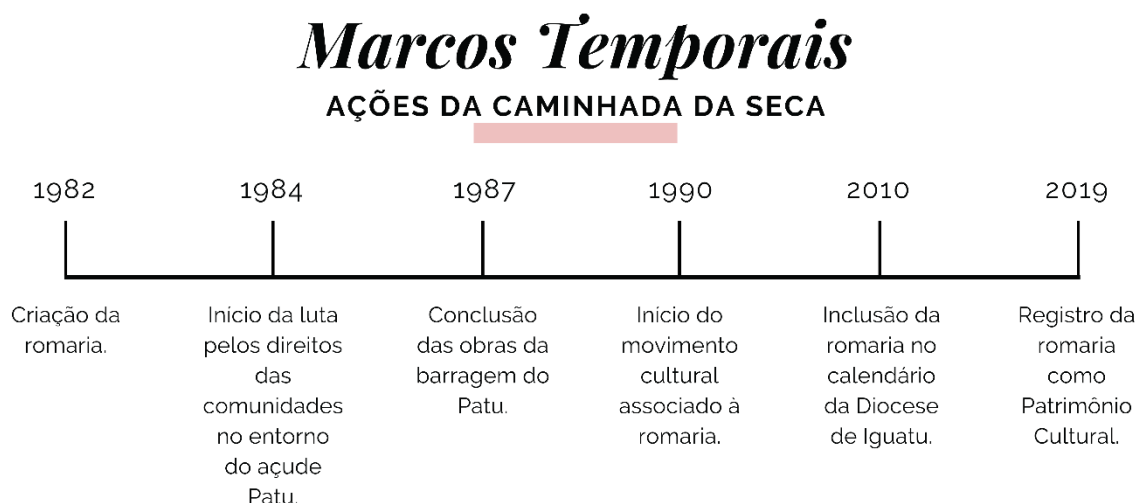


Figura 25 – Marcos temporais da Caminhada da Seca.
Fonte: Acervo do autor, 2021.

Como pode-se ver, a romaria exerceu um importante papel, tanto na construção da fé da comunidade, como na construção dos movimentos culturais, as novas lutas agora, são pela preservação da história e da memória e é sobre esses desafios que falar-se-á no próximo capítulo.

⁶³ Entrevista 04 – Padre Gianpaolo Giovanazzi (86 anos). Entrevista realizada em 18 de julho de 2020 via e-mail.

3 CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO PATU: UM PATRIMÔNIO DIFÍCIL

O patrimônio cultural do Patu, como visto, surge a partir da necessidade de preservação das memórias dos campos de concentração. Apesar de chegar à oficialização, o fundador da caminhada nunca teve a intenção de patrimonializá-la. A mobilização inicial sempre foi para recordar o passado e alimentar a fé e as lutas da comunidade.

Apesar da patrimonialização do Sítio Histórico do Patu e da Caminhada da Seca terem sido alvos de um único processo, precisa-se recordar que são coisas distintas. O complexo arquitetônico do Patu surge, como já apresentado, como um suporte à construção da barragem do Patu no início dos anos 1920, essa área é apenas reaproveitada durante a seca de 1932. A Caminhada da Seca por sua vez, é um movimento que se constituiu a partir da devoção popular em torno das Almas das vítimas do campo de concentração do Patu, como visto no capítulo anterior.

O movimento cultural que surge na década de 1990 e une-se ao movimento da Caminhada da Seca a fim de difundir a memória sobre os campos de concentração da seca, torna-se o primeiro grupo a compreender a dimensão patrimonial envolvida na devoção popular da comunidade e no complexo arquitetônico da vida dos ingleses.

Por quase três décadas, esses atores culturais irão fortalecer a luta pela preservação do que hoje define-se como Sítio Histórico do Patu. Um trabalho de sensibilização da comunidade a partir das artes cênicas e áudio visual irá compor a primeira fase dessas atividades, levando ao primeiro pedido de tombamento do complexo. Pode-se destacar entre as atividades culturais, os documentários sobre a Caminhada da Seca e os Campos de concentração, a literatura de cordel e os espetáculos teatrais.

Em um segundo momento, além das atividades culturais, são difundidas atividades socioeducativas e acadêmicas a fim de fortalecer o movimento pela preservação do Patu. Grupos culturais e instituições públicas e privadas passam a compor essa construção patrimonial a partir da publicação de trabalhos acadêmicos, jornalísticos, cartilhas educativas e a inclusão de alunos das escolas do município na discussão sobre a história do campo do Patu.

A oficialização da área como Patrimônio Cultural Municipal se deu em julho de 2019, após um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Senador Pompeu. Mas antes disso foram enviados dois pedidos formais pela preservação, o primeiro ao IPHAN e o segundo à Secretaria Estadual da Cultura.

As dicotomias que envolveram esses processos ao longo das últimas décadas ajudaram a entender a partir de agora a difícil relação entre a oficialização do Sítio Histórico como patrimônio cultural e sua preservação.

3.1 As manifestações culturais associadas à memória do Campo do Patu

“As almas do povo profetizam o que não se pode repetir.”⁶⁴

Os movimentos culturais apoiaram-se na Caminhada da Seca desde a década de 1990. Foi um movimento paralelo que buscava trazer um olhar sobre a romaria para além da religião. Professores, profissionais liberais, ativistas, compuseram diversas equipes que atuaram na divulgação do patrimônio do Patu e na reivindicação da preservação do seu complexo arquitetônico. Estes primeiros acordes de um sentido patrimonial ocorreram nos anos 1990 e tal como afirma o advogado Valdecy Alves, que esteve na organização do movimento cultural e detém hoje o principal acervo sobre os campos de concentração cearenses.

Juntamos alguns nomes, como o Junior Holanda que faleceu, Valdeclides, o Hermano, o Aristóteles, o Adriano Bezerra, o Everardo e outros membros do grupo. Fizemos algumas reuniões na inspetoria, no casarão, e decidimos levantar aquela história de um ponto de vista leigo⁶⁵.

Essa articulação cultural sempre teve o apoio da igreja católica local, que na época estava em um momento de transição com Pe. Albino Donatti retornando à Itália e Pe. João Paulo Giovanazzi chegando para dar continuidade aos trabalhos. Pe. Giovanazzi, por ter dedicado alguns anos de seu serviço pastoral à Cáritas Italiana, esteve em missão em lugares marcados pelas tragédias do pós-guerra na Europa levando ajuda humanitária para essas comunidades.

Em sua trajetória à frente da Cáritas, Pe, Giovanazzi foi enviado para prestar ajuda humanitária no Quênia em 1986; na Polônia e na Rússia em 1991; na Croácia, Bósnia e Sérvia

⁶⁴ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “As almas do povo é o santo do povo”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>>.

⁶⁵ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019. É advogado, ativista de movimentos sociais e culturais, Poeta, cordelista, escritor e diretor teatral, tendo publicado 15 livros e escritos 2 peças. Natural de Senador Pompeu, morou em São Paulo, fundou e atuou junto aos demais integrantes da Equipe 19-22 em prol do reconhecimento do patrimônio cultural da cidade. Promove anualmente, em Senador Pompeu, o Seminário Sertão, Seca, Memória e Cidadania. Mantém um blog onde registra seus trabalhos e sua militância. (Biografia disponibilizada pelo entrevistado).

em 1993, durante o período de crise política no final da União Soviética. Na América Latina, atuou junto à Cáritas na República Dominicana em 1986; em Costa Rica e Equador no ano de 1993, e na Bolívia em 1997, este último já como pároco de Senador Pompeu⁶⁶.

No ano de 1994 foi enviado como missionário *Fidei Donum*⁶⁷ ao Brasil para substituir Pe. Albino Donatti que retornava para a Itália. Permaneceu na Diocese de Iguatu como Pároco de Senador Pompeu e vigário das paróquias de Mineirolândia, Milhã e Irapuã Pinheiro até o ano de 2000 quando foi transferido para Manaus no estado do Amazonas.

Essa sua experiência auxiliou de certa forma a iniciar o processo de documentação dos relatos dos sobreviventes do campo de concentração que permaneceram em Senador Pompeu. Ainda na década de 1990, dezenas de depoimentos foram coletados dando origem ao livro *Migalhas do Sertão*. É a primeira vez que esses depoimentos vêm à tona de forma registrada.

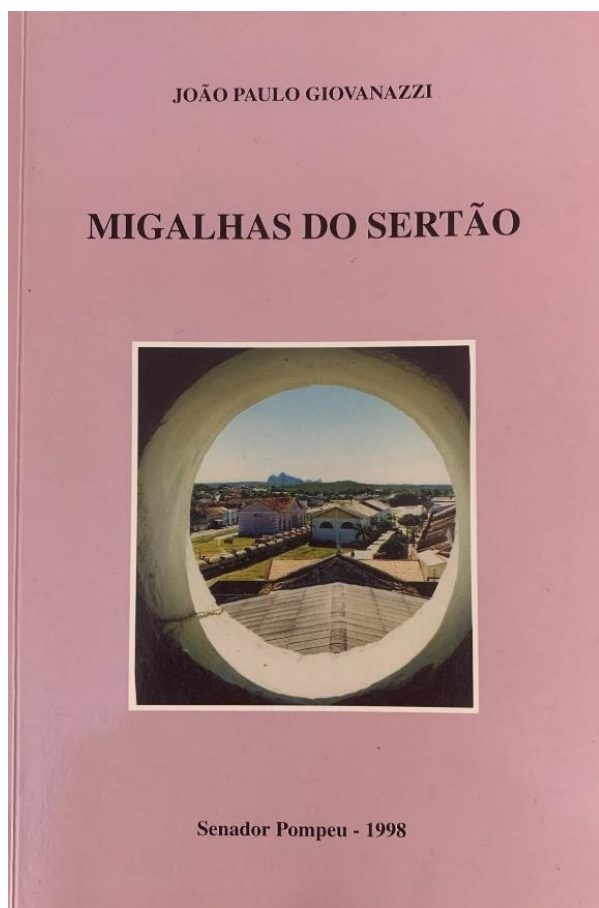


Figura 26 - Livro *Migalhas do Sertão*.
Fonte: Acervo Mayk Lenno, 2020.

⁶⁶ Informações disponibilizadas pelo entrevistado.

⁶⁷ São missionários *Fidei Donum* os padres, religiosos(as) e leigos(as) diocesanos que exercem seu ministério por um determinado período em dioceses mais necessitadas do mundo. Ficam à disposição do bispo da Igreja local e se inserem no projeto pastoral desta Igreja particular a qual foram enviados.

Esse livro memorialista traz consigo uma voz importante para a comunidade local. É um registro que passa pelas gerações e permite a ampliação das pesquisas que englobam os campos e a caminhada. A partir desses relatos, são desenvolvidas atividades culturais que tentam retratar os acontecimentos de 1932 com outras linguagens e formas de expressão.

O livro “Migalhas do Sertão” foi publicado em julho de 1998 pela tipografia La Reclame da Diocese de Trento na Itália. O livro aborda, a partir das memórias de moradores de Senador Pompeu, a história da cidade. Em um primeiro momento, trata-se do início da construção da barragem do Patu e da tragédia do campo de concentração da seca de 1932. Em seguida traz uma série de orações do cotidiano da comunidade católica local e poesias escritas por autores locais.

A obra encerra sua narrativa com depoimentos de pessoas da comunidade que narram a consolidação dos trabalhos pastorais da igreja católica, como a construção de capelas e centros educacionais. Em uma única edição publicada até o fechamento desse trabalho, o livro encontra-se disponível na secretaria paroquial para vendas e nas bibliotecas do município e escolas, além de outras instituições privadas.

Além dessa obra literária de Pe. João Paulo, destaca-se ainda os movimentos culturais que iniciaram suas atividades auxiliando na difusão das memórias da seca e dos campos de concentração. Em 1994, a equipe cultural 19-22 era criada com a perspectiva de trazer um novo olhar sobre a história do campo de concentração do Patu. Apesar de ser um movimento paralelo ao religioso, sempre encontrou apoio por parte da paróquia que organizava a romaria, tal como afirma Valdecy Alves ao dizer que:

Então nasce a equipe para exatamente fazer o resgate, e aí começamos a nossa luta, que foi muito potencializada com a chegada do Padre João Paulo, ele tinha não apenas a cultura de preservação muito forte, como também uma capacidade enorme de filmar e fotografar o patrimônio, ele nos ajudou muito com registros fotográficos e registros cinematográficos⁶⁸.

A mobilização da sociedade civil começa e é perceptível a empolgação do início dos trabalhos nas falas dos nossos entrevistados. A equipe 19-22 foi o marco inicial de um trabalho que começou por mobilizações, visitas às escolas, pela confecção de cartões postais do campo do Patu e de outros monumentos históricos da cidade e a divulgação da Caminhada da Seca. Encontros culturais propunham discussões sobre os campos sob uma perspectiva patrimonial,

⁶⁸ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

numa ação que, somada ao movimento da fé conduzido pela igreja, fazia reverberar a história contada por aqueles que sobreviveram a concentração do Patu, tal como afirma o advogado Valdecy Alves ao dizer que,

Entendo que a comunidade de Senador Pompeu teve um grande apoio da Igreja, tem que se dizer isso para ser honesto, a caminhada da seca tem essa força de congregar milhares de pessoas. Você faz um seminário para discutir história, para abordar qualquer coisa sobre os Campos de Concentração, vai um público muito qualificado, mas não vai em número. Já a parte religiosa traz um público muito grande, que tem outro link com isso, que é a fé, e o certo é andar os dois de mãos dadas, a parte científica, a parte de estudo, a parte de pesquisa e a religiosidade popular⁶⁹.

Dentre as tantas atividades desenvolvidas pela equipe 19-22, o advogado Valdecy Alves destaca uma matéria publicada no Jornal “O Povo” no final dos anos 1990 e que foi fundamental para uma divulgação mais ampla sobre a história dos campos de concentração cearenses, especialmente o de Patu. Tal matéria proporcionou que, em décadas seguintes, outras reportagens fossem feitas por emissoras de amplo impacto como a Rede Globo e Rede Record, tal como afirma Valdecy Alves⁷⁰ ao dizer que:

O jornal O Povo fez uma matéria de muitas páginas. O Fantástico viu essa matéria da Ariadna Araújo e ela foi indicada ao prêmio S de jornalismo; o fantástico veio e fez uma matéria que repercutiu em todo o Brasil, inclusive, o país se dizia campo de concentração⁷¹.

⁶⁹ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

⁷⁰ ALVES, op cit.

⁷¹ Durante o movimento inicial de repercussão da tragédia de 1932, apesar do termo sempre ter sido utilizado nas matérias de jornais e outras obras desde a seca de 1915, muitos pesquisadores instruíam a não utilização do termo Campo de Concentração a fim de evitar a relação com os campos da Alemanha Nazista (Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019).

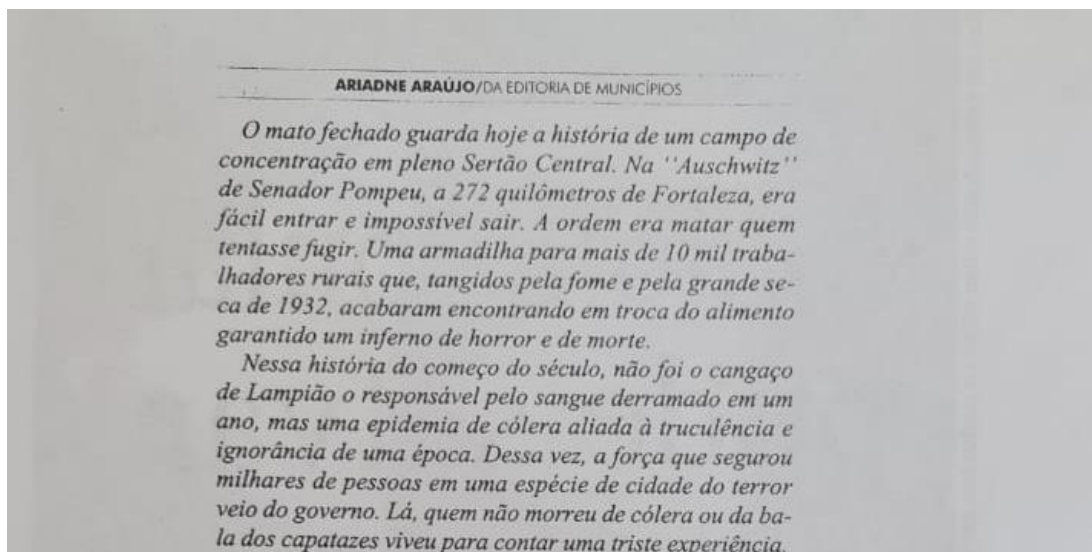


Figura 27 - Recorte da matéria do jornal O Povo escrita por Ariadne Araújo.
Fonte: Acervo Valdecy Alves, s/d.

A ações iniciadas pela equipe 19-22 desencadearam uma série de produções culturais como peças teatrais, cinematográficas, literatura e fotografia, exposições e documentários. Desde o final da década de 1990, os vídeos de ficção foram disseminados e ainda hoje ressoam na cena cultural da cidade. Essas manifestações artísticas corroboram diretamente na manutenção da memória do campo do Patu já que são “as mídias, que fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um (ASSMANN, 2011, p. 24).

As performances cênicas, as obras literárias e audiovisuais contêm o mesmo discurso do projeto de patrimonialização criado por essas entidades, apresentado como práticas e objetos estetizados, o que permite a releitura desse processo, e também determina sua conformação diferenciada pela arte, já que cada mídia descerra um acesso específico à memória cultural. A escrita, que acompanha a língua, armazena coisas diferentes e de maneira diferente em comparação ao que as imagens fazem. Estas por sua vez, contêm expressões e experiências independentes da língua. (ASSMANN, 2011, p. 25).



Figura 28 - Capa do Cordel "A Besta Fera de 32".
Fonte: Acervo Valdecy Alves, s/d.

A equipe 19-22 apesar de já estar inserida nesse contexto artístico, acreditava que apenas o tombamento da área seria capaz de preservar o complexo arquitetônico do Patu. A equipe entrou com ação judicial em 1996 onde solicitava que fosse realizado o tombamento e a preservação do Sítio Histórico do Patu, porém, apesar de uma liminar favorável, nada aconteceu, como afirma Valdecy Alves.

Teve momentos que nós acreditávamos que o tombamento era tudo, depois nós descobrimos que não, que era preciso entrar com ações, nós achamos que o judiciário era fundamental, depois vimos que mesmo com decisão liminar, continuava a depredação; depois, finalmente, concluímos que o certo era envolver a cidade, teriam que aprender o que aconteceu ali, para que eles próprios passassem a preservar, e foi quando nós amadurecemos⁷².

Quando esses agentes culturais decidem envolver a comunidade, a cidade passa viver um *boom* cultural e isso se tornou uma estratégia para as futuras ações de preservação do Patu.

⁷² Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

A partir disso, foram feitos os cartões, tentou-se envolver as escolas, tentou-se colocar no teatro, nas manifestações culturais, e a caminhada da seca já existia. Integramos a caminhada, fazendo filmagem, acompanhando, juntamos programações leigas com a religiosa junto com Padre João Paulo, que era muito compreensível, muito aberto⁷³.

Dentre as ações culturais desenvolvidas nesse período, pode-se citar o desenvolvimento de peças teatrais que eram montadas e apresentadas nos festivais culturais da região, dentre elas destaca-se a peça *Campos de Concentração de 32*, que ficou em cartaz por cerca de cinco anos (2011 – 2015). Era na arte que o grupo conseguia levar ao conhecimento público a necessidade de se preservar, de cuidar da história para que a mesma não venha a ser repetida, afinal de contas é sobretudo a arte que tematiza a crise da memória e encontra novas formas para a dinâmica da recordação e do esquecimento cultural.” (ASSMANN, 2011, p. 26).

O Programa de rádio semanal apresentado pela equipe 19-22 recebeu o nome de “Via das Artes” e foi iniciado ainda no final da década de 1990. A transmissão era feita pela rádio Sertão Central aos domingos. Um espaço construído para levar o acesso à cultura à comunidade.

Conseguimos (na época) com a rádio Sertão Central ter um programa gratuitamente durante anos, que era todo domingo. Requeremos ao Sr. Coelho (dono da rádio), nos baseando na constituição, que diz que a rádio é uma concessão pública, e um percentual da rádio tem que ser para cultura, vimos que não tinha nada cultural e pedimos o espaço de domingo no horário que ele quisesse, mas era direito nosso porque estava na constituição. O programa durou anos, durante algum tempo foi apresentado pelo Everardo e depois pelo Fram Paulo, que se integrou também a equipe 19 22 a posteriori.⁷⁴

O programa ficou no ar até 2013, nesse período estava sob responsabilidade do Instituto Casarão⁷⁵. Essa mesma instituição desenvolveu diversos documentários independentes sobre a Caminhada da Seca e o campo de concentração do Patu, mas foi no teatro que obteve seu maior impacto cultural na cidade ao retratar a vida dos flagelados da seca na peça *Campos de Concentração de 32*⁷⁶.

O espetáculo sob produção do Instituto Casarão, narrava a história de sofrimento das pessoas que eram aprisionadas no campo de concentração do Patu. Seu texto original foi escrito

⁷³ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

⁷⁴ ALVES, op cit.

⁷⁵ O Instituto Casarão atuou em Senador Pompeu de 2005 a 2013 promovendo ações culturais a partir de artes cênicas e audiovisual.

⁷⁶ O espetáculo *Campo de Concentração de 32* possui texto de Valdecy Alves e Direção de Fram Paulo. Está disponível no youtube < https://www.youtube.com/watch?v=7_GbdInaaaU> Acesso em 07 de jan 2021.

pelo advogado Valdecy Alves e o elenco era formado por artistas da própria cidade. O espetáculo possuía cerca de duas horas de duração e era apresentado de forma gratuita para a cidade na noite do sábado que antecedia a Caminhada da Seca.



Figura 29 - 3ª edição espetáculo Campos de Concentração de 32.
Fonte: Acervo Mayk Lenno. Foto: Mara Paula, 2013.

Com o mesmo intuito de apresentar a história da vida nos campos de concentrações cearenses, o coletivo Ponto Zero criou o espetáculo Curral Grande que esteve em turnê nacional entre os anos de 2014 e 2019. A montagem é baseada na obra do pesquisador e dramaturgo Marcos Barbosa e circula pelo País desde 2014, com direção de Eduardo Machado.



Figura 30 - Espetáculo Curral Grande
Fonte: Jornal O Povo, 2018.

A equipe 19-22 se desfez no início dos anos 2000, mas alguns membros deram continuidade aos trabalhos em defesa da preservação do campo. Valdecy Alves produz até a atualidade documentários independentes que remontam a história do campo do Patu e de outros campos cearenses.

Outro fruto da equipe no audiovisual é o produtor e ator, Fram Paulo⁷⁷, que dirigiu um dos principais documentários sobre a Caminhada da Seca e a memória dos campos. *As almas do povo é o santo do povo*⁷⁸, uma produção independente que reafirma a aceitação da linguagem audiovisual como estratégia de ampliação da discussão sobre o campo, voltada sobretudo para o público escolar.

O documentário foi exibido nas escolas da rede pública e privada do município na semana que antecede a Caminhada da Seca em 2007. No sábado anterior a romaria, dia 10 de novembro, o mesmo foi lançado para toda a comunidade de forma gratuita no auditório do Centro Pastoral da Paróquia de Senador Pompeu. Com o apoio do extinto Ponto de Cultura Arte

⁷⁷ Francisco Paulo Ferreira da Silva, Fram Paulo, cineasta, ator e produtor cultural, foi atuante nos movimentos culturais de Senador Pompeu nas décadas de 1990 e 2000, pertencendo a uma segunda geração dos integrantes da Equipe 19-22. Produziu filmes documentais e espetáculos de teatro sobre a temática dos campos de concentração. Reside atualmente em Fortaleza. Até meados de 2010 esteve à frente do extinto Instituto Casarão, onde mobilizavam estratégias artísticas para manutenção da memória dos campos.

⁷⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA> > Acesso em 07 de jan 2021.

sobre Roda o documentário reuniu fala de sobreviventes, romeiros e lideranças comunitárias mesclado a um texto encenado por artistas locais.

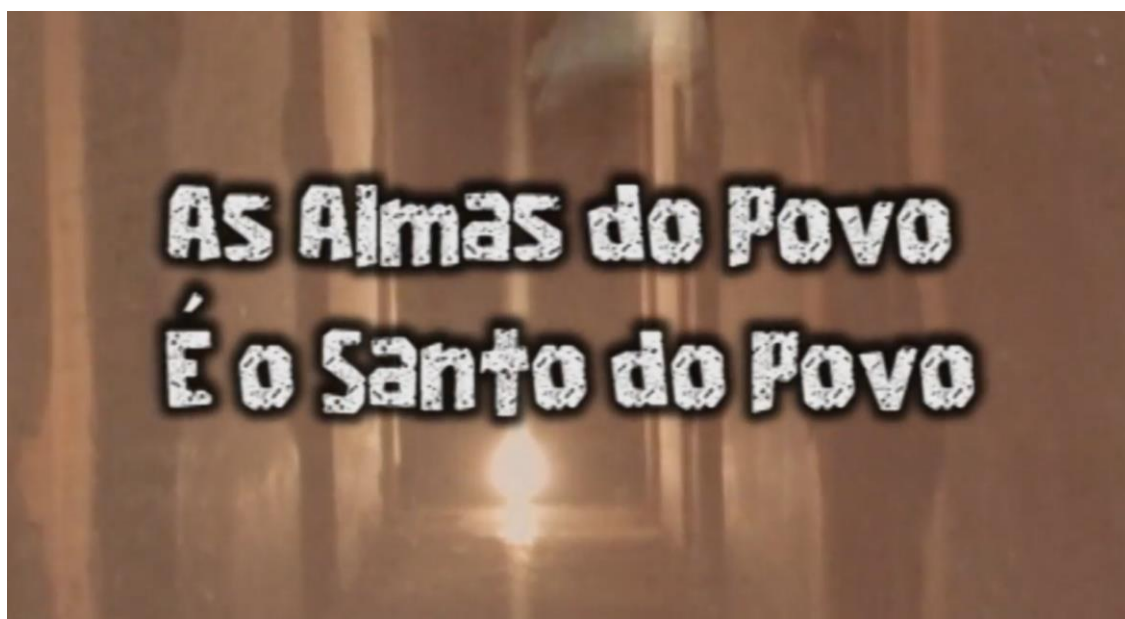


Figura 31 - Abertura do documentário As Almas do Povo é o Santo do Povo.
Fonte: Acervo do Autor.

Com crescimento dos trabalhos em torno da preservação da memória do Patu, criou-se o Fórum do Patrimônio Cultural e Ambiental de Senador Pompeu em 2010, uma entidade composta por militantes culturais, associações não governamentais, entidades de classes, pela Igreja e pelo poder público local, com o objetivo de defender a preservação do patrimônio ambiental, material e imaterial da região. Tratava-se de um grupo mais amplo e que discutia o patrimônio municipal, apesar dos campos de concentração sempre estarem em um plano principal, tal como afirma Valdecy Alves.

Desse fórum nasceu a primeira lei regulamentando a cultura, foi um projeto popular também - conseguimos as assinaturas -, um projeto que depois virou Lei Moreira Campos e foi transformado na lei do tombamento, mas nasceu desse fórum. Então o fórum foi uma experiência mais completa, no qual temos vários registros fotográficos, reuníamos no fórum pessoas que militavam na igreja, pessoas do povo simples que estavam ali porque era da religiosidade popular, professores e alunos, foi uma experiência mais quantitativa, como também qualitativa⁷⁹.

Nas ações mais recentes, outras instituições culturais que surgiram no município atuam de forma a continuar essas tentativas de voltar o olhar para o patrimônio cultural da cidade.

⁷⁹ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

Atualmente, é possível perceber na comunidade uma sensibilização quando esta volta para a dimensão patrimonial apesar do poder público ainda demonstrar certa dificuldade em organizar ações mais efetivas de preservação.

Pode-se classificar que um dos principais atos da equipe cultural 19-22 se deu com a entrada de um processo judicial para exigir do poder público a preservação do campo do Patu. Para chegar nesse movimento, uma série de fatores do contexto local foram fundamentais. A equipe e outros representantes da sociedade civil cobravam uma ação efetiva do poder público para a preservação do sítio histórico do Patu, porém nenhuma ação de preservação foi tomada pelo poder público municipal.

O trabalho de sensibilização da equipe 19-22, assim como do Fórum Popular pela preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental de Senador Pompeu sempre teve como principal vetor a arte. Em um primeiro momento, a criação de documentários e espetáculos teatrais ocuparam espaço de proliferação da memória do campo de concentração do Patu, mas posteriormente o viés acadêmico e institucional somou-se a essas ações.

Aqui, destacam-se as ações de educação para o patrimônio desenvolvidas nas escolas e em outras instituições não-governamentais e o início da luta pela preservação do Patrimônio Cultural a partir da oficialização pelos órgãos competentes. Apesar da dissolução da equipe e do fórum, a maioria dos membros continuam engajados na defesa do Patrimônio Cultural do Sítio Histórico do Patu.

A maioria dos gestores públicos que atuaram no município nesse recorte do boom cultural em torno do patrimônio do Patu, entre os anos de 1996 a 2019, tentaram envolver-se nos movimentos culturais como uma forma de evitar um desgaste junto a esses movimentos. Apesar dessas tentativas, algumas gestões municipais não demonstraram interesse em dialogar com os movimentos culturais, tão pouco em desenvolver ações de preservação do Patu, o que levou a uma judicialização por parte dos movimentos culturais, como apresenta o advogado Valdecy Alves.

Nós saímos de casa em casa, conversando com as pessoas, explicando a importância dos casarões, contando a história do Campo de Concentração, e pedindo para o pessoal assinar o abaixo assinado que requeria que a Câmara Municipal votasse o tombamento dos casarões. Nós sabíamos que com 5% do eleitorado assinando poderíamos dar entrada com um projeto de lei por iniciativa popular, e foi isso que aconteceu. Conseguimos mais assinaturas do que era preciso. Demos entrada na Câmara. Mas, outra vez, os vereadores nos enganaram. Não votaram o projeto, fizeram todas as

manobras possíveis para adiar a votação, mesmo com a Câmara cheia de gente, eles adiaram. Então, só nos restou uma saída, colocar a questão na justiça⁸⁰.

A Câmara de Vereadores de Senador Pompeu, baseada no trabalho cultural desempenhado pela equipe 19-22, sentiu-se pressionada a dar uma resposta ao projeto de lei popular que pedia a preservação do campo de Patu. Entretanto, tal como se pode ler em matéria do jornal O Povo, “os 17 vereadores de Senador Pompeu declararam-se incompetentes para votar a matéria e argumentam querer discutir o assunto com técnicos”⁸¹. Ainda que o movimento popular estivesse organizado e sob a possibilidade de ações judiciais, a Câmara Municipal continuou omissa as questões patrimoniais, como menciona Valdecy Alves em entrevista ao mesmo periódico, dizendo que:

Os habitantes de Senador Pompeu não perdoam tanto desconhecimento e nem a relutância da Câmara Municipal em aprovar o projeto de lei popular que pede o tombamento do conjunto arquitetônico. Eles entram hoje, através do Grupo 19-22, criado em homenagem à história da barragem Patu, com um pedido de mandado de segurança na justiça comum. Vão pedir ao juiz da comarca, José Krentel Ferreira Filho, que conceda a liminar que obrigue a Câmara a votar o projeto. Segundo o advogado Valdecy Alves, do Grupo 19-22, a Câmara pode emendar, aprovar ou rejeitar o projeto, mas nunca ficar omissa sobre o assunto⁸².

Não havendo acordo nem interesse em firmar um compromisso pela preservação do sítio histórico, a Equipe Cultural 19–22 obteve, em junho de 1996, uma liminar que obrigava a gestão municipal a preservar a os bens culturais, contudo isso não foi feito como pode-se ver na entrevista de fulano de tal ao jornal o Povo

A liminar pede o cumprimento da Lei Orgânica do Município no tocante a preservação do patrimônio histórico da Vila dos Ingleses. Em despacho do dia 12 último, o juiz Irlandes Bastos Sales deferiu o pedido e determinou que em 24 horas o Prefeito Manoel Juciano de Almeida (PMDB) e o Secretário da Cultura, Luís Gonzaga de Araújo, garantam a integridade dos prédios até o seu tombamento. A área em torno do casarão principal deve ser desmatada e vigiada para impedir a ação de depredadores. Até a manhã de ontem, o Prefeito não tinha recebido a intimação embora estivesse em Senador Pompeu. Ele garantiu cumpri-la assim que o Oficial de Justiça o localizar. “Ordem judicial se cumpre” (O Povo apud MARTINS, 2015, p. 97).

⁸⁰ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

⁸¹ Senador Pompeu faz projeto de lei para salvar patrimônio, Jornal O Povo, Caderno Municípios/Interior, p. 5A, 3 de junho de 1996.

⁸² Patrimônio Histórico vai iniciar tombamento da Vila dos Ingleses, Jornal O Povo, Caderno Cidades, p. 3E, 4 de junho de 1996. Trecho disponibilizado pelo entrevistado.

A tendência ao descaso começa a mudar no ano de 2006, quando o município movido pela mudança na política cultural do estado do Ceará, e também no nível federal, criou a Lei Municipal 1.139, de 10 de novembro de 2006, que dispõe *sobre a proteção do Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Senador Pompeu e dá outras providências*⁸³. É importante salientar que a partir de 2006, o Governo Federal inicia uma nova política cultural a partir da criação do Plano Nacional de Cultura e da ampliação dos recursos para o setor cultural, na mesma lógica o estado do Ceará e nesse caso, o município de Senador Pompeu seguirá as mudanças que possibilitam a implementação de políticas culturais.

Essa Lei foi o primeiro instrumento a tratar sobre a preservação do Patrimônio Cultural da cidade. Ela define que o Patrimônio Histórico-Cultural de Senador Pompeu é constituído por bens de natureza material e imaterial que poderiam ser preservados de maneira individual e coletiva que façam referência à identidade e à memória dos diferentes grupos que formam a comunidade local.

O texto da Lei traz os detalhes de como deveria funcionar o processo de tombamento e registro dos bens culturais, bem como a criação do Conselho de patrimônio e sua atuação. Não houve uma efetivação dessa Lei de imediato, mas, pode-se configurar este ato e os seus desdobramentos, como um direcionamento para um projeto do Poder Público para o patrimônio local.

Esses desdobramentos são inicialmente uma série de ações de organização institucional da área cultural. A Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, através da Lei 1.084, de 15 de junho de 2005⁸⁴, passou por uma reforma administrativa, dentre as mudanças destaca-se a criação da Secretaria da Cultura, Juventudes, Turismo e Desporto que por sua vez recebeu a coordenação de Patrimônio Cultural.

Nesse mesmo período ocorreram uma série de ações voltadas para a comunidade local, envolvendo artistas e outros agentes, sobretudo no âmbito da cultura popular, das artes cênicas e do patrimônio cultural. Dentre essas ações pode-se destacar a criação do Fundo Municipal de Cultura e atividades de capacitação para profissionais da cultura. Além disso, a cidade recebeu

⁸³ Disponível em
<https://www.senadorpompeu.ce.gov.br/arquivos/538/LEIS%20MUNICIPAIS_1139_2006_0000001.pdf>
Acesso em 07 de jun de 2021.

⁸⁴ Disponível em
<https://www.senadorpompeu.ce.gov.br/arquivos/591/LEIS%20MUNICIPAIS_1084_2005_0000001.pdf>

eventos de médio e grande porte para promoção da cultura popular, o município chegou a ser eleito como capital cultural do estado nesse período⁸⁵.

Tais ações sozinhas não são capazes de revelar os verdadeiros avanços que aconteceram na área do patrimônio como uma política municipal. São apenas planos que auxiliam na organização institucional. Dentre esses planos, destaca-se a ideia inicial da gestão municipal em utilizar a área do Patu para fomentar um turismo religioso ou cultural, o que ainda está em fase de organização e ficou seriamente comprometido em razão dos efeitos da pandemia do covid-19⁸⁶.

Como pode-se perceber, os movimentos culturais prestaram e prestam um importante serviço na luta pela preservação do Sítio histórico do Patu. A romaria (ou caminhada, pois ambos os termos são utilizados no vocabulário local) foi propulsora desse movimento de recuperação e salvaguarda das memórias de Patu e, tal como já abordado anteriormente, ao longo do tempo foi possível identificar três dimensões desse movimento: a religiosa, a social e a cultural, eixos importantes da preservação patrimonial que ocorreu posteriormente.

Mas as lutas pela ativação patrimonial a partir do poder público gerou um movimento de pedidos de tombamentos, registros e ações judiciais. É sobre esse movimento que tratar-se-á a seguir.

3.2 A patrimonialização do Patu

*“Campo de concentração, apontado como solução
Mas transformou-se em opressão.”⁸⁷*

A preservação em âmbito municipal do Sítio Histórico do Patu, deu-se pelo decreto 15/2019, em 30 de abril de 2019⁸⁸, sendo oficializada numa cerimônia pública no dia 20 de

⁸⁵ Matéria expedida pelo Jornal Diário do Nordeste em 29 de jul de 2008 <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/senador-pompeu-pode-ser-a-capital-da-cultura-1.247619>> Acesso em 01 de jun de 2021.

⁸⁶ O projeto de turismo para o Sítio Histórico do Patu, segundo o Departamento da Cultura, encontra-se em fase de desenvolvimento. O município não externou como se dará esse processo ou quais perspectivas estão sendo consideradas para a criação do mesmo. Até o fechamento desse texto, a gestão apenas realizou o curso de guiamento em turismo, que citaremos posteriormente.

⁸⁷ Trecho do texto elaborado por Fram Paulo para o documentário “As almas do povo é o santo do povo”, produzido pelo Instituto Casarões em 2010, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-kFWjWtIQGA>>.

⁸⁸ O Decreto 15/2019 que trata do tombamento do Sítio Histórico do Patu vigora até a data de fechamento desse texto, o Departamento da Cultura de Senador Pompeu informou que o mesmo se trata de um decreto provisório.

julho de 2019. Em uma estrutura montada nas proximidades do casarão conhecido como ponto de chegada dos retirantes da seca – a estação férrea – estiveram reunidos os representantes da Gestão Municipal, do Ministério Público, da Igreja Católica, diversas instituições culturais, pesquisadores, agentes culturais e a sociedade civil.



Figura 32 - Cerimônia de tombamento do Sítio Histórico do Patu.
Fonte: Acervo Valdecy Alves, Foto: Mara Paula 2019.

Mas até chegar a essa oficialização, um longo caminho foi trilhado entre processos judiciais e pedidos de tombamento em todas as esferas governamentais. A partir de agora, mostrar-se-á quais os processos anteriores e como eles se desdobraram, mas antes cabe entender brevemente algumas noções sobre este patrimônio oficial.

Pode-se definir o patrimônio cultural como “um conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e à memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento importante para o desenvolvimento sustentado a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania” (GHIRARDELLO; SPISSO; FARIA. 2008, p.13).

O Decreto está sendo corrigido para ser enviado ao gabinete do prefeito e assim ser assinado e publicado de forma definitiva, em virtude disso, não tivemos acesso a essas alterações.

A carta de Veneza, publicada em maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos, diz que “os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização”. É nessa perspectiva de preservação que várias tentativas de tombamento do campo de patu foram solicitadas ao poder público. Em 1996, após a liminar expedida à Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, a equipe cultural 19-22 deu entrada em um pedido de tombamento a nível estadual. Havia uma compreensão da equipe que os acontecimentos em torno do Patu configuravam uma cena importante da história do estado, tal como pode ser observado no depoimento de Valdecy Alves.

Esse pedido de tombamento é da equipe 19-22, nós debatemos e percebemos que o fato que acontecera ali, não era um fato de interesse local, basta dizer que o campo não foi feito pela prefeitura, foi pelo governo Federal, pelo Ministro da aviação da era Vargas, José Américo, juntamente com o governo do Estado, que era o capitão Carneiro de Mendonça, tanto é que os recursos eram todos federais, não eram nem estaduais. Percebemos que o evento tinha importância estadual⁸⁹.

O pedido de tombamento foi direcionado ao estado a partir da compreensão da equipe cultural 19-22 de que a história do campo do Patu era de referência estadual. Além disso, o município só passou a ter instrumentos legislativos que possibilitassem o tombamento em 2006. Esse primeiro pedido veio a ser arquivado pela Secretaria de Cultura do Estado para ser reaberto em 2017. Em contatos com este órgão foi obtida a resposta que o processo se encontra ainda em estado de revisão.

Em entrevista com Adriano Souza, ex-secretário da Cultura e Turismo do município na gestão de 2005 a 2010, o mesmo informou que houve uma tentativa de retomada desse processo de tombamento em 2007, mas em razão do conflito de propriedades das terras do campo do Patu que pertenciam à União, sob administração do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), não houve andamento para a reabertura do processo. O Prefeito Municipal na época, Antônio Teixeira, chegou a enviar um ofício a diretoria do DNOCS solicitando a transferências de propriedade para o município, tal como pode ser visto no documento abaixo.

O DNOCS administra no município de Senador Pompeu uma área onde se encontra a barragem do Patu, distante cerca de 03 Km da cidade, que concentra uma estrutura arquitetônica de um valor histórico-cultural imensurável, pois ali vivenciamos parte importante da História de Senador Pompeu, quando em 1932 registrou-se uma das maiores secas do Nordeste e em particular no Ceará, sendo que neste local centenas de famílias de diversos Estados e cidades nordestinas se aglomeraram em busca de

⁸⁹ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

trabalho fugindo da seca. Ocorre que uma grande epidemia de cólera abateu-se sobre os flagelados vitimando-os e causando a morte de mais de mil pessoas, que foram enterradas em valas comuns por todo aquele local. Hoje, a referida área é conhecida como Santuário da Seca e os casarões constituem-se a memória viva de um pedaço da História senadorense, que temos o maior interesse em preservar para esta e para as futuras gerações. Diante do exposto, vimos perante V. Exa. Solicitar a transferência da área que compreende os casarões da barragem do Patu, para o patrimônio do município, a título gratuito ou oneroso a fim de que possamos promover a preservação do local⁹⁰.

Esse acordo não chegou a ser realizado e mais uma vez as tentativas de preservação da área pelo poder público foram paralisadas. Em 2011, foi movida uma ação popular⁹¹ na 15ª Vara de Justiça em Limoeiro do Norte, na qual era determinado que o município de Senador Pompeu deveria executar ações de preservação do Campo do Patu. Na referida ação o município de Senador Pompeu foi sentenciado a adotar medidas de proteção, promoção e preservação do patrimônio histórico-cultural da Barragem do Patu, por meio de inventários, registro, vigilância, tombamento, além de outras formas de acautelamento e preservação. Além disso, a gestão deveria realizar uma campanha de conscientização em escolas e rádios, dentre outras destinadas à proteção e manutenção do acervo histórico e cultura do município (BRASIL, 2011).

Apesar da decisão do Juiz Federal Francisco Luis Rios Alves fixar um prazo de 60 (sessenta) dias sob pena de pagar multa diária, o município não publicizou as ações educativas para a comunidade e nenhuma ação de preservação foi implementada na área. É perceptível que havia um desinteresse por parte do poder público em manter essa ideia de preservação do patrimônio cultural da cidade.

Em 2014, uma ação do Ministério Público Federal (MPF) da cidade Tauá solicitou ao instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que fosse aberto um processo de estudo de viabilidade para o tombamento do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu. É importante salientar que o MPF no Ceará possui postos de atendimentos regionais, sendo a cidade de Senador Pompeu atendida pelo posto localizado na cidade de Tauá-CE. De imediato, o IPHAN atendeu à solicitação:

Recebemos o Ofício n' 266/2014 -- MPF/PRM/CRATEUS/TAUA, do Ministério Público Federal- Procuradoria da República no Município de Crateús/Tauá datado de 24 de março próximo passado e protocolado no dia 04 de abril nesta Superintendência, subscrito pelo Procurador da República daquela comarca, Dr. Patrício Noé da

⁹⁰ Trecho do ofício encaminhado pelo prefeito de Senador Pompeu, Sr. Antônio Teixeira de Oliveira, ao Diretor-Geral do DNOCS, Sr. Eudoro Santana, então, em junho de 2007, disponibilizado pelo Sr. Adriano Souza, ex-secretário da Cultura

⁹¹ Ação Popular manejada por Aristoteles Gomes de Oliveira, Carlos Alberto Apolonio Barros, Erasmo Carlos Henrique Teixeira, Francisco Paulo Ferreira da Silva, Fred da Costa Prudente, Janaina Nunes Ferreira, Liduina da Silva Nunes, Renata do Nascimento Pinho e Valmirez Argemiro Gonçalves.

Fonseca. Este documento foi encaminhado ao Sr. José Ramiro Telas Besena - Superintendente do IPHAN no Ceará - solicitando a abertura do processo de tombamento do Patrimônio histórico e cultural da Barragem do Patu e todo o seu complexo arquitetônico. Venho comunicar através desta Informação Técnica que após o recebimento do Ofício supracitado, foi aberto o Processo Administrativo nº 01496.000421/2014-82 no dia 08 de abril de 2014, porém não foi possível realizar a vistoria em função da paralisação dos servidores ocorrida no mês de maio e parte do mês de junho. Desta feita, informo que uma vistoria ao local será realizada na data de 23 de julho de 2014 e um Parecer Técnico será elaborado e posteriormente encaminhado em resposta ao Ofício nº 629/2014 -- MPF/PRM/CRATEUS/TAUA, recebido no dia 14 de julho, enviado pela Dra. Sara Moleira de Souza Leite, Procuradora da República nos Municípios de Crateús e Tauá (IPHAN, 2014).

O processo foi iniciado e o IPHAN realizou uma visita técnica para fazer o levantamento da área e coletar especificações técnicas. Em tais diligências alguns membros da Secretaria da Cultura do município e integrantes da extinta equipe cultural 19-22 acompanharam o IPHAN. O parecer final dessa visita técnica foi dado como o de ser o sítio de relevância para a história do Ceará e recomendado que fossem realizadas ações de preservação e que o processo fosse encaminhado para o estado.

Baseado no que foi exposto neste documento e procurando atender à solicitação feita à 15ª Vara, recomendamos:

1. que seja encaminhada à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, uma proposta de tombamento, em nível estadual, do conjunto conhecido como *Vila dos Ingleses*, justificado a partir do entendimento desse espaço como uma rica fonte documental relacionada a fatos de natureza histórica vinculados ao Estado do Ceará (no caso, a partir das instâncias aqui identificadas: a construção do açude como meio para se combater as secas e, por conseguinte, a instalação da *Vila*, entre 1919 e 1923; e a criação do campo de concentração em 1932, acontecimento com o qual a comunidade mantém relação simbólico/religiosa incontestável);
2. que seja promovido, na cidade de Senador Pompeu, um seminário que tenha como objetivo discutir questões relacionadas à memória e à preservação num âmbito mais amplo e à memória e preservação da *Vila dos Ingleses* num âmbito mais específico, abrangendo as três instâncias governamentais (Município, Estado e União);
3. que se abra uma discussão sobre uma possível proposta de requalificação da área, tendo em vista a importância que a mesma representa para a história do Ceará, num âmbito mais geral, e para a história do município de Senador Pompeu, num âmbito mais local. Informamos que a relação de caráter simbólico/religioso que a comunidade tem com a área deverá ser tomada como referência para as propostas que porventura sejam sugeridas (IPHAN, 2014).

Este foi o último parecer obtido sobre a possibilidade de preservação do Patu. Essas recomendações não chegaram a ser executadas pelo poder público, bem como nenhuma ação de conservação dos bens presentes no Sítio Histórico do Patu. Essas ações voltadas ao tombamento serão retomadas apenas em 2017, mas nesse intervalo, a sociedade civil organizada continuou a desenvolver ações culturais de proliferação da memória dos campos de concentração

No âmbito dessas ações, pode-se destacar o trabalho do advogado Valdecy Alves que iniciou um seminário denominado *Sertão Seca: Seca, Memória e Cidadania, Campos de Concentração Nuca Mais!* que acontece anualmente desde 2014 na cidade, e se propõe a discutir as questões que envolvem a memória da seca e as ações de preservação do Sítio Histórico do Patu.

O seminário é realizado anualmente e recebe pesquisadores e ativistas culturais para debater a temática dos campos de concentração do Ceará, é um evento aberto ao público, realizado no primeiro sábado após o feriado do dia do trabalhador, no mês de maio. Em 2020 e 2021, devido a pandemia, o evento foi realizado de forma virtual.



Figura 33 - Seminário Sertão Seca 2019.
Foto: Wandara Lonrrayne. Fonte: Blog Valdecy Alves, 2019.

O movimento pela preservação do Patu voltou a ganhar força em 2017, quando o Promotor de Justiça, Geraldo Laprovitera⁹², lançou um Termo de Ajustamento de Conduta⁹³ – TAC – solicitando ao município o tombamento do complexo arquitetônico do Patu e sua preservação.

O Promotor de Justiça, em entrevista, informou que ao chegar em Senador Pompeu tinha conhecimento da história dos campos cearenses. Ele já havia sido informado sobre alguns processos em andamento pouco antes de chegar à cidade, tal como afirma em sua entrevista:

Quando cheguei aqui em Senador Pompeu, na verdade, alguns dias antes de eu chegar aqui, já tinham entrado em contato comigo para atentar sobre essa questão que já existia aqui na cidade. Quando eu cheguei, esse procedimento que investigava a questão do tombamento e da proteção do Campo de Concentração do Patu, já existia. Foi talvez a primeira ação com que eu trabalhei aqui e fiquei surpreso, porque tinha uma série de relatos sobre como se deu a formação desse campo de concentração⁹⁴.

Dado seu contato com os campos nazistas no período em que morou na Alemanha, o interesse pela temática aumentou e despertou para o desejo de se preservar a história local. Soma-se a esta experiência pessoal outras motivações como as que informa em sua entrevista,

A constituição prevê diversas atuações para o Ministério Público, a nossa lei federal também traz algumas previsões, e uma delas é a proteção do patrimônio histórico e cultural. O início desse processo do tombamento do Campo de Concentração do Patu foi por meio de um documento encaminhado a promotoria pelo advogado Valdecy, em que pedia providências na proteção do Campo de concentração do Patu. Com base nisso, abrimos um procedimento no Ministério Público que se chama inquérito civil, e começamos a investigar de quem seria a competência, primeiro para fazer esse tombamento, se seria da esfera municipal, estadual ou federal. Há uma questão jurídica importante quanto a isso. Depois começamos a realizar investigações com o intuito de reunir os documentos e pareceres de especialista no tema, de alguns historiadores ou da Secretaria de Cultura do estado do Ceará, aspectos técnicos como de arquitetos, fazer um levantamento do local, e por fim, quando reunimos todos esses elementos, nós conversamos com a Prefeitura e fizemos a proposição de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), em que o município se comprometia a fazer, dentro de um prazo, todo o processo de tombamento do sítio arquitetônico do Campo de concentração do Patu que já está tombado, evento que aconteceu dia 20 de Julho de 2019⁹⁵.

⁹² Entrevista 02 – Geraldo Nunes Laprovitera Teixeira (38 anos). Entrevista realizada em 19 de julho de 2019. É promotor da Segunda Promotoria de Senador Pompeu, formado em direito pela UNIFOR, possui especialização em Processo Constitucional pela mesma. Anterior a promotoria atuou como advogado, delegado de polícia e defensor público (Biografia disponibilizada pelo entrevistado).

⁹³ Notícia expedida na versão online do jornal Diário do Nordeste em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/marcos-da-seca-em-senador-pompeu-serao-preservados1.1741337>> Acesso em: 20/12/2020.

⁹⁴ Entrevista 02 – Geraldo Nunes Laprovitera Teixeira (38 anos). Entrevista realizada em 19 de julho de 2019.

⁹⁵ TEIXEIRA, op cit.

Para o advogado Valdecy Alves, a atitude do Ministério Público foi de fundamental importância para que o executivo municipal cumprisse o seu papel de preservar a história da cidade, como pode-se notar em sua entrevista,

É importante dizer que esse TAC é o Termo de Ajustamento de Conduta Final, em que o município se propôs a adotar determinadas condutas e se adequar ao que a lei manda que é preservar. Este TAC foi feito no processo aberto pelo fórum, o promotor não abriu o processo em si, ele pegou uma representação que também estava lá há anos e deu andamento. A repercussão foi muito grande, porque é necessário que o poder público assuma esse papel⁹⁶.

A relação que se deu com a gestão municipal foi de parceria, como conta o então Prefeito Municipal Maurício Pinheiro⁹⁷ ao dizer que:

Sou funcionário público estadual, sou policial civil, e passei 30 anos da minha vida auxiliando o Ministério Público, por essa razão, me dou muito bem e sei as normas do ministério público, sei que esse órgão quer o melhor para a população, assim como eu, não só nesse tombamento, temos outras parcerias também do município e do ministério público com a municipalização do trânsito, a regulamentação do transporte escolar, para poder acabar com o transporte de “pau de arara”; e é isso tudo que nós temos feito uma parceria muito importante. Temos também uma parceria com o tombamento do parque arquitetônico⁹⁸.

Todo o processo até chegar ao tombamento durou cerca de dois anos. O município precisou atualizar sua legislação do patrimônio cultural. A Lei Municipal 1.139, de 10 de novembro de 2006, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Senador Pompeu e dá outras providências, não continha dados suficientes que permitissem o município promover a preservação dos bens culturais.

Em seu lugar foram aprovadas duas novas Leis pela Câmara Municipal, são elas a Lei 1477/2018⁹⁹ que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Senador Pompeu por meio do tombamento, cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e dá outras providências; e a Lei 1478/2018¹⁰⁰ que institui o registro de bens culturais de natureza

⁹⁶ Entrevista 01 – Valdecy da Costa Alves (52 anos). Entrevista realizada em 12 de julho de 2019.

⁹⁷ Entrevista 03 – Antônio Maurício Pinheiro Jucá (54 anos). Entrevista realizada em 19 de julho de 2019. É funcionário público estadual como policial civil, e exerceu o mandato de prefeito municipal de Senador Pompeu no período de 2017 a 2020, sendo reeleito para o período 2021-2024 (Biografia disponibilizada pelo entrevistado).

⁹⁸ JUCÁ, op cit.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.senadorpompeu.ce.gov.br/arquivos/214/LEIS_1477_2018_0000001.pdf> Acessado em 01 de jun de 2021.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.senadorpompeu.ce.gov.br/arquivos/215/LEIS_1478_2018_0000001.pdf> Acessado em 01 de jun de 2021.

imaterial que constituem patrimônio cultural do município de Senador Pompeu e dá outras providências.

A partir de 2018, o município criou o seu Conselho de Patrimônio Cultural, com representantes do poder público e da sociedade civil organizada para iniciar o processo de tombamento do complexo arquitetônico do Patu e o Registro da Caminhada da Seca.

É importante destacar, que pela primeira vez aparece na documentação um pedido de registro da romaria como patrimônio cultural. Apesar de já ter sido identificado que a romaria foi o principal movimento de manutenção da memória do campo do Patu, em nenhum outro processo foi mencionado o interesse em realizar o registro como um bem imaterial.

O processo de preservação do Patu se trata de um pedido conjunto, onde ao mesmo tempo que se defende o tombamento do complexo arquitetônico, pede-se também o registro da Caminhada da Seca como bem imaterial da comunidade local. No pedido apresentado ao Conselho do Patrimônio Cultural do município destaca o seguinte:

Manter “viva” a história de dor dos flagelados da seca é tarefa árdua, porém necessária para que esta não se repita. Sendo assim, os órgãos públicos, aqui representado, neste pedido de tombamento, pelo poder municipal, devem ter a responsabilidade com esta manutenção da história e também com a Caminhada da Seca que tem como propósito principal “louvar” a coragem daqueles que sofreram por não terem tido a sorte da riqueza, viviam à mercê de governos tiranos que os privavam do mínimo de condições para lhes garantir a vida¹⁰¹.

Nessa perspectiva é possível perceber que a narrativa do processo de tombamento é complementar ao registro. Ambos precisam caminhar juntos, visto que a caminhada é um vetor para a manutenção das memórias da seca e o complexo arquitetônico é o lugar onde essas memórias estão enraizadas.

O parecer técnico presente no processo de tombamento ressalta a importância da romaria na manutenção do patrimônio do Patu, como pode-se perceber a seguir:

A fé, que motivada pela religiosidade popular, santificou as almas da barragem, daqueles e daquelas que morreram no Campo de Concentração do Patu, vítimas do abandono e do genocídio praticado pelo Estado brasileiro, que continua sendo praticado até os dias atuais, bastando analisar o mapa da violência. O surto messiânico ocorrido, envolvendo a mortandade e o Cemitério da Barragem, a exemplo de Canudos, na Bahia, Caldeirão, no Crato, Padre Cícero, no Juazeiro do Norte, capaz de

¹⁰¹ Texto extraído documento referente ao pedido de tombamento do Patu. Disponível para consulta no Departamento de Cultura de Senador Pompeu.

demonstrar a importância desse local para cultura do Sertão Central, do Ceará, do Nordeste e do Brasil¹⁰².

A percepção pioneira desse processo em tratar a preservação de forma conjunta, torna claro a relação entre a fé da comunidade e o lugar, como já abordou-se anteriormente.

Mas o município teve em suas mãos o desafio técnico de realizar os estudos do tombamento, devido a dificuldade de corpo técnico com experiência para a execução de tal processo. E isso é perceptível não somente pelo intervalo de tempo para finalização do processo, mas nas orientações de como preservar a área, que não são esclarecidas na instrução de preservação.

Apesar disso, o município tem mostrado seu interesse em seguir as ideias iniciais dos primeiros processos de tombamento e ativar o patrimônio do Sítio Histórico do Patu para o turismo. Inclusive o próprio município lançou, através de seu Departamento da Cultura, um curso de guiamento turístico com foco no complexo arquitetônico do Patu, antes mesmo do processo de tombamento ser concluído e oficializado.



Figura 34 - Flyer do curso de guia turístico.
Fonte: Departamento de Cultura de Senador Pompeu.

¹⁰² Texto extraído documento referente ao pedido de tombamento do Patu. Disponível para consulta no Departamento de Cultura de Senador Pompeu.

Sobre as ações resultantes do TAC e da legislação, em entrevista o prefeito Maurício Pinheiro (Gestão 2017 – 2024) esclareceu que será realizado um acompanhamento das famílias que moram dentro da poligonal que corresponde ao Sítio Histórico do Patu, para quando as ações de intervenção sejam iniciadas elas estejam incluídas nesse processo. Tal como afirma,

O primeiro passo é o tombamento, estamos com uma assistente social que vai manter o contato com todos esses moradores do parque, para que eles possam juntos com a gente, preservar esse ambiente. Naturalmente, iremos dar oportunidades de emprego a eles e capacitá-los para cursos de guias turísticos, para que contem a história do sítio arquitetônico. Vamos dar oportunidades (primeiro) às pessoas que estão ao redor do sítio, sabemos que todas elas são carentes, são pessoas pobres que não têm onde morar, e vamos gerar possibilidades de empregos para elas¹⁰³.

O gestor ainda fala sobre as possíveis intervenções a serem realizadas na área e seus impactos para o município.

Nós temos o presidente do CREA que já entrou em contato conosco – com uma ideia – e quer participar do programa de restauração do parque arquitetônico. Nós vamos ter muitas oportunidades, mas temos que ter o pé no chão. Na verdade, vamos tomba e criar uma instituição para que a gente possa administrar esse parque. A partir disso, temos um período para estudar a melhor maneira de como fazer e realizar essa preservação, restauração e conservação do parque. Naturalmente, já tem sinais da iniciativa privada e do governo do estado para participação efetiva dentro desse projeto¹⁰⁴.

Apesar de haver ideias e propostas, essas não são publicizadas pela gestão municipal. O poder público municipal ainda não criou um plano de ação para área do Sítio Histórico do Patu, onde estariam presentes as intervenções, usos e impactos sociais, econômicos e culturais para a área. O que se tem até o momento é oficialização do Sítio Histórico do Patu como patrimônio Municipal e uma tentativa de captação de recursos através de emendas parlamentares.

Reconhecer como patrimônio as memórias do campo Patu, sejam elas edificadas ou não é de extrema importância para a construção de uma consciência memorial nas gerações futuras que terão um contato direto com esse lugar. Numa forma insistente de não permitir que o passado sombrio se repita. Tal como afirma Zanirato,

A proteção de lugares sombrios da memória como um legado das gerações anteriores para as gerações atuais e futuras é, de fato uma ação necessária, um imperativo de memória. Todavia, para que seja efetiva e possa contribuir para que os atos não mais se repitam, a conservação do patrimônio não pode prescindir da interpretação histórica do ocorrido, o que implica em revelar os silêncios da história (ZANIRATO, 2016, p. 36).

¹⁰³ Entrevista 03 – Antônio Maurício Pinheiro Jucá (54 anos). Entrevista realizada em 19 de julho de 2019.

¹⁰⁴ Entrevista 03 – Antônio Maurício Pinheiro Jucá (54 anos). Entrevista realizada em 19 de julho de 2019.

Essa ideia de patrimonialização de lugares de sofrimento traz consigo uma tentativa de conservação de lugares como o campo de concentração do Patu, ou seja, manter preservado os locais onde se deram atrocidades compreendendo que os mesmos tornariam as lembranças mais presentes. A própria UNESCO¹⁰⁵ ao incluir Auschwitz na lista do patrimônio mundial atenta para a importância do reconhecimento e da conservação dos lugares de sofrimento¹⁰⁶.

É possível compreender que a partir desse momento, o reconhecimento institucional desses lugares como patrimônio cultural possibilitava para além de sua preservação, o fortalecimento da ideia de lembrar do passado traumático para que esse não se repita.

No caso de Senador Pompeu, quando Pe. Albino Donatti iniciou o movimento da Caminhada da Seca, tinha por objetivo, como mencionou-se anteriormente, resgatar a memória da tragédia causada pela seca para que ela não se repita. Esse discurso continua presente até hoje mesmo com as novas inserções de defesa da vida no semiárido.

Esse movimento, associado a outras ações nas últimas décadas, tornou-se um ponto de partida para a patrimonialização do Patu. Prats (2005) apresenta a ideia da patrimonialização a partir de duas construções sociais distintas, mas que são complementares e sucessivas. A primeira é a sacralização da externalidade cultural e a segunda é o aprimoramento ou ativação desta sacralização.

Essa sacralização é nos bens culturais, facilmente identificável e com o poder de definir um conceito cultural na comunidade em geral para descrevê-lo como patrimônio ou não (PRATS, 2005). Em outras palavras, se todos os aspectos de um determinado bem são adequados para um contexto específico, então o bem pode ser considerado patrimônio, e aqueles que são inconsistentes ou contraditórios serão descartados.

Quando tratamos as questões que envolvem os valores ou a ativação patrimonial, é preciso de um cuidado redobrado, visto que as definições de valores mudam de acordo com cada cultura. Essa ativação passa a ter mais um viés político de tomada de decisão para definir o valor de determinados bens. Prats (2005) chama atenção para essas negociações consensuais de valores.

Em torno da valorização deste ou daquele elemento, o primeiro processo de negociação se dá justamente, na medida em que há uma priorização hierárquica de determinados elementos patrimoniais da sociedade, normalmente fruto de processos

¹⁰⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁰⁶ Cf. Avaliação do Conselho Consultivo (ICOMOS). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/31/documents/>>

identitários, não necessariamente espontâneos, ou não totalmente espontâneo, mas que pode envolver um alto grau de espontaneidade e consenso prévio. Normalmente, isso requer, no mínimo, a preservação desses elementos e, por outro lado, facilita ao poder político um meio rápido e seguro de ação consensual (PRATS, 2005, p. 20. Tradução nossa)¹⁰⁷.

A partir desse ponto já é possível relacionar essas questões abordadas pelo autor em relação a patrimonialização do Patu. Diferente de bens culturais que apresentam uma imagem de nação e que são escolhidos pelos estados, o campo do Patu tem seu processo iniciado a partir de ações populares.



Figura 35 - Marcos temporais das ações de patrimoniais do Patu.
Fonte: Acervo do autor, 2021.

Como é possível perceber na imagem acima, são quase trinta anos de atividades em busca do reconhecimento oficial do Sítio Histórico do Patu como patrimônio cultural. Este foi o primeiro passo para a conservação da área que posteriormente receberá intervenções a fim de recuperar os bens e dar usos à localidade.

¹⁰⁷ “Alrededor de la puesta en valor de tal o cual elemento se produce precisamente el primer proceso de negociación, en la medida en que existe en la sociedad una previa puesta en valor jerarquizada de determinados elementos patrimoniales, fruto normalmente de procesos identitarios, no necesariamente espontáneos, o no completamente espontáneos, pero que pueden comportar un alto grado de espontaneidad y consenso previo. Esto suele exigir, por lo menos, la conservación de estos elementos, y facilita, por otra parte, al poder político, una vía rápida y segura para la actuación consensuada (PRATS, 2005, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patrimonialização do Sítio Histórico do Patu, ao longo das últimas décadas, tornou-se a principal bandeira de instituições e ativistas que acreditam que o reconhecimento oficial é um dos passos mais importantes para desenvolver ações mais efetivas de conservação da área.

Como abordou-se nesta dissertação, o território que compreende ao Patu possui uma característica rural por estar inserido na periferia da cidade, em um espaço que pertencia à União até o tombamento. Visto isso, não ocorreram mudanças significativas em relação a infraestrutura urbana da área, com exceção da pavimentação parcial em manta asfáltica e paralelepípedo devido a existência de uma rodovia estadual.

Os casarões que estão habitados já recebem energia elétrica, mas é inexistente a infraestrutura de saneamento básico em toda a área correspondente ao sítio histórico. Essas inserções, juntamente com outros elementos como iluminação pública, estradas de acesso aos casarões adequadas para pessoas com deficiências, serão pensadas como parte do plano de ação das intervenções no sítio.

Apesar dos diversos contatos junto ao Departamento da Cultura e Turismo de Senador Pompeu, não se conseguiu ter acesso ao projeto de diretrizes da área que, segundo o departamento, está em fase de elaboração e será publicizado nos próximos meses. Porém, o município já trouxe um aceno para a implantação de um turismo cultural, inclusive um curso de guiamento turístico foi promovido pelo município, como abordou-se.

Na data de fechamento desse texto, falta menos de um mês para se completar dois anos da cerimônia que oficializou o Sítio Histórico do Patu como patrimônio cultural do município e nenhuma intervenção de preservação da área foi realizada. A expectativa é que após esse contexto de pandemia causado pela COVID-19, a gestão apresente um plano de ação e um projeto de intervenção para o Sítio Histórico do Patu.

No decorrer desta pesquisa, enfrentou-se diversas dificuldades causadas pela pandemia da COVID-19, principalmente com o fechamento de instituições que possuem documentos arquivísticos referentes aos campos de concentração do Ceará. Essas instituições foram contactadas por diversos meios, mas o retorno obtido sempre solicitava à espera da superação da pandemia e a autorização de reabertura para que se pudesse acessar tais arquivos.

Apesar desse contexto desfavorável, obteve-se resultados significativos ao longo desse processo, como o reconhecimento da devoção popular que se tornou o principal vetor para a patrimonialização do Patu, mesmo que no processo oficial a devoção seja mencionada apenas como um complemento à história. Porém, sem ela as vozes dos sobreviventes não teriam chegado as proporções atuais, e possivelmente não a conheceríamos.

Os movimentos culturais são símbolos complementares à devoção, e se apresentam como parte de uma luta mais intensa junto aos órgãos públicos, uma luta necessária que após pouco mais de duas décadas culminou no reconhecimento oficial do sítio histórico de Patu como patrimônio. Todavia, o novo movimento de lutas é pela preservação, para que a área possa receber usos que insiram a comunidade local nessas ações de cuidado do patrimônio cultural da cidade.

Dentre as figuras que ajudaram a construir a discussão pela manutenção das memórias do Patu, pode-se destacar o Pe. Albino Donatti (*in memoriam*) que soube reconhecer a devoção da comunidade e por criar um movimento que deu voz a esta memória e inspirou a criação de diversos movimentos sociais e culturais em defesa da vida e da comunidade do Patu.

A presente pesquisa encerra-se no processo dado como oficial, mas ainda há muitos questionamentos relacionado ao futuro do Patu. Quais serão os próximos passos? Até que ponto a gestão municipal irá intervir? Como se dará essa intervenção? Como a comunidade participará desse processo? Apesar de tantas incertezas, sabe-se que o movimento popular e cultural estará de perto acompanhando cada mudança proposta para a área, e, no futuro, tentar-se-á responder a esses novos questionamentos.

Existe um longo caminho para a preservação do Patu, os próximos passos ainda são incertos e essa espera pode ser prejudicial para as edificações do complexo, afinal de contas, o lugar sofre com as ações de degradações do tempo e não se é possível prever por quanto tempo eles resistirão de pé. Mas assim como a esperança dos sertanejos que sobreviveram às secas, há esperança de que o descaso dará lugar a uma ação coletiva de preservação da memória e da história local, assim o lugar de aprisionamento dos sertanejos que tentavam sobreviver à estiagem poderá receber o reconhecimento e cuidado necessário para que essa história traumática não aconteça novamente. Afinal de contas, sempre há esperança para além da cerca e da seca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. H. P. L. de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Trauma cultural, moralidad y solidaridad: La construcción social del Holocausto y otros asesinatos en masa. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Universidad Nacional Autónoma de México. Nueva Época, 2016. p. 191-210.
- ALVES, Joaquim. **História das Secas (XVII a XIX)**. Edição fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003. Coleção Biblioteca Básica Cearense.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BEZERRA, Adriano. **Barragem do Patu: os descaminhos de uma obra**. Senador Pompeu: Editora Geo, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____, **Memória do sagrado: estudos de religião e ritual**. São Paulo. Paulinas, 1986.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Os trilhos do progresso: episódios das lutas operárias na construção da estrada de ferro de Baturité (1872-1926). **Trajetos Revista de História UFC**. Fortaleza. v. 1. n. 2, p. 83-101. 2002.
- CIESZYŃSKA, Béata; FRANCO, José Eduardo. Holodomor: **A desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933)**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- COSTA, M. C. L.: Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol. 11, p. 57-74, jan.-abr. 2004.
- CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984. (Biblioteca do Estudante). Disponível em: <<http://www.psbnaional.org.br/bib/b171.pdf>>. Acesso em 20 jul 2020.
- GASPAR, Carlos. A Grande Fome na Ucrânia (1932-1933). In: **Holodomor: A desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933)**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- GHIRARDELLO, N.; SPISSO; Beatriz. **Patrimônio Histórico: Como e por que preservar**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- GIOVANAZZI, João Paulo. **Migalhas do sertão**. Senador Pompeu: La Reclame, 1998.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.515-539, abr.-jun. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Jucelina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2 ed. Lima: IEP, 2012.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas**: Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909 - 1919). Dissertação (Mestrado), PPGH/UFC, Fortaleza, 2010.

LIMA, Cláudio Ferreira de Lima. **A construção do Ceará**: Temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Mayk Lenno Henrique. **Requalificação do sítio histórico da barragem do Patu em Senador Pompeu - CE**. 77 f.; Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Católica de Quixadá, 2018.

LIMA, Mayk Lenno Henrique; SOUZA, H. A. X. Caminhada da Seca: Memória, cultura e cidadania. In: FORTES, Gabriel Barroso; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; ALBUQUERQUE, Newton Menezes de. (Org.). **Direitos culturais, memória e verdade**. Fortaleza: IDBCult, 2016. v. 1, p. 711-722. (Coletânea Conflitos Culturais: Como resolver? Como conviver?).

LISBOA, M. A. O problema das secas. In: **Dnocs: pensamentos e diretrizes**. Fortaleza: DNOCS, 1984. p.11-28.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo, n. 17, nov. 1998.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MARTINS, R. A. P. **Das Santas Almas da Barragem à Caminhada da Seca**. 1. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará**. Tempo: Rio de Janeiro, 2007. p. 80-97.

_____. Getúlio e a Seca: Políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

_____. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**. Contexto, v.15, nº29, p. 93-122, 1995.

PAIVA, Fabrício. **Campos de concentração no Ceará**. Gênio Editorial. São Roque, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 53, pp. 11-23, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2. n. 1, p. 3 – 15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860 – 1930). 4. ed. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2010.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Francisco Robério Fernandes. **A história de Senador Pompeu e as nossas genealogias**. Senador Pompeu: DIN.CE, 2019.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social**: a trajetória da saúde pública. São Paulo: SENAC.

SILVA, G. F. A memória coletiva. **Revista AEDOS**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 2016.

SILVA, Wendell Guedes da. **A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das Secas (século XX)**. Coleção Mossoroense, Mossoró, 1982.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Políticas de Secas no Ceará**: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905). Tese (Doutorado em história econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**: Violação; organização, atualização e notas por Otacílio Colares. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza–Ceará. In: **Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”**. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 717-730. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.717-730.pdf>. Acesso em 16 dez 2020.

UCHOA, Cibele Alexandre. A Seca de 1932 no Ceará e os Campos de Concentração: Reflexões acerca da viabilidade de proteção dos lugares de memória do município de Senador Pompeu. **Anais [...]** II Encontro Internacional de Direitos Culturais. 2013. Disponível em: <http://www.direitosculturais.com.br/anais_interna.php?id=3>. Acesso em 06 fev 20.

ZANIRATO, S. H. Sombrias memórias no patrimônio cultural protegido. **Revista Memória em Rede**, v. 8, p. 22-39, 2016.

FONTES

BRASIL, Justiça Federal. Senador Pompeu terá que preservar patrimônio histórico. 2011. Disponível em <http://www.jfce.jus.br/consulta-noticias/1353-senador-pompeuter%C3%A1-que-preservar-patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico.html>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

BRASIL, Justiça Federal. Senador Pompeu terá que preservar patrimônio histórico. 2011. Disponível em: <<http://www.jfce.jus.br/consulta-noticias/1353-senador-pompeuter%C3%A1-que-preservar-patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico.html>>. Acesso em 08 abr 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-lei 25/37**. Brasília (DF): Casa Civil, [20--]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 11 ago. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 215 e 216. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/ind.asp> Acesso em: 30 ago 2020.

DCULT-SP. Processo de tombamento do patrimônio histórico e cultural da Barragem do Patu e seu complexo arquitetônico. Senador Pompeu, 2020.

FERREIRA NETO, Cicinato. Historiador relata tragédia no século XIX. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza (CE), 17 fev. 2007. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/historiador-relata-tragedia-no-seculo-xix-1.468574>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

IPHAN-CE. Solicitação de abertura de processo de tombamento do patrimônio histórico e cultural da Barragem do Patu e seu complexo arquitetônico. **INFOTEC N° 071/14 - DITEC/IPHAN-CE**. Fortaleza, 17 jul 2014.

_____. Solicitação de abertura do processo de tombamento da Barragem do Patu e seu complexo arquitetônico. **INFOTEC N° 035/14 - DITEC/IPHAN-CE**. Fortaleza, 29 jul 2014.

FONTES ORAIS

ALVES, Valdecy. Processo de tombamento do campo de concentração do Patu. Fortaleza. Jul. 2019. Entrevista 01 concedida a Mayk Lenno.

GIOVANAZZI, João Paulo. A construção da caminhada da seca. jun. 2020. Entrevista 04 concedida a Mayk Lenno.

JUCÁ, Antônio Maurício Pinheiro. A patrimonialização do Patu. Jun. 2020. Entrevista 03 concedida a Mayk Lenno.

SOUSA, Antônia Marta de. Pe. Albino Donatti e a Caminhada da Seca. Senador Pompeu. dez. 2020. Entrevista 05 concedida a Mayk Lenno.

SOUSA, Francisco Adriano Costa. Diálogos com o DNOCS sobre a área do campo. Senador Pompeu. dez. 2020. Entrevista 06 concedida a Mayk Lenno.

TEIXEIRA, Geraldo Nunes Laprovitera. Processo de tombamento do campo de concentração do Patu. Senador Pompeu. Jul. 2020. Entrevista 02 concedida a Mayk Lenno.

Anexos

Termo de Ajustamento de Conduta nº 02/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

Inquérito Civil Público – 23/2014

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 002/2017

Aos vinte e nove dias do mês de março do 2017, na Promotoria de Justiça da comarca do Senador Pompeu/CE, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça, Geraldo Nunes Lóproviterra Teixeira, neste ato considerado **TOMADOR DE COMPROMISSO** e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 07.728.421/0001-82, na pessoa de seu representante legal, o Exmo. Prefeito Antônio Maurício Pinheiro Lucá, acompanhado do Sr. José Célio Pinheiro, Secretário de Educação, Cultura e Desporto, e do Procurador do Município, Dr. Robert Jason da Silva Pessoa IOAB/CE 21.557, doravante denominados simplesmente **COMPROMISSÁRIOS**, resolvem celebrar o presente **TAC – Termo de Ajustamento de Conduta**, considerando a necessidade de resguardar o patrimônio histórico, artístico e cultural de Senador Pompeu.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO as disposições constitucionais inscritas no art. 225 e seguintes da Constituição Federal, que prevê a locus o direito ao meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
 Rua Antônio Mano de Carvalho, 590 – Brasília – Senador Pompeu/CE
 Telefone 088-3449-8083

GERALDO NUNES LÓPROVITERA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inciso IX, da nossa Constituição Federal de 1988, que esclarece ser competência municipal promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

CONSIDERANDO o que é dito na nossa Carta Magna, no seu art. 216 e seguintes, que definem o patrimônio cultural brasileiro, bem como dispõem sobre ações com o fito de tutelar esses bens, dispondo no art. 216, § 1º, que cabe ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município de Senador Pompeu, promulgada em 1990, estabelece em seu art. 73 que *"No prazo de 180 dias da promulgação da Lei Orgânica, o Município deverá promover o tombamento dos seus bens e patrimônio cultural e histórico"*;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 1.139/2006 (Proteção Do Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Senador Pompeu e de outras Providências) dispõe em seu art. 1º que *"O patrimônio histórico-cultural do Município de Senador Pompeu é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade senadorensis e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor Histórico-Cultural visando a sua preservação"*;

CONSIDERANDO que foi instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil Público 23/2014 visando à proteção do patrimônio histórico cultural de Senador Pompeu/CE e apuração de eventuais responsabilidades;

CONSIDERANDO que a conexão histórico-cultural do acervo mobiliário da Barragem do Pató ficou bem retratada pelo IPHAN, na Informação Técnica 019/07/DITEC/4ª SR/IPHAN, de onde se extra a seguinte passagem: *"a área da barragem do Açude do Pató está vinculada a dois momentos da história. O primeiro está relacionado com o ideal de luta contra as secas no Nordeste, impetrado pela República Velha. Nessa perspectiva, foram construídas açudes e estradas com a justificativa de facilitar o acesso à água e o mantimento pelo sertanejo. Dentro do quadro de ações, a inspetoria Federal de Obras contra as Secas - IFOCAS, atual CENOTCS - contratou a empresa inglesa Dwight P. Robinson e Co. para elaborar o projeto e acompanhar a construção da barragem do Açude Pató. A referida empresa, visando à garantia da eficácia da execução da obra, exigiu que fosse construído um aparato que servisse de estrutura física para as pessoas que viam trabalhar na obra, constituindo essa estrutura em locais de moradia e edifícios necessários ao bom andamento das obras. O conjunto, iniciado em 1919 e que ficou conhecido como*

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
 Rua Antônio Mano de Carvalho, 502 - Brasília - Senador Pompeu/CE
 Telefone 082 3443-8263

GERALDO N. L. FELIXIANA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

Vila dos Ingleses, não foi concluída, tendo em vista que o projeto de construção da açude foi paralisado no ano de 1973, por ordem do então Presidente da República, Artur Bernardes. O segundo momento está vinculada à utilização do área para instalação de um campo de concentração, no ano de 1937, para a retenção de retirantes que se encaminhavam para a capital, Fortaleza. No estado do Ceará foram 07 campos ao todo, sendo o de Senador Pompeu o segundo maior, com uma população de 20.000 pessoas. Nesse momento, algumas edificações construídas foram utilizadas como infra-estrutura do campo de concentração, tais como o casarão para abrigar o engenheiro mor, casa da inspetoria - bem como outros edifícios que foram utilizados para armazenamento de mantimentos. A utilização do espaço como campo de concentração deixou marcas muito fortes na memória das pessoas de Senador Pompeu. Quando se fala na área, a vinculação a esse período é imediata. Foto que demonstra esse forte elo foi a construção de um cemitério simbólico localizada na área onde foram colocados os retirantes, com o objetivo de sagração das "almas das barragens", que, inclusive já tem incorporado a si uma manifestação ritualística: a oração em louvor às santas almas das barragens, que ocorre na segunda domingo do mês de novembro, tendo como ponto de partida a igreja Matriz e ponto de chegada o Cemitério, importante frisar que ainda há sobreviventes do campo de concentração."

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico de Vistoria nº 380/2010 elaborado pelo Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Ceará concluiu que a iniciativa de tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico do município de Senador Pompeu, em especial o denominado "Campo de Concentração", seria benéfica.

CONSIDERANDO ainda que o Sítio Arquitetônico do "Campo de Concentração da Barragem do Poco" guarda inegável valor histórico-cultural para o Município de Senador Pompeu, tanto no aspecto material (casarões da "Vila dos Ingleses" e cemitério) como imaterial ("Caminhada das Almas").

CONSIDERANDO que segundo a Informação Técnica 0124/14 - DTEC/IPHAN-CE, a propriedade do imóvel (DNOCS) não é uma condicionante para que o tombamento seja realizado por outra instância específica, no caso, o Município de Senador Pompeu.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.605/1998, a Lei de Crimes Ambientais, dispõe em sua Seção IV, arts. 62 a 65, sobre os crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, responsabilizando penalmente os autores por qualquer ato de destruição, construção, deterioração, inutilização, alteração ou outra forma de descaracterização de bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, bem como de sua área de entorno, assim considerados em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade, na forma prevista no

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
 Rua Antônio Mano de Carvalho, 590 - Brasília - Senador Pompeu/CE
 Telefone 088-3449-5093

GERALDO N. L. DE VITORIA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

artigo 37, "caput", da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (Constituição Federal, artigo 127, caput), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal; c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I e III, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) c/c. artigo 19, inciso IV, da Lei nº 7.347/85, sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 19, incisos I e IV, Lei nº 7.347/85);

RESOLVEM CEEAR O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, nos termos do artigo 5º, § 5º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei de Ação Cível Pública), com natureza de título executivo extrajudicial, para o que se acordou o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O COMPROMISSÁRIO se obriga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste TAC, a iniciar e finalizar o procedimento de tombamento do sítio arquitetônico na "Barra do Patu", composto pela "Vila dos Ingleses", "Cemitério" e "Campo de Concentração do Patu" e o registro no bem imaterial da "Caminhada das Almas", devendo adotar todas as medidas necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – Obriga-se o COMPROMISSÁRIO, a comunicar ao Ministério Público todas as providências que forem tomadas para implementação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, propor ratificação ou complementação a este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias ao inteiro cumprimento do termo, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – No caso de descumprimento de alguma cláusula do presente Termo de Ajustamento, o Ministério Público ajuizará ação executiva visando compeli-la Prefeitura de Senador Pompeu a executar o acordo celebrado, desde já valendo o presente Ajustamento como título executivo extrajudicial, independentemente de notificação prévia, pelo que os acordantes fixaram o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) como multa por mês de descumprimento parcial ou total de quaisquer cláusulas da presente avença, corrigida pelo IGPIM, sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, até a integral satisfação dos termos deste compromisso, valendo a presente convenção como título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, combinado com os arts. 784 do

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
Rua Antônio Mano de Carvalho, 150 – Brasília – Senador Pompeu/CE
Telefone 088-3464-8081

SEFRA DO N. 11.12.12.12.12.12
PROMOTORIA DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

Novo CPC e 1.533 do Código Civil, que deverá ser executada perante a Justiça Comum, com foro definido na Comarca do Senador Pompeu, que se reverterá para o Fundo Estadual dos Direitos Difusos, através de depósito em conta bancária na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 929 - ALDEOIA, Conta: 23291-8, Operação: 006, Nome: FIDC CONTA GESTÃO - CNPJ: 07893230/0001-76;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa acima estipulada incidirá em caso de total ou parcial inadimplência de qualquer das cláusulas fixadas, independentemente de prévia interposição judicial ou extrajudicial, estando o Município do Senador Pompeu-CE constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados, ressalvados eventuais atrasos ou causas de descumprimento imputáveis exclusivamente a motivos de caso fortuito e força maior.

CLÁUSULA QUINTA – As obrigações estipuladas neste termo de compromisso não impedem outras sanções administrativa, civil e penal, ou outras medidas de natureza administrativa e judicial previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de cunho civil, contra o Município de Senador Pompeu/CE e demais gestores e administradores responsáveis, no que diz respeito aos itens ajustados, caso a adequação das condutas seja integralmente cumprida nos prazos estabelecidos;

PARÁGRAFO ÚNICO – A vigência do presente acordo não tem prazo para expirar, persistindo a obrigação de cumprir as cláusulas acordadas, independentemente do ocupante eventual dos cargos na Administração Pública;

CLÁUSULA SÉTIMA – Como forma de dar amplo conhecimento à população da sensibilidade e preocupação do **COMPRMITENTE**, fica desde já autorizado o envio de cópia deste termo de ajustamento de conduta à imprensa, para ampla divulgação.

CLÁUSULA OITAVA – O presente Termo de Ajuste de Conduta, após o prazo estabelecido nas cláusulas anteriores, tem eficácia imediata e terá seu efetivo cumprimento acompanhado pelo Ministério Público do Estado do Ceará, devendo ser enviado ao agrégio Conselho Superior do Ministério do Estado do Ceará para conhecimento, homologação e publicação no Diário Oficial da Justiça do Ceará.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma da Lei.

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
 Rua Antônio Mano de Carvalho, 500 - Brasília - Senador Pompeu/CE
 Telefone: 065 3443-5080

GERALDO V. VENTURA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA

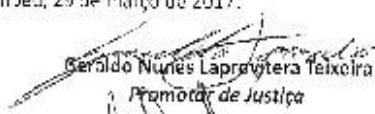


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR POMPEU

Fica eleito o foro da Comarca de Senador Pompeu/CE para dirimir eventuais conflitos advindos do presente termo.

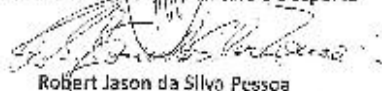
O presente Termo contém 06 (seis) laudos,

Senador Pompeu, 29 de março de 2017.


Geraldo Nunes Laprovitera Teixeira
 Promotor de Justiça


Antônio Maurício Rêcheiro Jucá
 Prefeito de Senador Pompeu-CE


José Célio Pinheiro
 Secretário de Educação, Cultura e Desporto


Robert Jason da Silva Pessoa
 Procurador Municipal

Promotoria de Justiça da Comarca de Senador Pompeu
 Rua Antônio Mano de Carvalho, 590 - Arellano - Senador Pompeu/CE
 Telefone 088 3449 8083

GERALDO N. L. TEIXEIRA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA

Lei Municipal nº 1.477/2018



Governo do Município
 Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.477/2018, de 04 de abril de 2018.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU POR MEIO DO TOMBAMENTO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO** do **MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE**, **ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e de acordo com o art. 42, I, "h", da Lei Orgânica do Município, no exercício pleno do cargo, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade senadorensense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural visando a sua preservação.

Art. 2º A presente lei dispõe sobre o Tombamento e o seu entorno e sobre a declaração de relevante interesse cultural, como forma de proteção e acautelamento de bens móveis e imóveis, públicos ou privados e as manifestações culturais existentes no território do Município de Senador Pompeu, visando integrá-lo ao seu patrimônio Histórico-Cultural:

§ 1º Os bens culturais especificados no *caput* desse artigo poderão ser de qualquer natureza, origem ou procedência e serão considerados pelos valores históricos, arquitetônicos, ambientais, naturais, paisagísticos, artísticos, afetivos ou científicos ou quaisquer outros valores que representem interesse e relevância cultural, assim determinados no devido processo legal.

§ 2º Na identificação dos bens a serem protegidos pelo Município de Senador Pompeu, levar-se-á em conta os aspectos de caracterização conforme os valores a eles atribuídos e a referência cultural que estes bens representam para os grupos formadores da sociedade de Senador Pompeu.

§ 3º A sociedade senadorensense, por meio de seus distintos grupos formador, é copartícipe na preservação dos bens culturais acautelados, participando ativamente de sua proteção e conservação.

§ 4º Os bens legalmente protegidos pelo Município de Senador Pompeu serão alvo de ações continuadas de educação patrimonial, desenvolvidas pelo órgão competente em parceria com outros órgãos da municipalidade e instituições da sociedade civil.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 3º Fica criado o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu – COMPAC/SP, como instância auxiliar do setor ou órgão competente da municipalidade, atuando consultiva, deliberativa, fiscalizadora e normativamente em questões do patrimônio cultural do Município. A composição do COMPAC/SP é paritária, sendo composta pelos seguintes membros em representação das instituições da Sociedade Civil e do Estado:

I – O Secretário de Cultura, ou outro que represente a área da Cultura, dada a configuração administrativa do Município;

II – Pelo Coordenador de Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu pelas ações de patrimônio cultural, no âmbito da Prefeitura Municipal;

III – 01 servidor com cargo de professor, preferencialmente com atuação na área de Ciências Humanas ou Sociais;

IV – 01 representante a Secretaria de Obras e Serviços, ou outro órgão correlato que represente a área, dada a configuração administrativa do Município;

V – 01 representante do Gabinete do Prefeito Municipal de Senador Pompeu;

VI – 01 representante da Câmara dos Vereadores do Município de Senador Pompeu;

VII – 01 representante da Universidade Estadual do Ceará – FFCLESC/UECE, das áreas de Ciências Humanas ou Sociais, preferencialmente com atuação acadêmica e profissional na área de patrimônio cultural;

VIII – 01 IFCE *campus* de Quixadá/UECE, das áreas de Ciências Humanas ou Sociais, preferencialmente com atuação acadêmica e profissional na área do patrimônio cultural;

IX – Um representante das Organizações Não Governamentais – ONGs, sediadas em Senador Pompeu e com atuação na área do Patrimônio Cultural ou correlata;

X – 01 representante do Fórum de Cultura e Turismo da Região do Sertão Central;

XI – 01 estudante universitário ou profissional liberal de destacada e reconhecida atuação no campo no patrimônio cultural de Senador Pompeu.

§ 1º O Presidente do COMPAC/SP será ocupada pelo Secretário de Cultura, ou outro que o represente dada a configuração administrativa do Município em exercício.

§ 2º O Vice-Presidente do COMPAC/SP será escolhido entre os membros da Sociedade Civil, por votação, na primeira reunião a partir da composição do Conselho.

§ 3º O Coordenador de Patrimônio Cultural comporá o COMPAC/SP e exercerá a função de Secretário, podendo ser auxiliado por seus assessores.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

§ 4º As atribuições do COMPAC/SP estão previstas no artigo 3º, desta Lei.

§ 5º O COMPAC/SP deliberará por maioria simples de voto de seus membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, quando for o caso, apenas o voto de desempate.

§ 6º O detalhamento das funções, estrutura e funcionamento do Conselho será disciplinado por Regimento Interno a ser aprovado pela maioria simples dos seus membros na primeira reunião após sua formação.

CAPÍTULO III **DO TOMBAMENTO, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DOS EFEITOS**

Art. 4º O Tombamento de bens móveis e imóveis é a forma de acatamento legal que limitando, ressignificando ou refuncionalizando o seu uso, gozo ou disposição dos mesmos, visa a sua conservação.

Parágrafo único. O Tombamento poderá ser total ou parcial, de bens isolados ou em conjunto.

Art. 5º O processo de tombamento dos bens imóveis determinará o entorno a ser protegido, a fim de garantir a integridade do bem, considerando a sua visibilidade, ambiência e integração.

§ 1º Deverão ser previamente autorizados pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, com a anuência do COMPAC/SP, quaisquer tipos de intervenções que causem alterações como obras de recuperação ou acréscimo, construção de mobiliário urbano no entorno do bem tombado, afixação de propaganda e iluminação ou congêneres que direta ou indiretamente interfiram no bem tombado, independente de sua propriedade, pública ou privada, e de sua função e uso atuais ou futuros.

§ 2º Não serão permitidos no interior ou no entorno do bem tombado quaisquer tipos de uso ou ocupação que possam ameaçar ou causar danos à sua integridade física, prejudicando a sua preservação.

Art. 6º O pedido de tombamento poderá ser feito por qualquer cidadão ou pelo Município de Senador Pompeu, encaminhado através de ofício, assinado pelo peticionário, contendo justificativa e documentação (escrita, visual, audiovisual ou outra pertinente) que identifique e caracterize o bem, embasando o pedido, endereçado ao órgão ou setor competente da municipalidade a quem caberá receber o pedido, analisá-lo, emitir parecer sobre sua procedência ou improcedência, determinando ou não a abertura e instrução do respectivo processo administrativo, com a devida anuência do COMPAC/SP.

§ 1º Do indeferimento do pedido de tombamento, pelo órgão ou setor competente do Município, caberá recurso junto ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

Art. 7º Aceito o pedido de Tombamento, será aberto o processo de instrução técnica e imediatamente emitido comunicado oficial ao proprietário ou titular do bem em questão, através de Notificação Administrativa, para a ciência do Tombamento Provisório.

§ 1º O Tombamento Provisório equipara-se ao tombamento definitivo em todos os efeitos legais protetivos ao bem em questão, salvo para inscrição no Livro de Tombo.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

§ 2º Os bens de propriedade do Município prescindirão de notificação de que trata o *caput* deste artigo, sendo apenas comunicado o tombamento provisório e definitivo ou seu indeferimento ao órgão sob cuja guarda estiver o bem em questão.

Art. 8º A Coordenação de Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu instruirá, no prazo máximo de 06 (seis) meses, com estudos necessários à apreciação de seu interesse cultural, as características motivadoras do tombamento, contendo ainda a descrição do objeto, a sua delimitação precisa e o seu entorno, além de outras informações pertinentes, dentre elas, o estado de conservação do bem, o levantamento do entorno, a documentação histórica, iconográfica, fotográfica, audiovisual arquitetônica e cartográfica.

Parágrafo único. Para melhor instrução do processo de tombamento, a Coordenação de Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu, poderá valer-se de informações, pareceres ou serviços especializados de outros órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal ou de terceiros.

Art. 9º – Concluída a Instrução Técnica do processo de tombamento será comunicado ao proprietário ou titular do bem em questão para que, dado o conhecimento da motivação e justificativa do referido processo, este apresente de livre escolha, manifestação escrita e documentada de anuência ou impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos do recebimento da comunicação expedida pelo órgão ou setor responsável pelo Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu.

§ 1º Havendo manifestação de anuência ou impugnação pelo proprietário ou titular do bem em processo de tombamento no prazo e nos moldes especificados no *apud* deste artigo, a documentação será anexada ao respectivo processo de tombamento e apresentada ao COMPAC/SP para as devidas considerações e deliberação.

§ 2º Havendo acatamento da impugnação pelo COMPAC/SP, a Coordenação de Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu, terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestá-lo, findo o qual o processo será novamente apresentado ao COMPAC/SP, e com o parecer deste, à decisão do Prefeito Municipal de Senador Pompeu.

§ 3º Se a decisão for desfavorável ao tombamento e à respectiva inscrição do bem no livro de Tombo, o processo será arquivado; no caso contrário, o bem será tombado em definitivo e terá a respectiva inscrição lavrada.

Art. 10. – Os processos de tombamento devidamente instruídos serão encaminhados ao COMPAC/SP para exame e decisão do mérito, e após, serão submetidos ao Prefeito Municipal para decidir quanto ao Tombamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos do seu recebimento, quando em caso de aprovação o Chefe do Poder Executivo emitirá o Decreto e o fará publicar no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. O tombamento será considerado perfeito e eficaz com a publicação de Decreto e a sua inscrição livro de tombo.

Art. 11. Decretado o Tombamento, a Coordenação de Patrimônio Cultural do Município de Senador Pompeu procederá a sua inscrição no respectivo Livro de Tombo, de bens móveis ou de bens imóveis, e comunicará, quando for o caso, as pessoas e aos órgãos interessados.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

§ 1º Os processos, devidamente instruídos e tramitados, assim como os Livros de Tombo ficarão sob a guarda da Coordenação Municipal de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, podendo ser consultados para pesquisa ou informação de interesse social.

§ 2º Quando do Tombamento provisório e do definitivo, a Coordenação Municipal de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, comunicará o fato às demais instâncias da Administração Pública Municipal para que lhe sejam remetidos para exame de aprovação os pedidos de alvarás de construção ou reforma ou quaisquer alterações solicitadas por interessados no bem tombado e seu entorno.

Art. 12. O Tombamento municipal se processará independentemente do tombamento em escala estadual e /ou federal.

Art. 13. O entorno do bem tombado será delimitado no próprio processo de tombamento ou, posteriormente, em processo a parte, instruído tecnicamente pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, e neste último caso encaminhado ao COMPAC/SP para deliberação sobre seus conteúdo e propostas de uso e ocupação de área.

Parágrafo único. A deliberação do COMPAC/SP sobre o entorno do bem tombado terá como base o previsto no art. 8º e seu parágrafo único desta lei.

Art. 14. Os bens tombados serão mantidos em bom estado de conservação e por conta de seus proprietários, possuidores e eventuais ocupantes, os quais ficarão obrigados a comunicar à Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, seja por ação ou omissão qualquer ato que resulte em extravio, furto, dano, ou ameaça eminente de destruição dos mesmos bens.

Art. 15. O bem tombado não pode ser, em caso algum, demolido, destruído ou mutilado. No entanto, poderá ser reparado, pintado ou ressurado mediante autorização prévia do setor ou órgão responsável pelo patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu.

Parágrafo único. Essa limitação atinge igualmente bens públicos e privados.

Art. 16 – Fica sujeito o bem tombado a intervenções por parte do Município, como vigilância permanente, possibilidade de adentrar ao bem para inspeção, ficando o proprietário sujeito a multa regulamentada em lei, caso crie, por si só ou por terceiros, obstáculos a essas providências.

Art. 17. Quaisquer intervenções ou modificações nas linhas arquitetônicas dos edifícios tombados ou naqueles existentes em seu entorno, dependerão de prévio parecer favorável expedido pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu.

Parágrafo único. A falta de autorização referida no *supra* deste artigo, bem como qualquer dano ou ameaça, direta ou indireta aos referidos bens, subordinam os infratores às penalidades administrativas, civis e penais previstas em lei.

Art. 18. Os bens tombados, os do seu entorno e os bens em processo de tombamento se sujeitam a inspeção permanente da Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu.

Art. 19. Qualquer infração a bem tombado ou a seu entorno, acarretará pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, a:



Governo do Município
 Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

I – notificação do embargo da obra;

II – imposição de multa prevista no regulamento desta lei.

Parágrafo único. As penas acima previstas serão impostas a critério da Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, isolados ou concomitantemente de acordo com a natureza ou gravidade da infração.

Art. 20. Embargada a obra, esta deverá ser imediatamente paralisada e somente mediante aprovação da Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, poderá reiniciar os serviços de recomposição ou reparação do bem, no prazo que lhe for assinalado.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento da ordem da Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, o infrator ou responsável será compelido judicialmente a fazê-lo.

Art. 21. Verificada a urgência na execução da obra de conservação ou restauração de qualquer bem protegido, poderá a Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu tomar a iniciativa de executá-las, ressarcindo-se dos gastos mediante ação administrativa ou judicial contra o seu responsável, salvo absoluta ausência de recursos comprovada do titular do bem.

Art. 22. No caso de furto, roubo ou extravio de bens imóveis ou ameaça, ou dano a bens imóveis por terceiros, o proprietário do bem tombado deverá comunicar o fato à Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação de multa, conforme prevista no art. 19, desta lei.

Art. 23. Os bens móveis tombados só poderão sair do Município de Senador Pompeu com autorização expressa do COMPAC/SP e para a finalidade precisa de exposição ou outras conseqüentes de intercâmbio cultural e por prazo não superior a 06 (seis) meses, sob pena de sequestro do bem e aplicação de multa, conforme previsto no art. 19, desta lei.

Art. 24. Serão cobradas pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, multas administrativas por infrações cometidas contra dispositivos da presente lei, de acordo com a gravidade da infração, o que será objeto de regulamentação desta lei.

Parágrafo único. Os valores resultantes da aplicação das multas previstas no *caput* deste artigo serão apropriados pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, para o uso na conservação, por meio de restauração física ou promoção e difusão, por meio de ações de educação patrimonial dos bens móveis e imóveis tombados e inscritos nos livros de tombos.

Art. 25. O Município de Senador Pompeu deverá prover a perfeita conservação dos bens tombados que integrem o seu patrimônio.

Parágrafo único. A omissão culposa das providências necessárias ao atendimento desta obrigação acarretará a responsabilidade funcional da autoridade superior do setor ou órgão sob cuja guarda o bem estiver.

Art. 26. Os imóveis tombados na forma desta lei gozarão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – IPTIR, condicionado a comprovação de que o beneficiário preserva o bem tombado.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. A isenção a que trata este artigo será renovada em cada exercício fiscal, se o beneficiário continuar, comprovadamente, preservando o bem tombado.

CAPÍTULO IV
DO CANCELAMENTO DO TOMBAMENTO

Art. 27. O ato do tombamento poderá ser cancelado pelo Prefeito Municipal de Senador Pompeu, com base no parecer técnico da Coordenação Municipal de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, com a devida anuência do COMPAC/SP.

Parágrafo único. O cancelamento do tombamento será feito por decreto e averbado no livro de tombos no qual o bem fora inscrito anteriormente.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Esta lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.039/2006, de 10 de novembro de 2006.

Paço da Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, Estado do Ceará, em 04 de abril de 2018.


ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ
Prefeito Municipal de Senador Pompeu

Lei municipal nº 1.478/2018



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.478/2018, de 04 de abril de 2018.

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO O CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO** do **MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE**, **ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e de acordo com o art. 42, I, "b", da Lei Orgânica do Município, no exercício pleno do cargo, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural de Senador Pompeu.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância municipal para a memória, a identidade e a formação da sociedade do Município de Senador Pompeu.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - O Representante Municipal da Cultura ou outro que o represente, conforme a estrutura administrativa do Município;

II - instituições vinculadas a Prefeitura de Senador Pompeu, que atuem no campo cultural;



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

III - Secretarias do Município;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas à Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, que as submeterá ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu – COMPAC/SP.

§ 1º A instrução dos processos de registro será executada pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo COMPAC/SP.

§ 4º Ultrapassada a instrução, a Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao COMPAC/SP, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial do Município, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao COMPAC/SP no prazo de até 30 (trinta dias), contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do COMPAC/SP.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do COMPAC/SP, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural de Senador Pompeu".

Parágrafo único. Caberá ao COMPAC/SP determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º A Secretaria de Cultura, ou órgão correlato, cabe assegurar ao bem registrado:

I - Documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo à Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O setor ou órgão responsável pelo patrimônio cultural de Senador Pompeu fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada 10 (dez) anos, e a encaminhará ao COMPAC/SP para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural de Senador Pompeu".

§ 1º Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.



Governo do Município
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

§ 2º O Chefe do Executivo Municipal estabelecerá, no prazo de até 90 (noventa) dias, a regulamentação desta lei, mediante decreto.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, Estado do Ceará, em 04 de abril de 2018.


ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ
Prefeito Municipal de Senador Pompeu/CE

Decreto Municipal nº 15/2019



Estado do Ceará
Município de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

DECRETO EXECUTIVO n.º 15/2019 – Gabinete do Prefeito
Senador Pompeu/CE, 30 de abril de 2019.

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL “BARRAGEM DO PATU”, COMPOSTO PELA “VILA DOS INGLESES”, “CEMITÉRIO” E “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO” E O REGISTRO IMATERIAL DA “CAMINHADA DAS ALMAS” E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE, ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 42, letra “P”, da Lei Orgânica do Município de Senador Pompeu, dispõe:

CONSIDERANDO a necessidade de proteção do patrimônio histórico e cultural, através do procedimento de tombamento e registro dos bens culturais e imateriais do Município de Senador Pompeu/CE;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.477/2018, de 04 de abril de 2018, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu/CE por meio do tombamento, cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.478/2018, de 04 de abril de 2018, que dispõe sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o cultural do Município de Senador Pompeu/CE;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado entre o Município de Senador Pompeu/CE e o Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça de Senador Pompeu/CE, no sentido de concretizar o tombamento e registro do patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu/CE;

CONSIDERANDO o “enriquecimento” do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural, objetivando a preservação da identidade e memória da população de Senador Pompeu/CE;

CONSIDERADO a política municipal de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da “Barragem do Patu”, composto pela “Vila dos Ingleses”, “Cemitério” e “Campo de Concentração” e o registro imaterial da “Caminhada das Almas”;

CONSIDERANDO o parecer técnico em turismo dos casarões da barragem visando técnica diferenciada da localidade em que visa otimizar, afim de extrair sustentavelmente para melhor oferecer ao turista;

Gabinete do Prefeito
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambráia – Sala 05
Avenida Francisco França Cambráia, n.º 265, Bairro Centro, Senador Pompeu/CE – CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Município de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO o pedido de tombamento de bem imaterial da Caminhada da Seca de Senador Pompeu para manter viva a história de dor dos flagelados da seca;

CONSIDERANDO o parecer jurídico demonstrando a importância do tombamento do Campo de Concentração do Patu em Senador Pompeu/CE;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam afetados pela finalidade e interesse público, *in casu*, o tombamento os bens que constituem a Vila dos Ingleses; edificados no período da construção do Açude do Patu (1919), compostos por:

I – 06 residências (inspetoria, engenheiros, apontadores) – Casa da inspetoria: o principal dos casarões, onde ficavam os chefes dos engenhos ingleses. De lá tinham total controle da Construção. Funcionou como local onde se distribuiu comida aos flagelados na seca de 32, medindo 42,50 m de comprimento, e 12,50 m de largura, com área total de 588,00 m². Casa dos engenheiros: são os prédios mais conservados, acomodações bem distribuídas nos seus seis quartos, duas grandes salas, um anexo com uma cozinha e seis pequenas dependências, medindo 42,50 m de comprimento, e 12,50 m de largura com área total de 588,00 m². Casa dos apontadores: é composta por 03 edificações, situada acima de uma pequena colina. Possuíam planta arquitetônica padronizada e eram compostas por duas salas, dois quartos, uma cozinha e dois compartimentos menores, com duas portas externas e cinco internas e números de janelas oscilando entre nove e dez. abrigavam intermediários entre engenheiros e operários.

II – Casa do Selo Nacional – edificação praticamente em estado de ruína possuía em sua fachada uma espécie de selo nacional. Em seu interior haviam várias bancadas onde no passado eram sentadas maquinarias. Possuem dez janelas, quatro portas secundárias e duas principais, com largura de 10 m e comprimento de 21 m, altura lateral de 3 m e altura frontal de 5 m e área construída medindo 210 m².

III – 01 hospital – é a construção mais complexa do conjunto arquitetônico, possuindo várias divisões internas, mas que não chegou a ser concluída, embora tenha sido adaptada para o uso de hospital durante o campo de concentração da seca. Havia um grande salão principal, cinco dependências pequenas, sete dependências em formato de quartos, cinco espaços intermediário que pode ter sido utilizado como cozinha e um pequeno depósito.

IV – 01 estação ferroviária – uma das primeiras edificações construídas pelos ingleses se localiza a margem da CE-40, atual CE-363. Fazia parte do ramal ferroviário que tinha por finalidade levar materiais de construção até o local da obra;

V – 01 armazém – maior das edificações e a segunda edificação a se vista a partir da CE-40, atual CE-363, situando-se a esquerda da rodovia. Está em estado de ruínas hoje, onde foram removidas suas portas e telhados. Foi a primeira edificação construída pelos ingleses. Possui 13,3 m de comprimento, 5 m de altura lateral e 8 m de altura frontal.



Estado do Ceará
Município de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

VI – 02 locais para armazenamento de pólvoras – são duas edificações, uma à margem direita da CE-40, atual CE-363, que dá acesso à barragem do Patu a segunda fica localizada atrás do Serrote do Patu, em local ermo. São construídas basicamente de cimento e Pedra, com espessura de 40 cm de parede, altura de 4m, comprimento de 6,75 m e largura de 4,65 m, com área construída aproximadamente em 31,38 m².

VII – 01 usina gótica – nesta edificação era gerada a força de energia para os trabalhos realizados no canteiro da obra. Possui em sua periferia uma cisterna. Há duas portas simples e oito janelas em formato de ogivas góticas e outras duas em forma de círculos. Sua área construída é de 60 m².

VIII – 01 cemitério – lugar sagrado onde se acredita estarem às almas milagrosas, que morreram as centenas na época do campo de Concentração. Foram enterradas em valas comuns. Lugar místico, tido como campo santo. Anualmente local do destino da Caminhada da Seca. Construído posteriormente, possui formato quadrangular e área quadrada de 1.089 m².

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto providenciará a inscrição do presente Tombamento em livro próprio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de verba própria da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e Fundo Geral do Município.

Art. 4º. Os bens tombados serão mantidos em bom estado de conservação e por conta de seus proprietários, possuidores e eventuais ocupantes, os quais ficarão obrigados a comunicar à Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu, seja por ação ou omissão qualquer ato que resulte em extravio, furto, dano, ou ameaça eminente de destruição dos mesmos bens.

Art. 5º. Os bens tombados não podem, em caso algum, serem demolidos, destruídos ou mutilados. No entanto, poderão ser reparados, pintados ou restaurados mediante autorização prévia do setor ou órgão responsável pelo patrimônio cultural do Município de Senador Pompeu.

Art. 6º. Ficam sujeitos os bens tombados a intervenção por parte do Município, como vigilância permanente, com possibilidade de adentrar ao bem para inspeção, ficando o proprietário sujeito a multa regulamentada em lei, caso crie, por si só ou por terceiros, obstáculos a essas providências.

Art. 7º. Quaisquer intervenções ou modificações nas linhas arquitetônicas dos edifícios tombados ou naqueles existentes em seu entorno, dependerão de prévio parecer favorável expedido pela Coordenação de Patrimônio Cultural de Senador Pompeu/CE.

Parágrafo único. A falta de autorização referida no *caput* deste artigo, bem como qualquer dano ou ameaça, direta ou indireta aos referidos bens, subordinam os infratores as penalidades administrativas, civis e penais prevista em lei.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambráia – Sala 05
Avenida Francisco França Cambráia, n.º 265, Bairro Centro, Senador Pompeu/CE – CEP 63.600-000



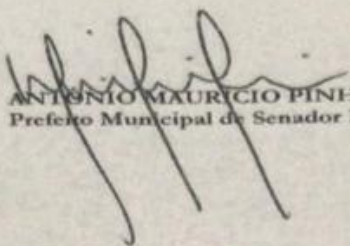
Estado do Ceará
Município de Senador Pompeu
Gabinete do Prefeito

Paço da Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE, em 30 de abril de 2019.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.


ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCA
Prefeito Municipal de Senador Pompeu/CE

Gabinete do Prefeito
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambráia – Sala 05
Avenida Francisco França Cambráia, n.º 265, Bairro Centro, Senador Pompeu/CE – CEP 63.600-000